



**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – MESTRADO**

ALINE JULIANA SCHER

**ACESSO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL – CAMPUS REALEZA: uma equação possível?**

**TOLEDO-PR
2017**

ALINE JULIANA SCHER

**ACESSO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL – CAMPUS REALEZA: uma equação possível?**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado. Área de concentração em Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos.

Orientador: Prof. Dr. Edson Marques Oliveira

TOLEDO-PR
2017

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

S341a Scher, Aline Juliana
Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da
Fronteira Sul – Campus de Realeza : uma equação possível? / Aline
Juliana Scher. -- Toledo, PR : [s. n.], 2017.
154 f. : il. (algumas color.), figs., grafs., quadr.

Orientador: Prof. Dr. Edson Marques Oliveira
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual
do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais
Aplicadas.

1. Serviço social - Dissertações 2. Universidade Federal da
Fronteira Sul (Campus de Realeza) 3. Ensino superior e Estado –
Paraná 4. Ensino superior - Aspectos sociais – Realeza (PR) 5.
Estudantes - Programas de assistência – Paraná 6. Democratização
da educação I. Oliveira, Edson Marques, orient. II. T

CDD 20. ed. 378.8162

ALINE JULIANA SCHER

**ACESSO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL – CAMPUS REALEZA: uma equação possível?**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Edson Marques Oliveira
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Profa. Dra. Eugênia Aparecida Cesconeto
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Profa. Dra. Angela Maria Moura Costa Prates
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Toledo, 18 de agosto de 2017.



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

CAMPUS DE TOLEDO – CNPJ 78.680.337/0005-08

Rua da Faculdade, 645 – Jardim Santa Maria – Fone: (45) 3379-7000 – Fax: (45) 3379-7002 – CEP 85.903-000 Toledo – PR
www.unioeste.br



Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Mestrado/PPGSS

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ALINE JULIANA SCHER, ALUNA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Aos 18 dias do mês de agosto de 2017, às 10h, na Sala de Aula nº 09, Bloco “E”, Térreo, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação da candidata Aline Juliana Scher, aluna do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Mestrado, na área de concentração em Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Integraram a referida Comissão os Professores Doutores: Angela Maria Moura Costa Prates, Eugenia Aparecida Cesconeto, Edson Marques Oliveira. Os trabalhos foram presididos pelo orientador Edson Marques Oliveira. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, foi admitida à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "ACESSO E PERMANENCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - CAMPUS REALEZA: UMA EQUAÇÃO POSSÍVEL?". O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou a candidata a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, a candidata foi arguida sucessivamente, pelos professores doutores: Angela Maria Moura Costa Prates, Eugenia Aparecida Cesconeto, Edson Marques Oliveira. Findas as arguições, o Senhor Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, a candidata foi APROVADA. A seguir, o Senhor Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, a Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Toledo, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e a candidata. Em tempo,

Orientador - Edson Marques Oliveira - UNIOESTE - Campus de Toledo

Angela Maria Moura Costa Prates - Universidade Estadual do Centro-Oeste - Campus de Guarapuava (UNICENTRO)

Eugenia Aparecida Cesconeto - UNIOESTE - Campus de Toledo

Aline Juliana Scher – Candidata

Marli Renate von Borstel Roesler - Coordenadora do PPGSS - UNIOESTE – Campus de Toledo

*Aos estudantes que enfrentam e superam diariamente
vários desafios para permanecer na Universidade !!*

AGRADECIMENTOS

À força suprema do Universo, energia que me impulsiona cada dia a continuar na luta e reforça em mim a esperança por dias melhores; que me concede serenidade em momentos de turbulência e luz para seguir a jornada.

Consciente de que nenhum trabalho de pesquisa é exclusivamente individual, julgo necessário expressar gratidão a todos aqueles que contribuíram de diversas formas para a concretização deste estudo.

Aos meus queridos familiares, que sempre me apoiaram e incentivaram, cada qual da sua forma e maneira: em especial meus pais, a quem devo toda gratidão por estar onde hoje me encontro, e ao meu companheiro de todas as horas e momentos, Lucas, por estar sempre comigo, pela paciência e carinho. À minha madrinha Irma, que sempre me auxiliou e me acolheu em sua casa quando precisei de pouso na cidade de Toledo.

Ao meu Orientador, prof. Edson, que me acompanhou nessa caminhada de pesquisa, apoiando, incentivando e orientando; sua presença foi imprescindível nessa trajetória de aprendizados. Agradeço imensamente a confiança e a autonomia dada no processo de construção da pesquisa e redação desta Dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unioeste que oportunizou a realização deste curso. Ao corpo docente e servidores que trabalham e lutam por uma Universidade pública, gratuita e de qualidade.

À Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza que autorizou a realização desta pesquisa.

Às colegas de turma do Mestrado, com quem aprendi muito e pude compartilhar momentos excepcionais de troca de conhecimentos e as alegrias e desafios desta jornada. Gratidão pelos momentos compartilhados e a amizade que fizemos!

Aos colegas de trabalho do Setor de Assuntos Estudantis do Campus Realeza, que compreenderam minhas ausências e supriram as necessidades de trabalho nos dias que precisei me ausentar. À colega Assistente Social do Campus Chapecó, Larissa Back, que por algumas vezes se deslocou à Realeza para auxiliar nas demandas específicas do Serviço Social.

Um agradecimento mais que especial aos amigos que muito incentivaram e me impulsionaram a fazer este Mestrado: Ana Carolina Becker Nissiide, Wilian Przybysz, Rosileia Nierotka e José Roberto Carvalho, pois me fizeram acreditar ser possível superar os desafios e alcançar este objetivo!

Aos professores que compuseram a Banca de Qualificação, Prof. Dra. Eugênia Cesconeto e Prof. Dr. Osmir Dombrowski, que contribuíram com destaques e sugestões relevantes para a pesquisa, bem como às docentes que aceitaram o convite para compor a Banca de Avaliação final e Defesa desta Dissertação.

À todos, minha gratidão!

*Um dia me disseram
Que as nuvens não eram de algodão
Um dia me disseram*

*Que os ventos às vezes erram a direção
E tudo ficou tão claro
Um intervalo na escuridão
Uma estrela de brilho raro
Um disparo para um coração*

*A vida imita o vídeo
Garotos inventam um novo inglês
Vivendo num país sedento
Um momento de embriaguez*

*Somos quem podemos ser
Sonhos que podemos ter*

*Um dia me disseram
Quem eram os donos da situação
Sem querer eles me deram
As chaves que abrem esta prisão
E tudo ficou tão claro
O que era raro ficou comum
Como um dia depois do outro
Como um dia, um dia comum*

[...]

*Somos quem podemos ser
Sonhos que podemos ter...*

*Um dia me disseram
Que as nuvens não eram de algodão
Um dia me disseram
Que os ventos às vezes erram a direção
Quem ocupa o trono
Tem culpa
Quem oculta o crime
Também
Quem duvida da vida
Tem culpa
Quem evita a dívida
Também tem..*

*Somos quem podemos ser..
Sonhos que podemos ter.....*

*Música: Somos quem podemos ser.
Compositor: Humberto Gessinger.*

SCHER, Aline Juliana. **Acesso e Permanência Estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza-PR: uma equação possível?** 154f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-PR, 2017.

RESUMO

Esta Dissertação, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social (nível Mestrado) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, apresenta os resultados de uma investigação que teve o objetivo de analisar se após o acesso à Universidade, os programas de Assistência estudantil têm conseguido garantir a permanência e a conclusão de curso dos acadêmicos da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Realeza. A pesquisa caracteriza-se como estudo de caso e utiliza como técnicas a pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisados documentos internos da Universidade, como relatórios, editais e históricos escolares. A documentação do universo de participantes dos programas de assistência foi pesquisada, totalizando 572 (quinhentos e setenta e dois) estudantes que estiveram inseridos nos programas de auxílios socioeconômicos entre 2010 e 2016. A trajetória acadêmica no curso e sua participação nos programas foram analisadas e os registros feitos em planilha eletrônica. O tratamento estatístico permitiu o cruzamento de dados e a elaboração de gráficos e relatórios. Os resultados apontaram que o perfil dos acadêmicos assistidos é composto majoritariamente por mulheres, 59,8% do total de participantes são jovens, possuindo entre 21 e 25 anos no momento da pesquisa; 91,4% são oriundos da Região sul, dos quais 78,5% são paranaenses; e 92,5% ingressaram na universidade por meio do ENEM. Do total de estudantes atendidos pelos programas, 1,6% trancaram matrícula; 1,7% realizaram transferência de curso dentro do campus; 26% concluíram a graduação, 22% desligaram-se da instituição e 48,6% permanecem com vínculo ativo, dos quais 56% apresentam retenção. Por fim, a investigação evidenciou que grande parcela dos estudantes permanecem na instituição. Se somados os índices de permanência e conclusão de curso, observa-se que os resultados têm sido positivos. No entanto, a taxa de retenção é alta, o que permite concluir que os objetivos elencados pelo PNAES e o Programa de Auxílios socioeconômicos da UFFS têm sido alcançados parcialmente. Os resultados permitem inferir que a instituição deve incidir mais ativamente sobre as questões relacionadas aos processos pedagógicos e de ensino-aprendizagem, bem como outras demandas e dificuldades apresentadas pelo corpo discente que possam prejudicar seu desempenho e a qualidade do processo formativo.

Palavras-chave: Ensino superior; Acesso; Permanência; Assistência Estudantil; UFFS.

SCHER, Aline Juliana. **Student Access and Permanence at the Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Realeza/Paraná/Brazil: a possible equation?** 154 pages. Dissertation (Stricto Sensu Post-Graduation Program in Social Service - Master level), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-Brazil, 2017.

ABSTRACT

This dissertation is the result of the research developed in the Stricto Sensu Post-Graduation Program in Social Service (Master level) of the Universidade Estadual do Oeste do Paraná and presents the results of an investigation that had the objective of analyzing whether after access to the University, the student assistance programs have been able to guarantee the permanence and the completion of course the academics of the Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Realeza. The research is characterized as a case study and uses bibliographic and documentary research as techniques. Internal documents of the University were analyzed, such as reports, edicts and school histories. The documentation of the universe of participants in the assistance programs was researched, totaling 572 (five hundred and seventy-two) students who were included in the socio-economic aid programs between 2010 and 2016. The academic career on the course and their participation in the programs were analyzed and the records made in the spreadsheet. Statistical analysis allowed data to be crossed and graphs and reports were prepared. The results showed that the profile of the assisted students is composed mainly of women, 59.8% of the total of participants are young, having between 21 and 25 years old at the time of the research; 91.4% come from the Southern Region, of which 78.5% are from Paraná state; And 92.5% entered the university through ENEM. Of the total number of students enrolled in the programs, 1.6% locked registration; 1.7% did a course transfer on campus; 26% graduated, 22% retired from the institution and 48.6% remained active, of which 56% were retained. Finally, the investigation showed that a large part of the students remain in the institution. If we add the indices of permanence and completion of course, we can observe that the results have been positive. However, the retention rate is high, which leads to the conclusion that the objectives of the PNAES and the UFFS Socioeconomic Aid Program have been partially achieved. The results allow us to infer that the institution should focus more actively on the issues related to teaching and learning processes, as well as other demands and difficulties presented by the student body that could impair their performance and the quality of the formation process.

Keywords: Higher education; Access; Permanence; Student Assistance; UFFS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema gráfico do método científico.....	60
Figura 2 - Localização geográfica dos <i>campi</i> da UFFS.....	70
Figura 3 – Organograma da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.....	91
Figura 4 – Organograma da UFFS Campus Realeza-PR.....	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cursos ofertados em cada <i>campus</i> da UFFS.....	74
Quadro 2 – Modalidades de concorrência às vagas na UFFS.....	80
Quadro 3 – Vagas do Processo Seletivo UFFS/2017.1, Campus Realeza.....	81
Quadro 4 – Recursos orçamentários e número de discentes atendidos na UFFS por ano..	96
Quadro 5 – Taxa de Evasão Campus Realeza por curso/ano.....	103

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Perfil dos participantes por número de homens e mulheres.....	107
Gráfico 2	– Número de participantes de acordo com a faixa etária.....	108
Gráfico 3	– Número de participantes, segundo a naturalidade (UF).....	109
Gráfico 4	– Número de contemplados, segundo a forma de ingresso na UFFS.....	111
Gráfico 5	– Número de contemplados conforme o ano de ingresso.....	112
Gráfico 6	– Número de graduados/formandos e tempo de participação nos programas.....	113
Gráfico 7	– Número de contemplados graduados/ formandos por curso.....	114
Gráfico 8	– Perfil dos contemplados que evadiram por número de homens e mulheres.....	116
Gráfico 9	– Número de contemplados que evadiram, por curso.....	117
Gráfico 10	– Número de estudantes evadidos <i>versus</i> tempo que foram contemplados...	118
Gráfico 11	– Número de assistidos e situação de matrícula em 2016.....	119
Gráfico 12	– Número de estudantes assistidos que apresentam retenção.....	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAAPAE	Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Assistência Estudantil da UFFS
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Câmara de Extensão
CF	Constituição Federal
CGAE	Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis
CGRAD	Câmara de Graduação
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVS	Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica
JUFFS	Jogos Universitários da UFFS
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PBP	Programa Bolsa Permanência
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PET	Programa de Educação Tutorial
PIB	Produto Interno Bruto

PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIN	Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PROAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROHAITI	Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para Estudantes Haitianos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RBS	Revisão Bibliográfica Sistemática
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	Restaurante Universitário
SAE	Setor de Assuntos Estudantis
SGA	Sistema de Gestão Acadêmica
SIPE	Sistema de Informação do Perfil do Estudante
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
PRIMEIRA PARTE: ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS.....	19
1 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA BRASILEIRA E SUAS CONFIGURAÇÕES ATUAIS.....	20
1.1 Noções de Sociedade, Estado e Políticas Sociais.....	21
1.2 A Política de Educação Superior Pública Brasileira.....	32
1.3 A Implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil.....	50
SEGUNDA PARTE: ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – CAMPUS REALEZA.....	57
2 PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: Acesso e Permanência estudantil na UFFS – uma equação possível?.....	58
2.1 <i>Lócus</i> da Pesquisa: Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza/PR.....	69
2.1.1 <i>A Política de Ingresso: o acesso à Universidade Federal da Fronteira Sul.....</i>	<i>77</i>
2.1.2 <i>A Política de permanência da Universidade Federal da Fronteira Sul.....</i>	<i>84</i>
2.2 Apresentação e Análise dos Dados da Pesquisa.....	105
2.3 Contribuições ao Debate sobre Acesso e Permanência.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS.....	143

INTRODUÇÃO

No Brasil, a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um marco no sentido de garantir direitos civis, políticos e sociais à população. É a partir desse momento que a educação, na legislação brasileira, é concebida como um direito fundamental e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência.

Na Política de Educação Superior a conquista de um marco que não assegure somente o acesso, mas amplie as condições de permanência dos jovens na educação superior pública, deu-se com o Decreto Federal nº 7.234, em 19 de julho de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES e orienta a implementação de diversas ações, considerando *a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão*. É nesse contexto, em outras palavras, que a assistência estudantil tem como finalidade prover os recursos necessários aos acadêmicos para garantir a sua permanência, o bom desempenho acadêmico e a conclusão do curso.

Nesse contexto, o tema central que permeia este estudo é a política de assistência estudantil que tem a finalidade de possibilitar a permanência dos estudantes que acessam os cursos nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O recorte que fizemos é com enfoque no caso específico da permanência dos acadêmicos na Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza, no Paraná.

A investigação consiste em analisar a assistência estudantil e sua relação com os índices de permanência e conclusão de curso, observando os reflexos das ações implementadas com estudantes em vulnerabilidade socioeconômica que acessam a instituição e são atendidos pela assistência estudantil. Desse modo, o objetivo geral da pesquisa é analisar se após o acesso à Universidade, os programas de Assistência estudantil da UFFS têm conseguido garantir a permanência e a conclusão de curso dos acadêmicos no Campus Realeza. Para tanto, elencamos como objetivos específicos: a) Aprender o contexto de institucionalização da Assistência estudantil nas Universidades Federais; b) Identificar os programas de assistência estudantil desenvolvidos na UFFS, em atenção ao Decreto federal nº 7.234/2010, para viabilizar a permanência e conclusão de curso dos estudantes; c) Pesquisar e

analisar os índices relacionados à permanência, retenção, evasão e conclusão de curso de estudantes atendidos por programas de Assistência estudantil no *Campus Realeza*, no período de 2010 à 2016; e, d) Evidenciar os atuais limites, as possibilidades e desafios da proposta de assistência estudantil da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Importante ressaltar ainda que o delineamento do problema desta pesquisa é fruto também do interesse investigativo relacionado ao universo profissional da pesquisadora, sendo produto de questionamentos e reflexões que foram se constituindo como elementos motivadores para a realização deste estudo. A partir desse contexto vivenciado, definimos o seguinte problema de pesquisa:

Considerando a criação do Programa Nacional de Assistência estudantil como um mecanismo de política social, inserido na Política de Educação Superior pública no Brasil, com o objetivo de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior e reduzir as taxas de retenção e evasão, pergunta-se: em que medida a assistência estudantil implementada na UFFS a partir de 2010, tem possibilitado, para além do acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes no Campus Realeza-PR?

Como hipótese, propusemos a seguinte afirmação provável e provisória, que nos serviu de parâmetro básico para encaminhar a investigação empírica: *As medidas e ações de assistência aos estudantes, adotadas nestes primeiros anos de existência da UFFS, têm garantido a permanência e conclusão de curso de mais de 50% dos universitários atendidos.*

De acordo com os objetivos elencados, esta pesquisa assume caráter descritivo, visto que inclui a descrição das características de determinado fenômeno e o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2010). Escolhemos como método de abordagem a pesquisa quali-quantitativa e, quanto aos procedimentos, a investigação proposta caracteriza-se como um estudo de caso, uma vez que delimitou-se como *locus* da investigação a UFFS – *Campus Realeza*, localizada no sudoeste do Estado do Paraná.

Como técnicas de coleta de dados definimos a utilização de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica está presente ao longo de todo o estudo, desde a aproximação inicial com a temática até a interpretação dos dados; teve-se por base as fontes bibliográficas, a saber: livros, artigos, dissertações e teses. A pesquisa documental foi a técnica utilizada para a coleta dos dados empíricos que serviram de base para análise. A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a

documentos, denominados de fontes primárias (MARCONI; LAKATOS, 2010). Em nossa pesquisa, utilizamos arquivos institucionais internos da Universidade Federal da Fronteira Sul, a saber: Histórico acadêmico dos estudantes do *Campus* Realeza participantes de programas de auxílios financeiros de assistência estudantil e Editais internos, regulamentos e relatórios relacionados da área produzidos pela Instituição.

Importante ressaltar que não definimos o uso de amostra. Foram analisados os dados de todos os acadêmicos que participaram dos Programas de Assistência estudantil no *Campus* Realeza-PR, no período de 2010 a 2016. Fizeram parte da pesquisa um total de 572 (quinhentos e setenta e dois) estudantes. Pesquisamos e registramos a trajetória de cada universitário no que se refere: a) se esteve inserido ou não nos referidos programas em cada ano (2010 à 2016); b) sua trajetória acadêmica (matrícula ativa, evadido, retido, graduado); c) perfil de cada sujeito (sexo, idade, naturalidade).

Os dados pesquisados foram sistematizados em planilhas eletrônicas em computador, o que permitiu a realização de análises mediante cruzamentos e fórmulas estatísticas. As informações obtidas a partir desse processo foram interpretadas à luz do referencial teórico. Sendo assim, a fundamentação teórica subsidiou a análise do conteúdo para que esta fosse realizada de forma analítico-interpretativa, buscando superar a mera descrição dos resultados.

Na seção da análise e das considerações, utilizamos também a técnica de Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS), tendo como fonte de pesquisa Teses e Dissertações produzidas em Programas de Pós-Graduação da Região sul, disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Esta busca foi realizada com a finalidade de identificarmos os resultados e conclusões que outros pesquisadores têm alcançado ao estudar a temática do acesso e permanência no ensino superior público em outras instituições da região sul do país, a fim de estabelecermos parâmetros comparativos para avaliar a realidade pesquisada dentro de um contexto regional.

De forma a responder aos objetivos e a questão central da pesquisa, a presente dissertação está dividida em duas partes. A primeira discorre sobre os aspectos teóricos e conceituais que fundamentam a temática da pesquisa. Conforme Minayo (2015), essa é a base de sustentação e rigor da investigação, que orienta para a análise do objeto. Portanto, nesta parte são abordadas questões centrais sobre a organização da sociedade, o Estado e as políticas sociais e seus reflexos nas políticas educacionais e, por fim, as implicações nos contornos normativos da assistência estudantil. A segunda parte é dedicada à contextualização

da pesquisa e os resultados obtidos. Nesta seção apresentamos o *locus* da pesquisa, a análise e interpretação dos dados e algumas considerações acerca do debate que envolve a questão do acesso e permanência, a partir da experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Compreendemos que essa temática se reveste de grande relevância e atualidade, uma vez que a aprovação da Lei Federal nº 12.711/2012 (que garante a reserva de, no mínimo, metade das vagas de todas as Universidades Federais para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e sejam oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita*), apontará cada vez mais para o conjunto das Universidades, mesmo as mais tradicionais, algumas das demandas já identificadas na UFFS em face do ingresso amplo de um corpo discente diverso daquele conhecido até então pelas tradicionais universidades brasileiras.

Diante desse quadro, é necessário desenvolver pesquisas nesta área para contribuir com a elucidação das questões que envolvem a temática e permitir o planejamento de políticas para uma intervenção social qualificada. Dentro dessa perspectiva, entender e analisar aspectos relativos à permanência estudantil parece ser um passo importante para a garantia do direito social à educação. Com base nessa premissa desenvolvemos o presente estudo.

PRIMEIRA PARTE: ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

Compreendemos que ao iniciar qualquer estudo e pesquisa, cabe ao pesquisador que indaga algum aspecto da realidade, analisar o contexto no qual esta se situa. Partimos, assim, do pressuposto que o primeiro passo é analisar o histórico e o quadro social em que o objeto de estudo está inserido, visto que a história da humanidade é dinâmica e está em constante mudança, transformação e desenvolvimento.

É bem-vinda aqui a premissa apresentada por Minayo (2015) - fundamentada em Demo (1985) - na qual defende que na especificidade da pesquisa social o objeto de estudo é *histórico*, pois a sociedade se contrói num determinado espaço e tempo, em que tudo é provisório e está em constante dinamismo, e assim os sujeitos, incluso o próprio pesquisador, são dialeticamente autor e fruto do seu tempo histórico¹. Nas palavras da autora,

[...] as sociedades vivem o presente marcado por seu passado e é com tais determinações que constroem seu futuro, numa dialética constante entre o que está dado e o que será fruto do seu protagonismo. Portanto, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características de qualquer questão social. (MINAYO, 2015, p. 12)

Assim, para compreendermos a configuração e o delineamento atual da Assistência Estudantil brasileira, é necessário situar e entender o contexto em que essa política se gesta no âmbito da educação superior brasileira, sendo este um ponto de referência necessário e que certamente apontará importantes elementos para a posterior análise dos dados desta pesquisa. Desta forma, a primeira parte da presente dissertação aborda aspectos relacionados à sociedade, ao Estado, às políticas sociais, e em especial, sobre os contornos da política de ensino superior e suas configurações atuais.

¹ Ao falarmos de dialética, conforme a lógica hegeliana, entendemos que a história da humanidade segue uma trajetória dinâmica, onde as contradições se transcendem e também dão origem a novas contradições que passam a requerer soluções. Na concepção hegeliana, admite-se a hegemonia das idéias sobre a matéria, devido a isso recebe críticas de Marx e Engels, que apresentaram-na em bases materialistas, sobrepondo a matéria em relação às ideias. Em síntese, é possível dizer que a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica da realidade, pois estabelece que os fenômenos sociais não podem ser entendidos quando analisados isoladamente, abstraídos de influências econômicas, políticas, culturais, etc. (GIL, 2010, p.13-14).

1 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA BRASILEIRA E SUAS CONFIGURAÇÕES ATUAIS

Com base no anteriormente exposto, neste primeiro capítulo abordaremos aspectos relacionados à Educação superior, e é nesse ínterim que se inserem os atuais programas de assistência estudantil executados pelas Universidades e Institutos Federais brasileiros, a partir dos estatutos legais e específicos aprovados recentemente. Discorreremos, portanto, sobre o encadeamento destes elementos históricos e sociais que nos permitem, no momento atual, debater sobre um Programa Nacional de Assistência estudantil, que destina anualmente um valor considerável de recursos orçamentários para sua implementação e culmina nas ações executadas internamente em várias Instituições de ensino superior e, conseqüentemente, na possibilidade concreta de estabelecermos este programa como propósito de investigação nesta pesquisa.

É importante destacar que a assistência estudantil entrou no cenário da pesquisa brasileira recentemente. Até então havia escassez de literatura específica sobre a assistência ao estudante do ensino superior, o que pode ser reflexo tanto do pouco interesse que o tema despertou entre os pesquisadores até então, quanto o lugar periférico que a assistência tem ocupado nas políticas públicas e também nas universidades em nosso país, que em grande parte, foram concebidas com o objetivo de preparar a elite brasileira para comandar os postos principais nas esferas econômica e política.

O Brasil é um país de índices desproporcionais no que diz respeito à distribuição e socialização das riquezas produzidas. Os dados comprovam esta afirmação mostrando o quanto o Brasil é um espaço constituído por algumas “ilhas” de riqueza que são rodeadas por um “mar” da pobreza. De acordo com estudos recentes do IBGE (BRASIL, 2014), em 2013 as pessoas com os 10% menores rendimentos concentravam apenas 1,2% da renda total. O décimo mais rico concentrou durante todo o período analisado mais de 40% da totalidade da renda per capita brasileira.

Essa realidade gera debate sobre a necessidade de se construir mecanismos que promovam equilíbrio entre desenvolvimento humano e a geração de riqueza. Nesse sentido, o Brasil especialmente nos últimos anos, tem buscado mudar estes indicadores, implementando

políticas públicas em diversas áreas na tentativa de reduzir essa desigualdade, incluindo nesse contexto, as mudanças na política educacional do ensino superior.

Ao longo da história, muitas mudanças ocorreram na política voltada à educação superior. O acesso a esse nível de ensino, por exemplo, tem recebido tratamento diferenciado no decorrer da história brasileira, e recentemente sofreu transformações em decorrência da implantação e expansão de programas que têm como objetivo a democratização do ensino superior.

Todavia, antes de adentrarmos nos meandros da política educacional, é sobremaneira importante, diríamos essencial, situarmos aspectos relacionados ao Estado e as políticas sociais no contexto geral, para compreendermos, antes de mais, a base de onde emanam decisões políticas e importantes definições que impactam a realidade social em que vivemos, ao passo que estas decisões também são reflexo do modo de como nos organizamos em sociedade. A partir desta análise sobre sociedade, Estado e políticas sociais, pretende-se alcançar uma melhor compreensão sobre a atual conjuntura em que vivemos.

1.1 NOÇÕES DE SOCIEDADE, ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS

Neste tópico traremos à luz do debate elementos sobre as relações de Estado, sociedade e políticas sociais com fundamento, em especial, nos autores, José Paulo Netto, Vicente de Paula Faleiros e Evaldo Vieira, os quais possuem literatura e análises sobre a temática. Buscaremos explicitar como tais autores entendem o contexto social e nele o papel do Estado na criação e implementação das políticas e suas implicações na esfera social. Não obstante, ao se fazer necessário, outros autores também serão citados para esclarecer melhor o assunto.

É importante destacar que a análise da relação entre Estado, sociedade e políticas sociais é estudada por vários pesquisadores, sob diferentes perspectivas teóricas. Nesta dissertação optamos fazer o estudo abordando concepções teóricas de análise crítica.

Para introduzir essa abordagem é oportuna e ilustrativa uma citação de Evaldo Vieira. Ao mencionar os estudos de Robert Owen (teórico inglês que viveu entre 1771 e 1858), Vieira (2009) faz o seguinte apanhado,

Robert Owen descreve as condições de existência dos operários, reveladoras de veemente desigualdade social. Mostra a maioria da população dominada pela ignorância, pela superstição, pela extensa jornada de trabalho, pelos elevados preços e pela inferior qualidade dos produtos adquiridos por ela, pelas péssimas acomodações e pela desorganização de suas moradias para criar e preparar os filhos. (VIEIRA, 2009, p.178).

Essa citação é reveladora, e por isso aqui utilizada como ponto de partida, pois demonstra um quadro social, que mesmo passados tantos anos da constatação, continua correspondendo à nossa realidade atual. Isso se deve especialmente ao fato de que o modo pelo qual nos organizamos em sociedade para garantir nossa sobrevivência material, ou seja o fundamento que garante a reprodução da vida, não se alterou desde então, pelo contrário, veio se (re)afirmando e, por conseguinte, aprofundando as mazelas dele derivadas. Ora, pois, vivemos em uma sociedade capitalista².

Um dos filósofos e teóricos que dedicou praticamente toda a sua vida para pesquisar e analisar a sociedade que se engendrou nas entranhas da ordem feudal e se estabeleceu inicialmente na Europa Ocidental em transição do século XVIII ao XIX, foi Karl Marx (1818-1883). Em parceria com teórico alemão Friedrich Engels, ele analisou as relações intrínsecas ao modo de produção e desenvolveu várias obras a partir do seu estudo sobre a gênese, consolidação e desenvolvimento da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista³.

É importante destacar o mérito do desenvolvimento de uma análise crítica e ampla sobre os diversos aspectos da estrutura e dinâmica da sociedade capitalista. Tanto que, ao debatermos atualmente questões relacionadas à realidade e a conjuntura sócio-econômica do momento presente, não raro se faz necessário recorrer, em maior ou menor grau, a produção teórica de Karl Marx, apesar da polêmica relacionada a sua perspectiva revolucionária. Marx faz suas análises partindo do prisma da materialidade e da base econômica de organização social. O autor baseou-se em conhecimentos acumulados da filosofia alemã, da economia política inglesa e do socialismo francês e desenvolveu uma linha teórica crítica e explicativa sobre o engendramento da sociedade burguesa (NETTO,1999).

² O Modo de Produção Capitalista instituiu-se depois de um longo processo, no qual contribuíram acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais, sendo alguns destes o Iluminismo, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Alguns desses processos aconteceram no modo de produção anterior, o Feudalismo, e outros ocorreram durante a consolidação deste novo modo de produção. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 70-75). Adiante, ainda nesta seção, abordaremos esse contexto mais especificamente.

³ Karl Marx desenvolveu uma vasta literatura, mas em especial no livro O'Capital (Livros I, II e III) discorre sobre conceitos complexos como o da mais-valia, alienação e exploração, capital constante e capital variável e o processo de acumulação do capital (NETTO,1999).

Compreende-se, portanto, que o ponto de partida para analisar a sociedade em que vivemos é observar as relações sociais estabelecidas, as quais são engendradas pelos seres humanos em cada tipo de sociedade especialmente a partir da forma como organizam a sua sobrevivência (a produção e a reprodução da sua vida), pois

Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor dá-nos a sociedade com o capitalista industrial. Os mesmos homens que estabelecem as relações sociais de acordo com a sua produtividade material, produzem também os princípios, as ideias, as categorias, de acordo com suas relações sociais. (MARX, 2009, p.125).

Historicamente, desde o modo primitivo de produção até a constituição da grande indústria, o homem foi produzindo novas necessidades para sua subsistência no processo de humanização, o que pressupõe o segundo aspecto da atividade social: “[...] uma vez satisfeita a primeira necessidade, a ação de a satisfazer e o instrumento utilizado para tal conduzem a novas necessidades”(MARX; ENGELS, 1982, p.34). Estas novas necessidades de sobrevivência humana, conforme Marx e Engels (1982), transformaram-se ao longo da história na força motriz do avanço das forças produtivas, como condição para suprir tais necessidades.⁴

Assim, diferentes maneiras de produzir foram sendo organizadas pelos agrupamentos humanos ao longo da história. O primeiro regime social é reconhecido historicamente como *comunidade primitiva*, em que predominava como atividade principal a coleta e o preparo de alimentos, as atividades dos membros eram comuns e os resultados eram partilhados por todos, o pouco que podiam obter com seus esforços era consumido imediatamente (NETTO; BRAZ, 2006).⁵

Ao longo dos séculos os homens foram, aos poucos, aperfeiçoando os instrumentos de trabalho, domesticando animais e desenvolvendo a agricultura. Essa ação do homem sobre a natureza foi permitindo a produção de bens que ultrapassavam as necessidades imediatas de

⁴ Para compreender esse histórico, tomaremos por base os estudos de autores que, notadamente, seguem a teoria marxista para interpretar e analisar a sociedade e as relações sociais nela engendradas.

⁵ O histórico apresentado no parágrafo atual e nos cinco parágrafos seguintes, tem como referência os capítulos 2 e 8 do livro de Netto e Braz (2006). Vale ressaltar que foram extraídos, resumidamente, aspectos essenciais para a compreensão da evolução e sucessão dos modos de produção ao longo da história da humanidade. Para maior riqueza de detalhes, recomenda-se a leitura dos capítulos mencionados na obra original citada.

sobrevivência, surgia assim o excedente econômico. Os bens não consumidos na comunidade, destinavam-se para a troca com outras comunidades, nascia assim a mercadoria e as primeiras formas de comércio (trocas).

O desenvolvimento do trabalho humano que cria o excedente econômico e as trocas entre os grupos, levou alguns homens a apropriar grande parte desse excedente e os fez perceber que colocar outros homens para trabalhar a seu favor, geraria mais excedente. Esses fatores levaram à dissolução da comunidade primitiva que foi sucedida pelo *escravismo*, como novo modo de produção, pois para produzir mais excedente passaram a explorar outros homens. Ao mesmo tempo, o comércio foi se desenvolvendo, uma vez que parte do excedente econômico tornava-se mercadoria, o que implicou na criação do dinheiro e no surgimento de comerciantes dedicados à atividade mercantil.⁶

Com a derrocada do Império Romano, na metade inicial do primeiro milênio da nossa era, também começou a ruir o modo de produção escravista. Após um período de transição, foi sendo instaurado um novo modo de produção denominado *feudalismo*, que tem os feudos como unidades econômico-sociais de organização da produção e das relações sociais, então pautadas no trato da terra e na relação de vassalagem entre um nobre (senhor) que sujeitava os produtores diretos (servos). Paralelamente a produção vinculada a terra, os artesãos e comerciantes foram estabelecendo e tornando as atividades comerciais cada vez mais complexas, o que pouco a pouco, num longo período de transição de séculos, contribuiu para a erosão das bases da ordem feudal, culminando, por fim, também no colapso do Antigo Regime.

O processo de crise do feudalismo, os efeitos do florescimento do comércio e a crescente economia de base mercantil, aliado ao movimento da burguesia que se constituiu, conformará os fundamentos do *capitalismo*. A tomada do poder político pela burguesia, cujo marco emblemático é o ano de 1789, foi o desfecho de um processo histórico e político-cultural plurissecular.

O primeiro estágio de desenvolvimento do capitalismo (século XVI à meados do século XVIII) é designado como capitalismo comercial (ou mercantil), que foi marcado pela saga da expansão marítima e as rotas para o Oriente e as Américas. Com o advento da tomada

⁶ É essencial observar que o curso histórico de desenvolvimento e transição de um modo de produção a outro envolve um lapso temporal que não é breve, e que nesses períodos de transição há formas econômico-sociais que associam traços da produção anterior junto com novos elementos que já prenunciam um novo regime de organização social (NETTO; BRAZ, 2006).

do poder de Estado pela burguesia e o irromper da Revolução Industrial, configura-se o segundo estágio evolutivo: capitalismo concorrencial (segunda metade do século XVIII).

O capitalismo concorrencial pressupunha a “[...] acumulação acelerada do capital, que somou generoso uso da força de trabalho com abundantes recursos das novas máquinas” (VIEIRA, 1992, p.16), o que foi alterando significativamente as relações sociais. Alicerçado teoricamente no liberalismo, o capitalismo concorrencial prescrevia que a economia deveria ser conduzida pela chamada “mão invisível” do mercado. Com isso, na transição gradual do capitalismo concorrencial ao monopolista se asseveraram os “[...] perigos da concorrência sem limites, num momento em que a progressiva concentração da produção, especialmente na indústria pesada, criava as condições para maior concentração da propriedade” (*Ibid.*, p.18).

Com diferentes formas e períodos de consolidação nos diversos países, o capitalismo monopolista proporcionou o acúmulo de capital em escala mundial após a segunda metade do século XIX, criando alterações nas relações sociais, e ao passo que proporcionou mudanças na ordem das relações sociais, o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições conferido à essa ordem burguesa (NETTO, 2005).

Uma das contradições inerentes ao capitalismo, que fica ainda mais exponenciada em sua fase monopolista, é o fato de que ao mesmo tempo em que se aumenta significativamente a produção de mercadorias e riquezas, pauperiza-se, na mesma proporção, as condições de sobrevivência dos trabalhadores, pois a necessidade que o capitalismo traz consigo de acumular os excedentes produzidos, é o maior impeditivo da socialização da produção (NETTO; BRAZ, 2006).

É certo que a desigualdade entre as várias camadas sociais, a polarização entre ricos e pobres e a diferente apropriação e fruição dos bens sociais não são fenômenos inéditos, pelo contrário, são fatos antiquíssimos da história da humanidade. Contudo, a dinâmica da pobreza massiva e generalizada na sociedade é, porém, um fenômeno novo que surge com o capitalismo (NETTO, 2005a).

Conforme nos explica Netto (2005a),

Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente. Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a

uma quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. (NETTO, 2005a, p.153-154).

É, pois, neste quadro social que se situa o **Estado moderno**⁷. Sua origem remonta dos fins do período feudal e início do capitalismo. Conforme Bobbio (2012), historiadores, juristas e escritores políticos sustentam que com Nicolau Maquiavel (em *O Príncipe* de 1532) não começa apenas a fortuna de uma palavra [*Estado*], mas a reflexão sobre uma realidade desconhecida pelos escritores antigos, da qual a palavra nova é um indicador, tanto que seria oportuno falar de "Estado" unicamente para as formações políticas nascidas da crise da sociedade medieval, e não para os ordenamentos precedentes.⁸

Seguindo a linha de pensamento que viemos adotando, importa destacar que o Estado⁹ não é fruto do desejo humano, ou um ente sobrenatural, mas sim resultado das formas de organização social, a partir do desenvolvimento histórico da humanidade, bem como das relações sociais, particularmente as de produção da vida material, o que é explicado por Engels (2002), que afirma que

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro [...] É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar [...] faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 2002 p. 135).

⁷ Para definir "Estado moderno" adota-se aqui a concepção weberiana, que conforme Bobbio (2012), foi tornada *communis opinio*. Nela o Estado moderno é definido mediante dois elementos constitutivos: 1) a presença de um aparato administrativo com a função de prover a prestação de serviços públicos; e 2) o monopólio legítimo da força.

⁸ Segundo Bobbio (2012), há também teóricos que defendem que a *pólis* grega e a sociedade feudal possuíam Estado. Conforme o autor "essa é uma questão cuja solução depende da definição de Estado da qual se parta: se mais ampla ou mais estreita" (BOBBIO, 2012, p.69). Em geral, esse é um campo de discussão que apresenta opiniões diversas, por isso o conceito "Estado moderno" é usado para diferir o modelo de Estado que surge com o fim do feudalismo dos demais tipos de organizações que se antecederam, situando-o a partir da existência de um aparato administrativo e o cumprimento de certas funções que somente o Estado moderno desempenha (*Id.Ibid*).

⁹ Na Doutrina Geral do Estado, sustenta-se a necessidade de distinguir a doutrina jurídica da doutrina sociológica; enquanto que a primeira se ocupa do conjunto de normas e ordenamentos, a segunda se ocupa com o estudo da forma de organização social ao considerar que o Estado não pode ser dissociado da sociedade e das relações sociais subjacentes. Entre as doutrinas sociológicas do Estado, sobretudo duas se destacaram nestes últimos anos: a teoria marxista e a teoria funcionalista, polêmicas e antagônicas entre si (BOBBIO, 2012, p.56-60). Aqui nos abstermos de analisar, em síntese, o ponto de vista sociológico da relação de Estado e sociedade, na ótica de autores que se fundamentam na teoria marxista.

Portanto, segundo Evaldo Vieira (1992), não há como separar Estado de sociedade. Não é o Estado que cria a sociedade, pelo contrário, é determinada sociedade que cria determinado Estado, expressando nele suas relações de poder, suas injustiças e seus preconceitos. Entender esta sociedade, segundo o autor, é entender as múltiplas determinações em que a reprodução desta sociedade está situada. Determinações essas que são políticas, culturais, históricas, as quais refletem diretamente no Estado. Isto é, “[...] o Estado retrata uma relação de dominação dos homens sobre os homens, baseada na força. Esta força se manifesta mais comumente através da imperatividade da lei” (VIEIRA, 1992, p. 20). E “[...] no cotidiano das lutas políticas, o governo vai fixando a orientação da política econômica e da política social” (*Id. Ibid.*).

Assim como a realidade social é um constante devir e é resultado da disputa de diferentes interesses e projetos societários que estão presentes nela - e este processo não ocorre de maneira pacífica e natural, visto que “[...] as respostas emergem de um processo de escolhas sucessivas, que envolvem confrontos, atritos, coalizões, pressões e contrapressões” (ABRANCHES, 1998, p.11) - não seria diferente no âmbito do Estado.

O Estado desempenha um importante papel na reprodução da forma de organização da sociedade, ou seja, seu modo de produzir e organizar as relações sociais, agenciando suas políticas econômicas e sociais no sentido da manutenção da ordem, inclusive com a implementação de políticas sociais que, de certo modo, amenizem os efeitos negativos do capitalismo. (VIEIRA, 1992).

É um espaço com poder de orientar o conjunto da sociedade, regular e arbitrar conflitos e oposições e estabelecer a coesão social, um consenso, mesmo sendo muitas vezes um consenso forjado. É um espaço de reivindicações e de concessões e tem seu poder repressivo e ideológico, de integração social e de organização burocrática, mediador da práxis social. É ainda determinante e determinado pela esfera econômica, e historicamente ocupado majoritariamente por agentes que detém também condições econômicas privilegiadas. "A ação do Estado se situa, então, em relação à correlação das forças sociais" (FALEIROS, 1980, p. 47). Ele “representa a organização geral da sociedade e o poder de se impor à ela pela força ao mesmo tempo que é reconhecido e legitimado pela sociedade” (FALEIROS, 1991, p. 36).

Importante mencionar que comumente nos é apresentada a ideia do Estado como o ente responsável pelo zelo do bem comum, garantidor das mesmas condições para todos,

independente da condição socioeconômica de cada sujeito. O discurso é de que o Estado é responsável por ações voltadas para o bem da coletividade e que é prestador de serviços em diferentes áreas com vistas a atender as demandas da coletividade. No entanto, esse discurso omite e encobre a contradição que existe no interior do Estado, abordada por Faleiros e Vieira, citados nos parágrafos anteriores.

Conforme Netto (2005), o Estado passa a ter importante papel em um contexto de problemas econômicos e sociais advindos da desigualdade social inerente à ascensão da sociedade urbano-industrial, em face da degradação das condições de vida de grande parte da população que após a dissolução do regime feudal estava coersitivamente livre, porém sem acesso a terra e aos instrumentos de trabalho, e assim tornaram-se mendigos e desocupados que vagavam pelas cidades. Esse processo histórico foi inevitavelmente tomado por conflitos e questionamentos que ameaçavam a ordem, momento em que o Estado passa a intervir na questão social¹⁰ que se apresentava (NETTO, 2005).

O Estado passa então a atuar sistematicamente sobre os reflexos das mudanças sociais, que se expressavam imperiosamente nas condições de vida do conjunto dos trabalhadores (*Ibidem*). Para enfrentar a questão social emergente, são criadas as **políticas sociais**, conforme nos explicam Iamamoto e Carvalho (2003),

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre empresariado e classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. Assim, as condições de vida e trabalho dos trabalhadores já não podem ser desconsideradas inteiramente na formulação de políticas sociais [...] (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p.77).

A pobreza que se generalizava, apresentou-se, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2003), como uma ameaça à ordem constituída a partir do momento em que os operários reivindicaram por meio de lutas e greves o atendimento de suas necessidades, fato este que despertou a preocupação dos setores mais privilegiados da sociedade. Diante disso, a questão

¹⁰ Questão social é definida por Iamamoto e Carvalho (2003) como o conjunto das "expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão." (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 77). Para Netto (2005a, p. 155), as manifestações mais imediatas da questão social são a forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo ante as conjunturas econômicas e sociais adversas.

social passa a ser foco de atenção e o Estado inicia a elaboração de políticas sociais, a fim de minimizar as sequelas decorrentes da contradição social apresentada.

Contudo, os direitos são conquistados a duras penas pelos trabalhadores e o acesso às políticas sociais é restrito e paliativo, apenas para amenizar e não resolver as problemáticas que se apresentam, pois para isso os fundamentos em que se assenta a sociedade precisariam ser revistos. Então, cria-se várias políticas sociais focalizadas e paliativas para cada expressão da desigualdade: fome, falta de habitação, desemprego, invalidez, doenças, analfabetismo, abuso de substâncias psicoativas, etc. (NETTO, 2005, p.30-34), sem contudo, questionar e abordar a origem de toda problemática que se apresenta... "E se algum dia colocamos tudo isso em questão, haverá alguém ao nosso lado, falando com a 'voz da experiência', a espantar nossas dúvidas, dizendo-nos *que sempre foi assim*" (NETTO; BRAZ, 2006, p.78-79 – grifos dos autores).

É nesse contexto que o Estado desempenhou - e continua desempenhando - papel fundamental para a manutenção da ordem social. Assim, não apenas a política social é funcional ao capitalismo, mas o próprio Estado, visto que "atua na organização da economia operando notoriamente como administrador dos ciclos de crises" (NETTO, 2005, p. 26).

José Paulo Netto (2003) esclarece ainda que

No domínio da saúde, da habitação, da educação, da renda, do emprego etc., o foco das políticas sociais recai sempre sobre uma expressão ou expressões da chamada "questão social". O Estado apresenta respostas quando os afetados por essas expressões são capazes de exercer, sobre ele, uma pressão organizada. Não basta que haja expressões da "questão social" para que haja política social; é preciso que aqueles afetados pelas suas expressões sejam capazes de mobilização e de organização para demandar a resposta que o Estado oferece através da política social (NETTO, 2003, p.15).

O autor conclui a ideia acima lembrando também que nem sempre o Estado aguarda o surgimento de pressões sociais reivindicatórias para implementar políticas sociais. Muitas vezes, "[...]e isso ocorre sobretudo a partir dos anos 30 do século XX" (*Id.Ibid*), há uma antecipação estratégica da aplicação de políticas sociais, para se evitar mobilizações organizadas.

Apresentando um panorama mais recente das políticas sociais, Faleiros (1991) aponta a característica da "bondade aparente". Segundo o autor, são programas sociais realizados por órgãos estatais e também instituições privadas que recebem subvenções do Estado, doações da

comunidade, de empresas (que podem descontar tais doações do imposto de renda), e de outras instituições do exterior, que juntas com órgãos estatais prestam benefícios e serviços à parcelas distintas da população. Ainda, segundo Faleiros (1991), mesmo garantidas por lei, estas ações são apresentadas como auxílio ou benefício e comumente são utilizadas como mecanismos clientelísticos, como favores concedidos para os pobres, ou dos políticos aos eleitores. É raro haver alguma menção no sentido de esclarecer que os próprios trabalhadores financiam grande parte dos programas sociais, seja como produtores de riqueza, trabalhando nas indústrias e nos diversos ramos de produção, comércio e serviços gerando lucros, seja como consumidores que compram produtos que têm embutidos no preço os impostos pagos pelas empresas.

Faleiros (1991) também descreve bem a mediação entre política e economia, presente nas políticas sociais, através do que chama de "*quatro complexos*" que se articulam e favorecem a acumulação capitalista e, por outro lado, a subsistência dos sujeitos que necessitam de tais políticas. São eles: o *complexo sócio-assistencial* que atende os desempregados, subempregados, pobres e excluídos do mercado de trabalho. Crianças, velhos e incapazes para o trabalho também são atingidos por programas assistenciais que, "[...] distribuem roupas, alimentos, dinheiro, passagens, bolsas de estudo ou prestam serviços de informação e orientação" (FALEIROS, 1991, p. 46). No Brasil, organismos públicos e privados fazem parte desse complexo sócio- assistencial. "No caso do Estado, essa ajuda provém dos impostos, recolhidos em grande parte das classes subalternas com a taxação da produção e da circulação de mercadorias." (FALEIROS, 1991, p. 48). Ou seja, como já citado anteriormente, são os pobres que financiam seus próprios benefícios.

O segundo complexo citado por Faleiros (1991) é o *sócio-industrial* que tem como foco os trabalhadores produtivos "desmonetarizados" e "monetarizados" e busca articular a legislação social e desenvolvimento industrial. Esse complexo visa, segundo o autor, além de controlar os conflitos, garantir uma maior produtividade dos trabalhadores. Tais iniciativas, como serviços médicos, seguros, caixas de aposentadoria e até moradias, surgem, no Brasil, primeiramente dentro das grandes indústrias, para garantir o controle e a fidelidade dos trabalhadores. Posteriormente, o Estado organiza sistemas de saúde e seguridade social em que, com a própria contribuição dos trabalhadores, são constituídos os fundos dos recursos utilizados. Como exemplo cita-se o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), utilizado como um seguro para a instabilidade no emprego.

O terceiro complexo é o *sócio-financeiro* que articula, segundo Faleiros (1991), o capital financeiro às políticas sociais. Compreende os bancos, as financeiras e seguros estatais e privados, ou seja o setor do capital que controla o crédito e os juros. São exemplos os seguros de acidentes de trabalho estatais e privados, além de outros, que encontraram nessa relação uma grande fonte de lucro.

E por fim, Faleiros (1991) cita o complexo *urbano-social*, que articulado diretamente ao complexo sócio-industrial, atende certas necessidades dos trabalhadores das cidades, promovendo infraestrutura para suprir “[...] exigências de transporte, recreação, espaços culturais, centros de saúde, além de outros serviços de utilidade pública que implicam a sobrevivência cotidiana, como água, luz, esgoto e segurança pública” (FALEIROS, 1991, p.55).

Assim, não há como pensar políticas sociais descoladas da macroeconomia e entendê-las de maneira isolada. Conforme Evaldo Vieira (1992), a política social e a política econômica não podem ser analisadas isoladamente. A distinção entre uma e outra serve apenas como uma definição de campo.

Nesse sentido o Estado, segundo Vieira (*Ibidem.*), vem na história do capitalismo, assumindo alguns reclamos populares, que tornam-se direitos sociais. Ou seja, é no Estado que se formaliza juridicamente, através dos direitos sociais, aquilo que é aceitável pelo grupo dirigente do momento. Da mesma forma, para o grupo dirigente, a concessão de algumas reivindicações populares também significa manter a dominação política e a legitimidade social.

Conforme o autor citado (*Ibidem.*), o Estado de Direito representa a garantia formal das conquistas populares historicamente acumuladas, no entanto, a efetivação das garantias sociais depende de uma prática social da democracia. Esta é uma das grandes preocupações de Evaldo Vieira na sua obra “Democracia e política social”. O autor faz uma descrição do Estado relacionando a duas configurações de democracia que se formaram a partir do século XVIII. A democracia totalitária e a democracia liberal. Na concepção de Estado atual, alicerçada na configuração de democracia liberal, segundo Vieira:

A noção de democracia, que constitui a base da democracia liberal, se vincula à igualdade de oportunidades segundo a capacidade de cada indivíduo, e não à igualdade real na sociedade. Reconhecer a igualdade de oportunidades significa admitir como certo o direito de todas as pessoas

participarem da competição, visando a retirar dela o maior benefício possível. Tal é a sociedade competitiva, apregoada pela democracia liberal, que herdou do liberalismo esta concepção. É a ideia de que os indivíduos se colocam no livre mercado, cada um com sua capacidade e seu esforço, concorrendo em função de interesses e de aspirações. O mercado e sua lei fornecem e regulam o valor das pessoas e das coisas. Como o liberalismo, a democracia liberal está alicerçada no capitalismo, agora na modalidade monopolista, acompanhando as vicissitudes e seguindo o destino da economia de mercado (VIEIRA, 1992, p. 70).

Mas, na história do capitalismo, afirma Vieira (1992), a doutrina liberal de não interferência do Estado pouco ou nada se cumpriu. O Estado capitalista regulamenta, fiscaliza, restringe e apoia setores da sociedade e da economia em dados contextos históricos em que se faz necessária uma presença maior ou menor, ou até mesmo uma certa ausência, do Estado em determinados setores.

Ainda, segundo o autor (*Id. Ibid.*), a partir da década de 1990, foi possível assistir no mundo, e especificamente no Brasil, a instalação do Estado de Direito Democrático no campo jurídico-político, expresso através da Constituição de 1988. Porém, Vieira (2001) argumenta que o Estado de Direito Democrático no Brasil funciona realmente só no nível jurídico-político, pois a sociedade não é mobilizada o suficiente em torno de serviços sociais e o Estado, muitas vezes, não permite uma maior democratização desta sociedade.

Constata-se, finalmente, que a contribuição que os autores mencionados trazem para este estudo reside na análise crítica das relações sociais, que permite observar com clareza as vicissitudes e limitações da sociedade capitalista, do Estado nela inserido e das políticas sociais originadas dessa relação. À luz destas determinações sócio-históricas vamos analisar, na sequência, a Política de Educação Superior e seus delineamentos mais recentes que permitiram a implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

1.2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA BRASILEIRA

Para analisarmos o Ensino Superior no Brasil, vamos primeiramente entender um pouco melhor o conceito de "ensino superior". Para tanto, na sequência abordamos o referencial teórico que embasa o nosso entendimento de Educação Superior.

O *gérmen* originário da Universidade são as antigas escolas gregas e romanas que

configuram as bases para as primeiras instituições universitárias, as quais surgem entre os séculos XI e XIV na Europa em meio aos conflitos e contradições inerentes à crise do modo de produção feudal. (BENINCÁ, 2011, p.31-32)

As primeiras manifestações do ensino superior no Brasil surgiram bem mais tarde. Por volta do início do século XIX ocorre a criação dos primeiros cursos superiores voltados à formação profissional, diretamente controlados pelo Estado e de cunho extremamente elitizado. Vale ressaltar que a Coroa Portuguesa impediu sistematicamente a criação de universidades no Brasil durante o período colonial. Somente a partir de 1808, com a chegada da família real, permitiu-se a criação das primeiras instituições de ensino superior que adotaram cunho profissionalizante, com cursos nas áreas de medicina, engenharia e direito, e foram instaladas em metrópoles economicamente importantes na época. (*Id. Ibid.*)

As Universidades e o ensino superior brasileiro, nos moldes que hoje conhecemos, foram somente implementados no início do século XX, quando várias escolas de ensino superior foram criadas e quando – por meio das Constituições federais de 1934 e 1937 – o Estado permitiu a descentralização do ensino superior, possibilitando a criação de instituições públicas e privadas, com o objetivo primário de “[...] formar uma elite intelectual para servir às demandas da classe dominante e da indústria nascente [...]” (*Ibid.*, p. 33 – grifo nosso).

Temos aqui, portanto, um elemento central que compõe a Educação Superior. A Universidade é uma *Instituição Social*, “[...] isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada [...]” (CHAUÍ, 2001, p.35 – grifo nosso). Ou seja, as relações sociais estabelecidas entre os indivíduos constituem a sociedade e as instituições sociais, como já abordamos no item anterior (1.1). Assim, tais instituições, dentre elas a Universidade, compõe a sociedade capitalista, e como nos lembra Faleiros (1997), se configuram como um espaço político nos meandros das relações entre o Estado e a Sociedade.

Nessa perspectiva, a Universidade, enquanto instituição social, produto da sociedade, acaba contribuindo com a manutenção da ordem vigente e exclui dos seus espaços a grande maioria da população, perpetuando a desigualdade social existente na sociedade. Esta realidade é descrita por Mézáros que afirma:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal

necessário à máquina produtiva em expansão do sistema capitalista, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade [...]. (MÉSZAROS, 2008, p. 35)

Na mesma linha, Florestan Fernandes (1975) aponta que a Universidade Brasileira lançou suas raízes históricas, culturais e pedagógicas em modelos institucionais europeus, resumindo-se de início a uma única função: a de preparar um certo tipo letrado apto para o exercício de profissões liberais. Desse modo, o ensino superior brasileiro nasceu com caráter colonialista, dependente e classista. Em face disso, a Educação Superior estabeleceu historicamente bases elitistas e se consolidou como um local privilegiado para a (re)produção das elites econômicas do país.

Na história mais recente do Brasil, a educação vem sofrendo influência dos organismos internacionais como o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e o Fundo Monetário Internacional, pois ao passo que os países em desenvolvimento renegociam suas dívidas e contraem novos empréstimos, devem aceitar e reproduzir as condicionalidades e os receituários destes organismos. Uma das consequências tem sido a transformação da educação em serviço/mercadoria. Nas palavras de Dias Sobrinho,

Aos países que buscam seus empréstimos [o Banco] impõe que a educação se ajuste a uma nova realidade de restrições orçamentárias, torne-se mais eficiente, produtiva e útil ao mercado, particularmente estreite seus laços com a indústria e assuma a racionalidade do modelo gerencial. (DIAS SOBRINHO *apud* AMARAL, 2003, p. 91)

Mas, a cartilha não vem meramente imposta do exterior, conforme nos explica Chauí (2001, p. 203), há, sim, uma “[...] sintonia ideológica fina entre o pensamento do Banco e do MEC, que rezam pela mesma cartilha neoliberal de privatização do que é público e do mercado como destino fatal [...]”. Assim, o Brasil abre a Educação Superior aos ditames do mercado e da prática contemporânea da Administração “[...] que se costuma batizar de 'tecnocracia', isto é, aquela prática que julga ser possível dirigir a universidade segundo as mesmas normas e os mesmos critérios com que se administra uma montadora de automóveis ou uma rede de supermercados.” (CHAUÍ, 2001, p. 196)

Então, se outrora a educação foi espaço privilegiado para a reprodução das relações sociais e da ideologia dominante, e se o ensino superior se distinguia por ser um bem cultural da elite dirigente, hoje a educação é encarada como investimento, preparo de mão-de-obra

para o mercado e que deve gerar lucro social. (CHAUÍ, 2001)

Nesse contexto, é certo que a educação no geral - e o ensino superior de modo particular - é uma dimensão da vida social que contribui para a internalização de valores e consensos intrínsecos à sociedade atualmente estabelecida. Contudo, é também nessa dinâmica que se instauram algumas possibilidades concretas de construção de uma educação emancipadora que permita modos autônomos de pensar, que promova o pensamento reflexivo e crítico e a apropriação qualificada do acervo cultural, científico e tecnológico produzido pela humanidade e que possibilite uma consciência ampla e criativa capaz propor alternativas às problemáticas que assolam a humanidade (CFESS, 2012). Compreendemos que é fundamentado nesta premissa que a Educação (incluindo a Educação Superior) deveria atuar. Porém, no contexto histórico que vivenciamos, as Instituições escolares, por motivos já expostos anteriormente, não têm dado este direcionamento à educação.

Posto isso, nosso ponto de partida para apreender a conjuntura da educação no Brasil nos anos 2000, são as transformações que ocorreram mundialmente na esfera da produção na segunda metade do século XX, mais especificamente no final da década de 1970, cujos impactos foram determinantes para as mudanças da intervenção do Estado na questão social, impactando assim nas políticas sociais – contribuindo, inclusive, para a própria refuncionalização das políticas educativas.

A década de 1980 foi palco de um debate profundo no Brasil, pois, segundo Couto (2006), na saída da ditadura militar, gestou-se na sociedade um movimento de resistência à forma de organização do Estado brasileiro, e desse movimento resultou a Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, as décadas de 1980 e 1990 foram importantes no encaminhamento de uma nova configuração para o cenário político, econômico e social brasileiro. De acordo com Couto (2006a), tem-se, de um lado, a *ampliação da democracia* (saída da ditadura) e a *organização político-jurídica* (promulgação da nova Constituição, também denominada de “Constituição Cidadã”), e por outro lado, a *grande recessão no campo econômico*, que gerou várias tentativas de minimizar a inflação e retomar o crescimento, tendo como centralidade a economia em detrimento do social.¹¹

¹¹ Conforme Behring e Boschetti (2008), os anos 1980 são conhecidos como a década perdida do ponto de vista econômico, no entanto, na área social essa década é um período de importantes conquistas democráticas, em função das lutas sociais e da Constituição Federal de 1988.

É neste contexto que é fomentada a construção e a efetivação da Constituição Federal de 1988, a qual vem garantir legalmente direitos aos cidadãos. De acordo com Couto (2006a), é possível sintetizar que esse processo ocorreu no governo de José Sarney, o qual ficou conhecido de *transição democrática* e que teve como resultado a Carta Magna de 1988, mas que, por outro lado, também teve a articulação das forças conservadoras que pela sua pressão, tornaram inacabada a reforma prevista pela Constituição. Contudo, ainda assim, “desde a primeira Constituição republicana de 1891, [...] nenhum texto constitucional havia sido construído com tanto espaço para o contraditório [...]” (*Id. Ibid.* p.155).

Assim, na nova Constituição, aparecem contemplados como direitos sociais no artigo 6º: *a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados* (BRASIL, 2006, p. 10 – grifo nosso). Obtém-se, em suma, uma legislação com alcance social, que abre perspectivas às políticas sociais públicas, definindo o direito dos cidadãos à proteção social e o dever do Estado na garantia deste direito.

No entanto, apesar das conquistas no campo social e dos inúmeros planos econômicos¹², que visavam superar a recessão e recuperar o crescimento e desenvolvimento do país, estas medidas foram “[...] insuficiente para cumprir com as promessas feitas à população no que se refere à melhoria das condições e qualidade de vida” (COUTO, 2006a, p.142). Apesar dos inegáveis avanços tidos no Brasil neste período, estes foram acompanhados pelo agravamento da “questão social” em decorrência da crise na economia brasileira na década de 1980.

É preciso considerar, portanto, que em pleno processo de efervescência da promulgação da Constituição e das suas discussões críticas, o Brasil firmou acordo com organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), concordando, assim, com as orientações estabelecidas no Consenso de Washington¹³, as quais se opõem diretamente aos princípios dos direitos garantidos pela Carta Magna (COUTO, 2006a).

¹² O período de 1980 a 1990 teve vários planos econômicos conforme Couto (2006a), entre eles: Plano Cruzado e Plano Cruzado II (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989), Plano Collor e Plano Collor II (1990), Plano Real (1993).

¹³ Segundo Raichelis (1998), Consenso de Washington é “[...] a denominação dada a um plano único de medidas de ajustamento das economias periféricas, chancelado pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Mundial, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e pelo governo norte-americano em reunião ocorrida em Washington em 1989, quando se inaugura a introdução do projeto neoliberal em mais de 60 países [...]” (RAICHELIS, 1998, p. 71).

A Constituição de 1988 foi promulgada em uma realidade onde os compromissos do país do ponto de vista econômico estavam em sentido contrário a suas determinações. Se o texto impõe um Estado responsável pelas políticas da seguridade social, os compromissos indicam a saída do Estado desse campo, encaminhando-o ou para a ótica privada ou para a filantropia. (*Id. Ibid.*, p. 186)

Assim, no início dos anos 1990, a integração do Brasil à ordem econômica mundial se deu sob a égide do ideário neoliberal e do capital financeiro. Tais determinações políticas são de fundamental importância para compreender a intervenção do Estado brasileiro, na contemporaneidade, via políticas educacionais.

Dessa forma, pensar em políticas sociais na realidade brasileira supõe pensá-las no contexto das contradições da sociedade capitalista e nas mudanças e rearranjos que ocorrem no interior desta, que interferem diretamente na composição e estruturação das políticas.¹⁴

Para entendermos as motivações que levaram às mudanças na esfera produtiva e a adoção de medidas com vertente liberal, é fundamental rememorarmos que na década de 1970 registrou-se uma profunda crise econômica que assolou o sistema capitalista e pôs fim aos “anos dourados” da economia. Diante disso, articulou-se um conjunto de respostas, o que transformou largamente a cena mundial. Segundo Netto (1996, p.89-90) “é no curso da década de setenta que emergem, visivelmente, as transformações societárias que [...] vão marcar os anos oitenta e noventa, revelando inflexões significativas no evoluir da sociedade capitalista [...]”. Começam, então, a ser introduzidas alterações nos circuitos produtivos, processo este que é chamado de *reestruturação produtiva*.

São as chamadas transformações no mundo do trabalho (levadas à cabo para reestabelecer a economia e as taxas de lucros), que vêm acompanhadas de profundas mudanças na esfera do Estado, exigidas pelas “políticas de ajuste”, tal como recomendadas pelo Consenso de Washington. De acordo com Faleiros (2000, p.53), o governo passa a seguir o receituário monetarista do FMI implicando, na prática, no arrocho salarial, ajuste fiscal,

¹⁴ Importante mencionar também que no Brasil, em seu percurso histórico, as políticas sociais são permeadas de concepções e práticas assistencialistas, clientelistas, patrimonialistas, pontuais, focalizadas e fragmentadas. Décadas de clientelismo consolidaram neste país uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dos usuários das políticas sociais. As primeiras ações no campo das políticas sociais no Brasil se desenvolveram a partir do Estado Novo (Getúlio Vargas, 1930-1945), como resposta às necessidades do processo de industrialização. Nas décadas seguintes, as intervenções do Estado mantiveram essa característica, modificando-se casualmente, conforme a correlação das forças sociais, em diferentes conjunturas, como o Estado Novo, a Ditadura Militar e a Redemocratização do País (DUARTE; OLIVEIRA, 2005).

diminuição dos gastos sociais, redução do Estado, privatização e desregulamentação das leis trabalhistas. Essas medidas são resultado das exigências do neoliberalismo.¹⁵

No que tange às políticas sociais, nos países onde estas existiam provocou-se cortes no gasto social, desmonte dessas políticas e deterioração dos padrões do serviço público (SOARES, 2002).

[...] os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público-privado e a reprodução é inteiramente devolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação (do Estado) se reduz à ampliação do assistencialismo (*Id. Ibid.*, p.18-21).

Ainda conforme Soares (2002), todo esse processo provocou o desmonte dos incipientes aparatos públicos de proteção social. As reformas¹⁶ levaram à privatização de vários serviços públicos, ocasionando o aumento de seus custos, a redução das coberturas e a exclusão crescente dos que não podem pagar pelos serviços e/ou benefícios, sendo que para estes mantêm-se de forma precária programas sociais focalizados, emergenciais e temporários. Isto é, as políticas sociais têm focalizado o atendimento aos muito pobres, às populações vulneráveis, sob a justificativa de que os recursos disponíveis não são suficientes para atender a todos em igual proporção.¹⁷

Soares (*Ibidem.*) acrescenta que os *direitos* perdem essa condição e passam a ser *recursos* (mercadorias) regulados pelo mercado. Dessa maneira, o não acesso a eles deixa de ser um problema de responsabilidade do Estado e passa a ser um problema que deverá ser

¹⁵ Conforme Soares (2002, p.14-15) o modelo neoliberal supõe a adoção de políticas liberalizantes, privatizantes e de mercado, sendo que por trás de todas essas medidas está a ideia central de que é “o livre jogo das forças de mercado, sem nenhuma interferência, o que levaria a uma melhor utilização dos fatores produtivos em benefício de toda a coletividade”.

¹⁶ Segundo Netto e Braz (2006), a partir dos anos 80 do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contra-reformas(s), destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais.

¹⁷ De acordo com Duarte e Oliveira (2005), podemos citar como exemplo o Programa Federal Bolsa-Escola que surgiu no final do primeiro governo FHC e teve continuidade no Governo Lula, por meio do programa Bolsa-Família. Ambos enquadram-se no pressuposto liberal, têm a marca da transferência de renda como política compensatória e residual, com critérios estreitos de seleção que restringem seu raio de cobertura. Estes programas estão voltados para os estratos mais pobres da população, situados num patamar de mera sobrevivência ou de indigência, que possuem renda familiar *per capita* por volta de meio salário mínimo. São programas instituídos para responder de alguma forma às recomendações contidas nas propostas de reformas de Estado, veiculadas pelos organismos internacionais para os países em desenvolvimento, que recomendavam medidas emergenciais e compensatórias de proteção social às vítimas do ajuste estrutural inevitável. (DUARTE; OLIVEIRA, 2005, p.293-294).

resolvido no âmbito privado, ou seja, as pessoas, as famílias e as comunidades devem responsabilizar-se pelos seus problemas sociais, tanto pelas causas como pelas soluções.

Percebemos, com isso, que o neoliberalismo opõe-se radicalmente à universalidade, à igualdade e gratuidade dos serviços sociais; opõe-se aos direitos sociais e à obrigação da sociedade de garanti-los por meio da ação estatal, desmantelando assim as concepções fundamentais do Estado de bem-estar social-democrata.

Fica claro, portanto, que a ideologia neoliberal defende um *Estado mínimo para o social e máximo para o capital*, diminuindo essa instância não em todas as suas funções estatais, mas precisamente naquelas que respondem à satisfação de direitos sociais (NETTO; BRAZ, 2006, p.227). Assim, apesar dos avanços alcançados na Constituição Federal de 1988, o reconhecimento do direito não significou, na prática, a sua efetivação diante do cenário adverso que se instala, conforme destaca Vieira (1997),

Poucos desses direitos estão sendo praticados ou ao menos regulamentados - quando exigem regulamentação. Porém o mais grave é: em nenhum momento histórico da República brasileira (para só ficar nela, pois o restante consiste no Império escravista) os direitos sociais sofrem tão clara e sinceramente ataques da classe dirigente do Estado e dos donos da vida em geral como depois de 1995. (VIEIRA, 1997, p.2)

A partir dos elementos supramencionados podemos agora ter um claro exemplo de como as políticas sociais são estruturalmente condicionadas pelas características políticas e econômicas do Estado e pela forma como se constitui a sociedade capitalista, bem como pelos conflitos e as contradições que permeiam essa sociedade. O Estado articula e submete as políticas sociais aos interesses e as necessidades das políticas econômicas, conforme detalhamos no item anterior (1.1).

A compreensão da educação como constituinte da política social coloca o desafio de concebê-la nessa conjuntura, em interação com o conjunto das políticas sociais e com as características do Estado que as opera. Pois, esse Estado que há pouco descrevemos, é o responsável por gestar e conduzir as políticas educacionais, conforme bem exemplifica Ranieri (2000),

O Estado brasileiro tem presença expressiva no campo da educação superior: planeja, define políticas e as executa; legisla; regulamenta; interpreta e aplica a legislação por meio dos Conselhos de Educação; financia e subvenciona o ensino, a pesquisa e a extensão de serviços; mantém universidades e demais

instituições públicas de ensino superior; oferece diretamente ensino de graduação e pós-graduação; autoriza, reconhece, credencia, recredencia, supervisiona cursos e instituições; determina suas desativações; avalia alunos, cursos e instituições por todo o País; interfere na organização do ensino; estabelece diretrizes curriculares etc. (RANIERI, 2000, p. 23)

No âmbito da sociedade, as grandes e rápidas transformações no mundo do trabalho - citadas anteriormente - requisitam dos processos educativos novos moldes e parâmetros de formação do trabalhador. Seguindo as exigências das novas configurações, o mercado passou a requisitar trabalhadores qualificados para atuar conforme as necessidades emergentes. Com isso, a educação ganhou destaque especial. As inovações tecnológicas e o mercado globalizado passam a exigir mais do que a mera repetição de tarefas simples. Aliada essa necessidade de qualificação ao discurso de que a educação é uma importante via de ascensão social e democratização de oportunidades, a política educacional passou a ser um mecanismo essencial de enfrentamento da questão social (pobreza, miséria, desigualdade social), para promover o desenvolvimento econômico e social do país (gerar emprego, renda, aliviar a pobreza e melhorar as condições de vida da população) materializando-se, inclusive, nos receituários das grandes agências multilaterais, como o Banco Mundial. (NASCIMENTO, 2013)

Nesse contexto, em tempos de intensificação do ideário neoliberal, após 1990 no Brasil, com a reestruturação da esfera estatal, o fundo público¹⁸ é diretamente impactado, havendo restrições de recursos para a área social, em prol da recuperação da economia. Assim, além do direcionamento de dinheiro público para o empresariado por meio de isenções fiscais e tributos e para pagamento de juros da dívida pública, de acordo com Nascimento (2013), abre-se o caminho para o capital ingressar na esfera da reprodução social, mediante o processo de mercantilização/privatização dos serviços sociais, sob o argumento da impossibilidade do Estado dar respostas consistentes ao problema da desigualdade social no Brasil. Os impactos diretos logo se mostram no âmbito da seguridade social e da educação, transformadas em importante nicho financeiro (seguros de saúde privados, a previdência privada, faculdades particulares, etc).

Entre 2004 e 2007, os gastos com os juros e amortizações da dívida foi duas vezes

¹⁸ A expressão mais visível do fundo público é o orçamento estatal. O fundo público envolve toda capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, além do próprio orçamento, as empresas estatais, a política monetária comandada pelo Banco Central para socorrer as instituições financeiras etc. No Brasil, os recursos do orçamento do Estado são expressos na Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada pelo Congresso Nacional. (SALVADOR, 2010, p. 607)

superior ao gasto da União com as políticas sociais de assistência social, saúde, educação, direitos da cidadania, habitação, saneamento, gestão ambiental, organização agrária, desportos e lazer (SIAFI/SIGA-BRASIL *apud* SALVADOR, 2010). E no período de 2000 a 2009, segundo Salvador (2010), o Fundo Público transferiu para rentistas o equivalente a 45% do PIB produzido em 2009. O autor nos chama atenção para o fato de que este mesmo valor direcionado para os gastos com a dívida pública, seria suficiente para “[...] custear a educação durante 40 anos. Ou ainda pagar por sete anos os benefícios previdenciários para mais de 23 milhões de aposentados e pensionistas” (SALVADOR, 2010, p. 627).

Sob esse receituário neoliberal, a perspectiva que se sobressai é a de que o Estado brasileiro conseguirá reduzir a pobreza e a desigualdade social ao garantir as condições macroeconômicas e os aparatos jurídicos que diminuam as incertezas econômicas, e os riscos dos investimentos privados - e, com isso, ao mesmo tempo, garantir o aumento do emprego e do ganho dos trabalhadores. Assim a intervenção do Estado na educação e, ademais, na promoção da expansão do microcrédito e promoção de políticas compensatórias de caráter focalizado, são as bases de sua intervenção na questão social. (NASCIMENTO, 2013)

Ainda de acordo com os estudos de Nascimento (2013), podemos perceber melhor o contexto da privatização do ensino ao analisarmos os números de matrículas nas instituições de ensino superior no Brasil entre os anos 2000 e 2010. Das 6.379.299 matrículas da graduação, 4.736.001 estão na rede privada, enquanto que somente 1.643.298 no ensino público. No intervalo de 2001 a 2010 o número de matrícula aumentou 110,1%. Este fato, de acordo com a autora, deve-se, dentre outros fatores, ao aumento da participação da modalidade de Ensino à Distância na educação brasileira (o ensino à distância atingiu 14,6% [930.179] do número total de matrículas do ensino superior).

Não é foco deste trabalho fazer uma análise detalhada da educação no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), mas é chave para a compreensão entender as principais mudanças (que citamos anteriormente) ocorridas no Brasil na década de 1990, pois estas impactaram diretamente os rumos das políticas sociais adotadas posteriormente. Este trabalho, portanto, situará a política educacional a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (que tomou posse em 2003), pois este governo foi o responsável pela implementação do projeto de expansão do Ensino superior público, que trouxe em seu contexto a Política de assistência estudantil, e inclusive, a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - *lócus* da pesquisa apresentada na segunda parte desta dissertação.

Pretendemos, assim, apresentar os processos históricos mais recentes que influenciaram na configuração atual e, provavelmente, terão implicações para o futuro, no que se refere a Política de Educação Superior. Contudo, foge aos propósitos deste trabalho uma análise detalhada de cada um dos programas/leis/ações do governo.

De acordo com Nogueira (2003), a eleição de Lula aconteceu a partir de uma coalizão de centro-esquerda e suscitou expectativas em relação a uma brusca mudança na política econômica e social do país. Era esperado por grande parcela da população, bem como por expressivos setores da intelectualidade do país, que o novo presidente fosse capaz de operacionalizar modificações reais para o país. Esperava-se um desmonte do processo de privatização do Estado que estava em curso e acreditava-se que Lula fosse capaz de desenvolver um projeto estratégico de modo a efetivar reformas democráticas.

No entanto, o governo Lula, como afirma Nogueira (2003), estava envolvido em um paradoxo: ao mesmo tempo que necessitava ganhar legitimidade e responder às demandas crescentes advindas de uma sociedade desigual, viu-se envolto nas limitações decorrentes do redimensionamento do Estado.

No que se refere à política de educação, especialmente a educação superior, algumas análises de teóricos¹⁹ apontam que o governo Lula foi caracterizado por continuidades e rupturas em relação às políticas iniciadas no governo FHC, devido aos vários acordos já firmados com as agências internacionais. O governo Lula seguiu assim cumprindo pactos e tentou instaurar algumas mudanças, como bem destaca Oliveira (2009),

Pode-se considerar que no decorrer desses dois mandatos do presidente Lula houve iniciativas importantes do ponto de vista de políticas regulares de educação no sentido de buscar recuperar o papel protagonista do Estado federal como promotor de políticas para o setor, bem como de tentativas de correção de distorções naturais de um país com as dimensões do Brasil e com suas diferenças regionais (OLIVEIRA, 2009, p. 207).

É preciso observar, no entanto, a política de governo adotada²⁰, que acaba influenciando a política educacional e de forma específica o ensino superior. Essa política deve ser analisada

¹⁹ A exemplo: Sguissardi (2006; 2008), Trópia (2007), Saviani (2010), entre outros.

²⁰ De acordo com os estudos de Nascimento (2013), os governos ditos progressistas, como é o caso do ex-governo Lula da Silva (2003-2010), redefinem suas agendas para a intervenção na questão social incorporando o pensamento da “terceira via”, do teórico precursor Anthony Giddens, ou seja um novo modelo de social-democracia. Neste ideário, as propostas para o combate das desigualdades sociais concentram-se no estímulo aos programas de transferência de renda, ao empreendedorismo e investimento no chamado capital humano.

como resultante de um processo político de alianças e embates de classes. Nesta direção, nos anos 2000, sob a gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), as medidas que foram conduzidas no interior das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES sob a denominação de reformas (incluindo-se as políticas de assistência estudantil), possuem, na realidade, um caráter conservador. Ou seja, a reestruturação da universidade responde às novas exigências de mercado, e, com isso, serve à hegemonia burguesa. Porém, no discurso político as medidas são apresentadas como um grande avanço na democratização ao fazer referência à expansão de vagas e matrículas na educação superior. (NASCIMENTO, 2013)

Para entender melhor esse contexto, vamos inicialmente retomar as bases legais e, na sequência, analisar os fatos. A principal ferramenta jurídica norteadora das políticas públicas para a educação no Brasil é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esta Lei define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição de 1988. A LDB em vigência atualmente foi sancionada em 20 de dezembro de 1996. Em um de seus dispositivos (art.87, § 1º), a LDB prevê que a União deveria encaminhar ao Congresso Nacional, no prazo de um ano a partir da promulgação da lei, o Plano Nacional de Educação (PNE) com diretrizes e metas para os dez anos seguintes (BRASIL, 1996).

Porém, o primeiro PNE foi aprovado apenas em 2001. Neste documento ficou evidenciada a necessidade de reformulação das políticas públicas para o ensino superior, quando cita em seu texto que: "A educação superior enfrenta, no Brasil, sérios problemas, que se agravarão se o Plano Nacional de Educação não estabelecer uma política que promova sua renovação e desenvolvimento." (BRASIL, 2001, s.p).

É importante ressaltar que o PNE 2001-2010 foi aprovado ainda no governo de FHC e sua vigência adentrou o governo Lula. No item correspondente a Educação Superior o Plano cita

A manutenção das atividades típicas das universidades - ensino, pesquisa e extensão – que constituem o suporte necessário para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País, **não será possível sem o fortalecimento do setor público**. Paralelamente, a expansão do setor privado deve continuar, desde que garantida a qualidade. (BRASIL, 2001, s.p – grifo nosso)

Registra-se, portanto, a meta de fortalecimento do ensino superior público, mas sem deixar de vista a valorização do setor privado. Em outra passagem do PNE, faz-se a seguinte menção: "Há necessidade da expansão das universidades públicas para atender à demanda

crecente dos alunos, sobretudo os carentes" (BRASIL, 2001, s.p). E aponta como diretriz: "Deve-se assegurar, portanto, que a setor público neste processo, tenha uma expansão de vagas tal que, no mínimo, mantenha uma proporção nunca inferior a 40% do total." (*Id. Ibid.*).

O PNE faz ainda referência à meta de expansão do ensino superior noturno, que *a posteriori* também será materializada no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais:²¹

Ressalte-se a importância da expansão de vagas no período noturno, considerando que as universidades, sobretudo as federais possuem espaço para este fim, destacando a necessidade de se garantir o acesso a laboratórios, bibliotecas e outros recursos que assegurem ao aluno trabalhador o ensino de qualidade a que têm direito nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno. Esta providência implicará a melhoria do indicador referente ao número de docentes por alunos. (BRASIL, 2001, s.p)

Destaca-se também a meta que mais tarde irá fundamentar a interiorização e criação de novas universidades em diferentes regiões do país: "Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País." (*Id. Ibid.*).

É com base nos pontos acima citados que o governo irá fundamentar suas principais ações em educação superior. Uma das ações polêmicas desenvolvidas no início do governo Lula é o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Instituído em 2005, pela Lei nº11.096, este Programa prevê o financiamento de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes dos cursos de graduação, ou sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Percebe-se, portanto, como a lógica neoliberal, de incentivo ao mercado e de mercantilização dos serviços básicos, invade fortemente a educação superior, visto que o Estado celebra parceria com a iniciativa privada para o provimento de um bem público disposto na Constituição Federal como direito. (NASCIMENTO, 2013)

Na mesma direção da lógica de transferência de recursos públicos para instituições privadas, consolida-se o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino superior (FIES). Este programa, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, possibilita o financiamento dos cursos de graduação do ensino superior aos estudantes que comprovem insuficiência de renda para arcar com os custos da formação em instituições privadas. (*Id. Ibid.*)

²¹ O REUNI que foi intituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. (BRASIL, 2007).

A despeito das mudanças ocorridas na educação superior durante o governo Lula, consideramos como parte fundamental e integrante do objeto de nossa análise as ações relacionadas à ampliação do acesso à educação superior. Assim, nesse estudo, vamos dar ênfase ao processo de criação e interiorização de novas IFES, abertura de novas vagas, expansão do acesso, bem como, a permanência estudantil.

No que tange a expansão das vagas das universidades públicas federais, no interior das quais estruturam-se os programas de assistência estudantil, o governo Lula teve como principal ação a consolidação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI. O Programa assume como principais diretrizes: a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno, ampliação da mobilidade estudantil, reestruturações curriculares, ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil, entre outros. (BRASIL, 2007)

A inserção da assistência estudantil enquanto uma das diretrizes do REUNI teve impacto direto na elaboração e reconhecimento do Plano Nacional de Assistência Estudantil, formulado no ano de 2007 pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e, na sua posterior institucionalização pelo Decreto Federal nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que cria o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sobre o qual trataremos de maneira mais aprofundada no próximo item (1.3).

A expansão das Universidades Federais desde o Governo Lula vem ocorrendo, em sua maioria, por meio da interiorização das instituições. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o processo de interiorização promovido pelo REUNI, mediante a criação de *campus* avançados, sejam estes vinculados aos Institutos Federais de Educação Tecnológica ou às Universidades, resultou num aumento das matrículas nas unidades de ensino localizadas no interior, que passou de 35,6% em 2007 para 47,7% em 2012 (BRASIL, 2014).

De acordo com o Decreto nº 6.096/2007, o REUNI foi concebido com o objetivo de "criar condições para ampliação do acesso e permanência no ensino superior, em nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas Universidades Federais". (BRASIL, 2007, s.p)

O artigo 6º do Decreto determina que o Plano de reestruturação elaborado por cada Universidade dará origem a instrumentos próprios que fixam recursos financeiros adicionais

destinados às Universidades, vinculando os repasses ao cumprimento das etapas/metapas. Estas metas a serem atingidas são: aumento do número de vagas oferecidas pelas instituições, medidas de ampliação ou abertura de cursos noturnos, redução dos custos por aluno, flexibilização de currículos, criação de estruturas curriculares e ações de combate à evasão e outros mecanismos que levam à expansão do sistema de educação superior. (BRASIL, 2007). Assim, no REUNI, os investimentos nas universidades estavam atrelados ao alcance de metas pactuadas.

De acordo com Araújo (2011), as Universidades que aderiram ao Programa receberam o compromisso de ter acréscimos na sua dotação orçamentária e abertura de vagas para a contratação de técnico-administrativos e professores. A adesão ao REUNI era facultada às Universidades, porém, diante da situação de precariedade das instituições em relação à recursos materiais e humanos, nenhuma recusou fazer parte do Programa. Todavia, após os impactos causados, o programa tem sido objeto de polêmicas e movimentos de resistência, particularmente, dos movimentos estudantis e docentes, que afirmam ser uma via de precarização da universidade pública, trazendo intensificação do trabalho docente e prejuízos à garantia de padrões de qualidade e excelência acadêmica, na medida em que a expansão de vagas ocorreu sem a necessária proporcionalidade de investimentos financeiros.

Além do repasse financeiro (nas condições expressas anteriormente) às instituições que já existiam, a criação de novas Universidades Federais também fez parte do desdobramento do REUNI. Na primeira fase de expansão, mais de 60 (sessenta) *campus* do interior e 10 (dez) Universidades foram criadas, sendo 6 (seis) dessas criadas por transformação, isto é, unidades (*campus*, faculdade, escola) foram transformadas em Universidades. Com a continuidade nas ações de expansão das Universidades Federais, no total foram criados 115 (cento e quinze) novos *campi* no interior e 14 (quatorze) universidades. (BRASIL/MEC, 2008). É nesse âmbito que se situa a Universidade Federal da Fronteira Sul que surgiu com recursos advindos do REUNI. Na segunda parte desta dissertação descreveremos o processo de criação e implantação da UFFS, *locus* da pesquisa apresentada neste trabalho.

De acordo com o Balanço social do MEC/SESu (BRASIL, 2014a), a expansão da educação superior foi concebida em três etapas. Na Fase I, que compreendeu o período de 2003 a 2007, teve-se como principal meta interiorizar o ensino superior público federal e foram criadas 10 novas universidades. A Fase II, ocorrida entre 2008 e 2012, foi marcada

tanto pela continuidade do processo de interiorização das universidades federais quanto pela implementação do REUNI, o qual focou na reestruturação e expansão dessas instituições. Nesse período foram criadas 4 novas universidades, dentre elas a UFFS em 2009. Finalmente, na Fase III, a expansão da educação superior caracteriza-se pela continuidade das propostas anteriores e a sua complementação com iniciativas específicas de desenvolvimento regional. Encerrada no final de 2014, essa fase compreende a criação de 4 novas universidades. Totaliza-se, portanto, a criação de 18 universidades entre 2003 e 2014²². (BRASIL, 2014a)

Cislaghi e Silva (2012), destacam a importância de se observar que, ainda que nominalmente houvesse uma ampliação dos recursos financeiros e concursos públicos, o que o REUNI propôs, na prática, é uma redução proporcional do número de docentes nas universidades federais, por meio da ampliação da relação de 1 professor para 18 alunos, bem como a redução proporcional dos recursos de custeio, que se ampliam em, no máximo 20%, segundo o decreto, em troca de uma duplicação de vagas na maioria das universidades. Nesse sentido, a expansão de vagas e de instituições não significa necessariamente compromisso com a qualidade da educação superior. A proposta de expansão estava amarrada a uma reestruturação da universidade para atender, na realidade, aos padrões internacionais pactuados.

Por outro lado, os recursos propostos pelo REUNI passaram a ser uma oportunidade para romper com a estagnação dos investimentos na educação superior, após um forte período de incentivo exclusivo ao ensino privado. Mas, cabe observar que esse investimento em instituições públicas não acabou com o financiamento público para as instituições privadas que, ao contrário, aumentou no Governo Lula, por meio do ProUni e da ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil. (CISLAGHI; SILVA, 2012)

Diante do exposto, conclui-se que o governo Lula, no que tange à educação superior, combina medidas que reconhecem a importância da educação superior, por meio do incentivo à expansão de IFES e a criação de vagas públicas, mas, não deixando de lado o caráter mercantilista e os interesses do capital, visto que não deixa de atender interesses privados,

²² São elas: 1) Universidade Federal do ABC, 2) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 3) Universidade Federal da Grande Dourados, 4) Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 5) Universidade Federal de Alfenas, 6) Universidade Federal Rural do Semi-Árido, 7) Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 8) Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 9) Universidade Federal do Pampa, 10) Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, 11) Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 12) Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira, 13) **Universidade Federal da Fronteira Sul**, 14) Universidade Federal do Oeste do Pará, 15) Universidade Federal do Oeste da Bahia, 16) Universidade Federal do Sul da Bahia, 17) Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 18) Universidade Federal do Cariri. (BRASIL, 2014a – grifo nosso).

para os quais são canalizados recursos públicos e onde a educação é concebida como produto/mercadoria a ser vendida e comprada.

Conforme o INEP (BRASIL/INEP, 2017), podemos identificar que assim como houve aumento das matrículas nas IFES, que em 2003 era de 583.843 e passou, em 2010, para 938.704, também ocorreu um aumento das matrículas nas instituições privadas, de 2.802.011 em 2003, para 4.764.062 em 2010, ou seja, um grande contingente de matrículas continua sendo nas instituições privadas. Não podemos desconsiderar o aumento ocorrido nas IFES que de 2003 a 2010 foi de 354.861 novas vagas, porém ainda insuficiente para cobrir a demanda existente. Segundo os dados apontados pelo INEP (*Id. Ibid.*), o setor privado corresponde a 73,35% das matrículas, enquanto o público federal apenas 13,29%.

Iniciado em 2011, o Governo da Presidente Dilma Rousseff - eleita em 2010 como sucessora de Lula pelo Partido dos Trabalhadores e primeira mulher a ocupar o cargo de presidência no Brasil – demonstrou, segundo Oliveira (2013), a continuidade do programa do Governo Lula para o ensino superior em relação à expansão da rede federal. A presidente Dilma Rousseff manteve o REUNI, promovendo a criação das novas Universidades Federais da terceira fase de expansão (citada anteriormente).

Na política de educação, a ex-presidente Dilma teve como grande frente de investimento o ensino técnico profissionalizante. Para isso criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, por meio da Lei nº 12.513 sancionada em 26 de outubro de 2011, que tem como finalidade a ampliação da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica por intermédio de programas, projetos e ações de assistência técnica financeira. Para o seu funcionamento, o programa utiliza-se da rede federal de ensino e também de parcerias entre o público e o privado. O público alvo são os estudantes do Ensino Médio da rede pública, trabalhadores, beneficiários de programas federais de transferência de renda, agricultores, populações minoritárias (indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência) e em situação de risco social. Esses alunos recebem incentivos financeiros para a permanência nos cursos. (BRASIL, 2011). A intenção, portanto, é formar mão de obra através de cursos técnicos e preparar trabalhadores para o mercado de trabalho. Assim, apesar do avanço na criação de Universidades públicas, permanece no Brasil, sob nova roupagem, a dualidade da formação acadêmica e formação para o preparo de mão de obra.

Ainda na primeira gestão do Governo Dilma, foi aprovado o PNE 2014-2023, em 25 de junho de 2014. Um ponto polêmico, que foi discutido e votado em separado, previa que o

investimento na educação atingisse 10% do Produto Interno Bruto até 2020. Outro destaque, que foi votado em separado retirava as despesas com programas como FIES e ProUni do cálculo dos 10% do PIB. O objetivo da proposta de alteração era destinar o referido percentual inteiramente para investimentos na qualidade das escolas, creches e universidades públicas. No entanto, essa proposta foi rejeitada e manteve-se o valor de 10% do PIB a ser destinado para todos os investimentos em educação. Dessa forma, os recursos previstos também poderão ser utilizados no ProUni, que dá isenção fiscal à instituições de ensino superior privadas que concedem bolsas de estudo, bem como no FIES e no Ciência Sem Fronteiras, que é outro programa recentemente criado pelo governo para permitir intercâmbios de estudos com outros países²³. (NASCIMENTO, 2013)

Nas eleições presidenciais do ano de 2014, Dilma Rousseff foi reeleita como Presidente para a gestão 2015-2018. Mas, já em seu primeiro ano do novo mandato, juristas alegaram que Dilma cometeu crime de responsabilidade fiscal contra a Lei orçamentária e contra a guarda e o legal emprego de recursos públicos, na forma de três decretos de crédito suplementar e operações com bancos públicos. Assim, teve início o processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, em 2 de dezembro de 2015, quando o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. (SENADO NOTÍCIAS, 2016, s.p.).

O processo caracterizou-se por polêmicas e divergências de opiniões no Parlamento e na sociedade. Em 12 de maio de 2016, o Senado decidiu pela abertura do processo e afastou Dilma do cargo. Assumiu então, interinamente, o vice-presidente Michel Temer. Os senadores que defendiam o *impeachment* elogiaram o relatório final, que argumentou pela procedência da acusação e a realização do julgamento da presidente afastada, enquanto os aliados de Dilma afirmaram que se concretizava um golpe de governo. Após 6 (seis) dias de julgamento no Senado Federal, foram 61 (sessenta e um) votos favoráveis ao *impeachment* e 20 (vinte) contrários no julgamento que ficará marcado na história do Congresso Nacional e do Brasil. Com uma duração de 273 (duzentos e setenta e três) dias, o caso se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato da Presidente Dilma Rousseff, mas sem a perda dos seus direitos políticos (*Id. Ibid.*). Assume então como Presidente, Michel Temer.

²³ O Ministério da Educação anunciou em 2016 que o Programa Ciência Sem Fronteiras permaneceria apenas com investimentos na Pós-Graduação em 2017.

Em face dos recentes acontecimentos políticos no cenário brasileiro e a mudança do chefe de governo, certamente as políticas econômicas e sociais sofrerão impactos. Com isso, é incerta a continuidade das ações até então executadas pelo governo na Política de educação superior, bem como nas demais áreas.

Enfim, cabe destacar que há críticas e méritos que precisam ser reconhecidos na Política de Educação Superior desenvolvida ao longo dos anos 2000. Conforme menciona Kowalski (2012, p.62), o aumento do número de vagas em cursos noturnos, poderá de fato representar uma oportunidade concreta no acesso ao ensino superior, principalmente para os estudantes trabalhadores. Assim como a interiorização das universidades é um meio de permitir que jovens que vivem no interior e que não têm condições de se deslocar para os grandes centros urbanos em busca do ensino superior, possam ingressar na universidade pública. Contudo, conforme acrescenta a autora, essas ações por si só não garantem de forma eficaz a permanência desses alunos, se os governos não aumentarem sua participação orçamentária na manutenção da política de assistência estudantil.

Diante dos elementos sócio-históricos até aqui abordados, é possível compreender as circunstâncias que embasam e fundamentam as decisões políticas e os atuais contornos da Política de educação superior. É nesse cenário que se deu a implantação, em 2007, do Programa Nacional de Assistência Estudantil, tema que será aprofundado na seção a seguir.

1.3 A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

No tópico anterior discorremos sobre a ampliação do acesso ao ensino superior promovido pela expansão no número de vagas e matrículas nas IFES, especialmente em decorrência do REUNI, implantado durante os Governos Lula e Dilma. Pretendemos agora, adentrar especificamente na temática da permanência, para compreender a trajetória percorrida pela Assistência estudantil para alcançar o status de reconhecimento do poder público.

Como veremos no decorrer desta seção, o cenário de origem das primeiras ações de assistência estudantil no Brasil, já assinala sua construção por meio de um processo descontínuo, com avanços e retrocessos, sendo subordinado a configuração do Estado em cada momento histórico.

De acordo com Kowalski (2012, p. 85-86), os primeiros registros de assistência estudantil estão datados no governo de Washington Luís, em 1928. Foi neste governo que teve início a construção da primeira Casa do Estudante do Brasil em Paris. Era para lá que iam os filhos das famílias brasileiras ricas, e o custeamento das despesas dos estudantes ficava a cargo do governo brasileiro. No Brasil, em 1930, no Governo Getúlio Vargas, foi criado o primeiro Ministério de Educação e Saúde e, nesse período, foi criada também, no Rio de Janeiro, a primeira Casa do Estudante do Brasil. Esta casa possuía quartos, banheiro coletivo e o restaurante popular para os alunos carentes. Getúlio Vargas, então presidente do Brasil, fazia consideráveis doações para esta Casa do Estudante.

As primeiras ações para regulamentar a assistência estudantil, deram-se logo na sequência, a partir de 1931, quando buscou-se a organização de uma política nacional de educação com diretrizes gerais. Nessa época, ocorreu a primeira manifestação sobre reformar o ensino superior e, conseqüentemente, a primeira tentativa de regulamentar a assistência para estudantes nesse grau de ensino. Como parte do projeto político de Getúlio Vargas para educação, a assistência estudantil materializou-se na Constituição Federal de 1934. No artigo 157, preconizava-se a doação de fundos a estudantes necessitados, por meio do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, médica e odontológica. (*Id. Ibid.*, p.86-87)

Destaca Kowalski (*Ibidem.*) que quando se começou a vislumbrar a assistência estudantil nas universidades, alguns requisitos eram cobrados dos estudantes assistidos, conforme a autora cita a seguir,

Dentre alguns benefícios que se previa, destaca-se a concessão de bolsas para determinados alunos, todavia, era necessário haver o entendimento entre professores e estudantes dos conselhos universitários, de que o beneficiado atendesse aos requisitos de modo a cumprir os critérios de justiça e oportunidade. Esses critérios eram embasados nos méritos de cada um sendo que, no caso de pobreza, era preciso comprovar sua situação através da “declaração de pobreza” fornecida por algum instituto assistencial, bem como era observado se o comportamento do sujeito condizia com a pobreza que declarava. Caso ela fosse confirmada, ele se tornava merecedor da bolsa. (FÁVERO, 1980 *apud* KOWALSKI, 2012, p.86).

Ainda de acordo com Kowalski (2012), outro marco importante na história da assistência estudantil deu-se em 1946 com a Constituição Federal que promulga no Capítulo

II – “Da Educação e da Cultura”, artigo 166, a educação como um direito de todos, que deveria ser ministrada no lar e na escola, com base nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Já no artigo 172, regula a assistência estudantil ao afirmar que “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (KOWALSKI, 2012, p.88-89).

No ano de 1961 foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que estabelecia no artigo 90 a assistência social, médico-odontológica e de enfermagem aos estudantes, e, no artigo 91, a oferta de bolsas gratuitas aos educandos para custeio total ou parcial dos estudos, com financiamento para reembolso no prazo de quinze anos. A LDB colocava a assistência estudantil como um direito que deveria ser garantido de forma igual a todos os estudantes. (*Id. Ibid.*)

Mas foi de fato na década de 1980 que a discussão sobre a permanência estudantil passa a ganhar mais concretude. Os problemas decorrentes do acesso e permanência na educação superior ganham espaço para ser discutidos nos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários/Estudantis e nas reuniões realizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Esses espaços de discussões criaram condição para ser instituído em 1987, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que congrega Pró-Reitores e Responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IFES do Brasil²⁴, que na busca pelo estabelecimento de uma política nacional dirigida à comunidade universitária, aprofundou as discussões e ações na sistematização de uma proposta de política de assistência ao estudante que garantisse acesso, permanência e conclusão de curso nas IFES. (KOWALSKI, 2012).

Conforme a autora citada acima, essas discussões ganharam eco com a promulgação da Constituição Federal de 1988, cuja finalidade era buscar a garantia da efetividade dos direitos fundamentais e a prevalência dos princípios democráticos. Embora esse documento não abordasse especificamente a educação superior, é a partir dele que se começa a aprofundar as

²⁴ O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE é órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES. Criado em 1987 com a finalidade de promover a integração regional e nacional das Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas visando fortalecer as políticas de Assistência ao Estudante. O FONAPRACE objetiva: garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das IES Públicas na perspectiva do direito social; proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência na Instituição; assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico; contribuir na melhoria do Sistema Universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar, quando decorrentes de dificuldades socioeconômicas. (ANDIFES, 2012, p.103).

discussões referentes ao acesso e a permanência nas universidades. Todavia, esse processo se constitui entre disputas de interesses e percalços políticos. A década de 1990 já passa a ter restrições orçamentárias e, na LDB de 1996, sinaliza-se um retrocesso na compreensão do apoio à permanência dos estudantes no ensino. No artigo 71, inciso IV da LDB, registra-se: “Não constituirão despesas de manutenção e de desenvolvimento do ensino, aquelas realizadas com: Programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social” (BRASIL, 1996).

Nessa trajetória, a assistência estudantil passa mesmo a ter notoriedade somente a partir dos anos 2000, com a atenção dada pelo governo à expansão do ensino superior, conforme vimos na seção anterior. Ganha destaque nesse contexto a aprovação do Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, que instituiu o REUNI. O mesmo prevê em seu Art. 1º, a criação de mecanismos que possibilitem a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação. Como diretrizes, destaca no artigo 2º, item II, a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil. (BRASIL, 2007)

Assim, com o objetivo de dar consistência e respaldo para a implementação de políticas voltadas para a assistência estudantil, o FONAPRACE realizou um estudo sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras em 1997 e 2004, que mapeou a realidade nacional das universidades federais, possibilitando diagnosticar a situação dos estudantes matriculados (ANDIFES, 2011, p.11). O Plano Nacional de Assistência Estudantil foi formulado, portanto, a partir destes estudos. Esse trabalho identificou as dificuldades socioeconômicas de uma parcela significativa do segmento estudantil como uma das causas da evasão e da retenção. Questões como moradia, alimentação, manutenção, meios de transporte e saúde são algumas das demandas primordiais para garantir a permanência desses estudantes nas IFES. Assim, o Plano Nacional de Assistência Estudantil, elaborado pelo FONAPRACE em 2007, apresenta as diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos dessa natureza. (ANDIFES, 2007)

Desse modo, após longa trajetória histórica, a assistência estudantil finalmente passa a ter um reconhecimento. É aprovado, em 2007, o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, pela Portaria Normativa nº 39 do MEC, de 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007a). Não obstante, apenas a partir de 2008 é que o poder público, atendendo a antigas reivindicações das IFES e dos movimentos estudantis, passou a destinar recursos orçamentários para a assistência estudantil, sendo que recentemente, em 19 de julho de 2010,

o ex-presidente Lula transformou o Programa em Decreto de nº 7.234/2010. (BRASIL, 2010).

Nesse decreto, o Art.1º dispõe sobre a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Em seu Art. 2º informa que são objetivos do PNAES:

I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; **II** - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; **III** - reduzir as taxas de retenção e evasão; e **IV** - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010, s.p.).

Outro ponto que merece destaque é o Art. 3º, §1º, o qual descreve as áreas em que as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas, sendo elas:

I-moradia estudantil; **II**-alimentação; **III** - transporte; **IV** - atenção à saúde; **V** - inclusão digital; **VI** - cultura; **VII** - esporte; **VIII** - creche; **IX** - apoio pedagógico; e **X** - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010, s.p.).

O Decreto ainda define no Art.4º, parágrafo único, que as ações desenvolvidas no âmbito da assistência estudantil "*devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras*" (BRASIL, 2010, s.p. - grifo nosso). Porém, o decreto prioriza determinado público-alvo que atende alguns critérios, conforme preconiza o artigo 5º:

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. (BRASIL, 2010, s.p. - grifo do autor).

Com isso o governo determina critérios mais focalizados para a seleção dos estudantes que serão atendidos pela política, o que faz lembrar o histórico de um passado recente no Brasil, quando surgiram as primeiras iniciativas de assistência estudantil.

Esta característica, eminentemente assistencial, focalizada para alunos de baixa renda,

tira do debate a universalização da assistência estudantil. Aqui cabe mencionar que a Assistência Estudantil não está vinculada à Política de Assistência Social, tendo inclusive legislação própria e, portanto, não se submetendo aos preceitos da regulamentação da Assistência Social. Assim, a assistência estudantil deve ser entendida enquanto política educacional, uma vez que trata de diversas ações de apoio desenvolvidas no âmbito da educação (NASCIMENTO, 2013). Além disso, de acordo com a legislação que decreta o PNAES, as ações são planejadas e executadas pela própria instituição de ensino superior, que deve também acompanhar e avaliar o desenvolvimento da política.

A assistência estudantil é, portanto, reconhecida legalmente em meio ao processo enaltecido como “democratização”²⁵, levado a cabo pelo governo federal ao longo dos anos 2000, quando promove a ampliação das vagas e matrículas no ensino superior. Nesse cenário é necessário destacar o papel fundamental do FONAPRACE na garantia destas conquistas, e, sem o perigo do exagero da retórica, sublinhamos a sua contribuição estratégica para a construção da assistência estudantil brasileira. No entanto, como bem destaca Nascimento (2013), não podemos deixar de atentar para os limites e contradições da concepção de assistência que passou a ser disseminada pelo próprio Fórum já no início dos anos 2000. Sob o lema “assistência estudantil como questão de investimento”, apresentam-se elementos que apontam para uma concepção produtivista da educação, e da própria assistência estudantil. A ideia de “investir na assistência estudantil”, carrega um sentido de retorno, de contrapartida, de funcionalidade, de utilidade destas ações para um objetivo específico.

Neste sentido, a funcionalidade da assistência estudantil à “nova pedagogia da hegemonia” burguesa se expressa na sua instrumentalidade em produzir respostas concretas (no que tange ao controle dos níveis de evasão e retenção universitárias) às propostas produtivistas dos programas do chamado processo de “democratização” da educação superior. (*Ibid.*, p. 116).

²⁵ Utilizamos o termo entre aspas para expressar a contradição existente entre o significado real do termo e a ressignificação do mesmo a partir da intencionalidade do REUNI. Na prática o que se promoveu por parte do governo foi a expansão do ensino superior público pela utilização máxima da capacidade de operação das IFES, onde o governo “incentiva” as IFES a firmarem contratos de gestão, por meio do estabelecimento de termos de compromisso, pelos quais recebem verbas públicas pelo cumprimento das metas assumidas dentro de prazos estabelecidos e mediante indicadores quantitativos. A pretensão do governo é atingir um aumento substancial de ingressantes nas IFES e tem como metas principais: a elevação da taxa de conclusão dos alunos para 90% e o aumento da relação aluno/professor para 18. (BRASIL, 2007). Com esse modelo de expansão, apesar de garantir acesso a muitos estudantes, tem-se produzido, por outro lado, um quadro de precarização e deficiências na produção do conhecimento científico com bases sólidas (pesquisa e extensão), já que os recursos orçamentários e humanos são, por vezes, insuficientes para garantia das condições mínimas de funcionamento, em especial no atual quadro de ajustes orçamentários processados pelo governo federal nos anos 2015 e 2016.

Dessa forma, a assistência estudantil aparece na agenda governamental - inclusive com significativa dotação orçamentária - vinculada ao controle das elevadas taxas de evasão e retenção universitária. Esses índices são empecilhos para materialização das propostas “democratizantes” da universidade pública, sobretudo por reduzir a “eficiência” do sistema público, pois aumentam os gastos do governo federal e impedem a liberação das vagas para outros estudantes, fatores estes que distanciam o governo do alcance da meta de 90% de taxa de conclusão de curso.

De fato, é necessário reconhecer que a evasão e retenção escolar podem ter relação com questões de ordem financeira, como a ausência de recursos para se manter ou a necessidade de trabalho por parte do estudante, para a subsistência dele e de seus familiares. Nesse cenário, a assistência financeira tende a contribuir para auxiliar aqueles indivíduos que provêm de famílias de baixo poder aquisitivo. Contudo, é preciso observar que as situações de evasão passam também por inúmeros outros condicionantes que podem interferir no processo de formação. Esse assunto será melhor discutido, a seguir, na segunda parte desta dissertação.

Desse modo, entendemos que para a ampliação e expansão de vagas resultar efetivamente em um processo de inclusão social, de fato democratizante, é necessário garantir, além do acesso ao ensino superior público, uma política pública sólida e contínua voltada à permanência e apoio à formação integral e de qualidade dos sujeitos sociais que ingressam na Universidade. Esse assunto se fará muito presente na análise que apresentaremos na sequência, acerca da investigação que compõe este estudo.

SEGUNDA PARTE: ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – *CAMPUS REALEZA*

Com a expansão do acesso à educação superior, ocorrida nos últimos anos, conforme visto na primeira parte desta dissertação - seja por meio de bolsas de estudo em instituições privadas ou por meio da criação de vagas públicas e de novas IFES - outros elementos se colocam para o debate, à exemplo da permanência e a diminuição dos índices de retenção e evasão, já que a gratuidade do ensino não é o único elemento para assegurar a manutenção do estudante e a conclusão de sua trajetória de formação no ensino superior.

Analizamos anteriormente algumas ações empreendidas no âmbito do REUNI, projeto concebido pelo governo federal, que norteou a ampliação do acesso e permanência na política de educação superior. Mas, embora muito se tenha falado nos últimos anos sobre a democratização do acesso, o ingresso no ensino superior não implica necessariamente a sua conclusão. Esse assunto é pauta de discussões desde a criação do FONAPRACE. Não obstante, apenas a partir de 2008 é que o poder público, atendendo à antigas reivindicações das IFES e dos movimentos estudantis, passou a destinar recursos orçamentários para a assistência estudantil, em face da política de expansão. Nesse contexto histórico se cria o PNAES, instituído como política governamental para auxiliar na concretização das metas do REUNI.

Os instrumentos normativos e legais reconhecem que a ampliação das políticas de acesso devem estar aliadas às de permanência. Além de ampliar as possibilidades de acesso, via REUNI, cria-se o PNAES para democratizar as condições de permanência, entendendo-se que as ações de assistência estudantil são meios para viabilizar a igualdade de oportunidades, a melhoria do desempenho acadêmico e reduzir a taxas de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (BRASIL, 2010).

É a partir dessa ótica que Alves (2002, s.p.) defende que a condição socioeconômica deixaria de ser uma variável negativa, ou mesmo impeditiva do percurso universitário, e assim todos os estudantes poderiam ter igual acesso ao saber e à produção do conhecimento. Em outras palavras, se a assistência estudantil possibilitar as condições financeiras para que os estudantes possam suprir suas necessidades básicas, garantiria-se a igualdade de oportunidades. Entretanto, temos alguns questionamentos quanto à essa premissa, os quais pretendemos esclarecer ao longo da investigação.

É essa relação entre acesso e permanência que se pretende trazer à luz do debate nesta segunda parte do presente estudo, analisando a experiência do *Campus Realeza*, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Para tanto, vamos expor inicialmente os procedimentos metodológicos adotados na realização desta pesquisa. Nas seções que seguem serão apresentados o campo em que a investigação foi desenvolvida, os procedimentos de coleta e análise de dados e as considerações relacionadas à interpretação das informações pesquisadas.

2 PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: Acesso e Permanência estudantil na UFFS - uma equação possível?

Neste tópico vamos caracterizar a pesquisa de acordo com a metodologia científica utilizada para a abordagem do problema, quanto à natureza dos objetivos e o delineamento dos procedimentos de coleta, análise e interpretação dos dados. Ressaltamos que todos os cuidados foram observados para seguir com rigor a metodologia científica, a fim de atingir os objetivos a que nos propusemos. A seguir passaremos a expor o percurso metodológico desta investigação.

Cabe destacar, inicialmente, que entendemos pesquisa como "[...] o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico." (GIL, 2010, p.26). É por meio da pesquisa, com o emprego de procedimentos científicos, que podemos descobrir respostas para o problema que elencamos. Portanto, conforme Gil (2010), pode-se definir pesquisa social como "[...] o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social" (*Ibid.*, p.26). Assim, fazemos uso do método científico, compreendido pelo autor supracitado como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos.

Na primeira parte desta Dissertação, verificamos que na Política de Educação Superior brasileira a conquista de um marco legal específico, que não assegure somente o acesso, mas amplie as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, deu-se com o Decreto nº 7.234, em 19 de julho de 2010. Este dispositivo legal orienta a implementação de diversas ações de assistência estudantil, considerando a *"necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho*

acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão [...]." (BRASIL, 2010, s.p – grifo nosso).

É fundamental, portanto, compreender a assistência estudantil como parte da política educacional. Assim, a assistência estudantil tem importante participação no projeto governamental de ampliação do acesso ao ensino superior, com a finalidade de permitir condições de permanência aos estudantes, e não somente de ingresso. Desse modo, o tema central que permeia este estudo é a política de assistência estudantil que tem a finalidade de possibilitar a permanência dos estudantes que acessam os cursos nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O recorte que fizemos é com enfoque no caso específico da permanência dos acadêmicos na Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza, no Paraná.

A investigação consiste em analisar a assistência estudantil e sua relação com os índices de permanência e conclusão de curso, observando os reflexos das ações implementadas com estudantes em vulnerabilidade socioeconômica que acessam a instituição e são atendidos pela assistência estudantil.

Portanto, o objetivo geral da pesquisa é analisar se após o acesso à Universidade, os programas de Assistência estudantil da UFFS têm conseguido garantir a permanência e a conclusão de curso dos acadêmicos no Campus Realeza. Para tanto, elencamos como objetivos específicos: a) Apreender o contexto de institucionalização da Assistência estudantil nas Universidades Federais; b) Identificar os programas de assistência estudantil desenvolvidos na UFFS, em atenção ao Decreto federal nº 7.234/2010, para viabilizar a permanência e conclusão de curso dos estudantes; c) Pesquisar e analisar os índices relacionados à permanência, retenção, evasão e conclusão de curso de estudantes atendidos por programas de Assistência estudantil no *Campus* Realeza, no período de 2010 a 2016; d) Evidenciar os atuais limites, as possibilidades e desafios da proposta de assistência estudantil da Universidade Federal da Fronteira Sul.

De acordo com os objetivos elencados, entendemos que esta pesquisa é de caráter descritivo, visto que incluirá a descrição das características de determinado fenômeno e o estabelecimento de relações entre variáveis. Um dos elementos mais significativos deste tipo de pesquisa é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. (GIL, 2010).

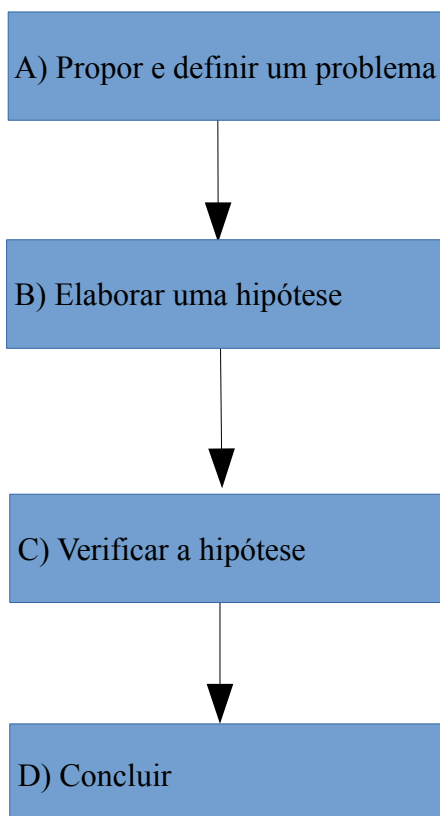
Optamos por dividir o método de investigação em duas partes. A primeira, denominamos de *método de abordagem* e, a segunda, de *método de operacionalização*. Tal

modelo se assemelha à proposta de Marconi & Lakatos (1999) e Gil (2010), ou seja, estamos considerando o processo metodológico em duas dimensões: uma de raciocínio amplo (método de abordagem) e outra de ação, articulação e operacionalização (método de operacionalização).

Para o primeiro método (abordagem), apoiamo-nos na proposta e entendimento de Laville e Dionne (1999). Esses autores consideram que todo processo investigativo surge de um problema, o que conduz à construção de hipóteses, como respostas provisórias, e que possibilita o delineamento de ações de verificação para comprovação ou não das mesmas, ou seja, “desse modo, cada um poderá julgar os saberes produzidos e sua credibilidade. *Essa operação de objetivação, como a concentração em um problema, está hoje no centro do método científico*” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 46 – grifos dos autores).

Os autores descrevem um esquema funcional do método científico que, de forma resumida, apresentamos a seguir.

Figura 1 - Esquema gráfico do método científico



Fonte: elaborado pela autora a partir de Laville e Dionne (1999, p. 47).

Cada etapa contém uma série de procedimentos. De acordo Laville e Dionne (1999, p.46-47), para atender ao método científico, o pesquisador deve se atentar aos seguintes passos:

a) Propor e definir um problema: o propósito desta etapa é ter clareza de que se está realmente investigando algo que mereça, de fato, o esforço de uma investigação científica. A delimitação do problema surge a partir da aproximação com o objeto, por meio da revisão da literatura e dos dados preliminares. A formulação do problema deve apresentar as seguintes características: 1) conscientização de um problema; 2) tornar este problema significativo e delimitá-lo; 3) delimitar o problema em forma de uma pergunta.

b) Elaborar uma hipótese: para os autores, hipótese é a passagem da formulação de um problema percebido, pessoal e sensivelmente, em relação ao contexto vivido pelo pesquisador e que, a partir de aproximações através da leitura e comparações iniciais do problema, chega-se à possível solução do problema delimitado. A mesma é provisória e poderá ser constatada como verdadeira ou não. Para tanto, é preciso que este processo apresente as seguintes ações: 1) analisar os dados disponíveis; 2) formular a hipótese tendo consciência de sua natureza provisória; 3) prever suas implicações lógicas.

c) Verificar a hipótese: após estabelecer a hipótese, fato que surge a partir da delimitação do problema, passamos, segundo Laville e Dionne (1999), para a etapa da verificação, da confirmação ou não da hipótese. Tal procedimento se dá a partir de um caminho investigativo ordenado, onde a formulação das conclusões tem apoio e referência teórica. Faz-se necessário apresentar os elementos constitutivos deste processo investigativo de forma clara, aprofundada e fundamentada. Para tanto, esta etapa requer: 1) decidir sobre novos dados necessários; 2) recolhê-los; analisar, avaliar, interpretar os dados em relação à hipótese estabelecida.

d) Concluir: por fim, a verificação possibilitará a inferência de vários dados que permitirão proceder com as seguintes ações: 1) invalidar, confirmar ou modificar a hipótese; 2) traçar um esquema de explicação significativo; 3) quando possível, generalizar e concluir e acrescentarmos outro elemento de vital importância nesta etapa; 4) possibilita elaborar proposições de melhor aplicação das informações e conhecimentos construídos no processo investigativo, permitindo elucidar ações que poderão servir para intervenção na realidade.

Segundo este modelo de Laville e Dionne (1999), apresentamos a formulação das duas primeiras etapas, a saber: delineamento do problema e elaboração da hipótese. E a partir

do tema escolhido para este estudo, atentamo-nos também para algumas questões que, segundo Marconi & Lakatos (2010), atestam a validade científica de um problema de pesquisa, quais sejam:

a) Pode o problema ser enunciado em forma de pergunta? b) Corresponde a interesses pessoais, sociais e científicos, isto é, de conteúdo e metodológicos? Estes interesses estão harmonizados? c) Constitui-se o problema em questão científica, ou seja, relaciona entre si pelo menos dois fenômenos (fatos, variáveis)? d) Pode ser objeto de investigação sistemática, controlada e crítica? e) Pode ser empiricamente verificado em suas consequências? (SCHRADER, 1974 *apud* MARCONI; LAKATOS, 2010, p.111).

Assim, observados estes critérios, a formulação e definição do problema que aqui apresentamos é resultado de pesquisas, leituras e das aproximações teóricas expostas nas seções anteriores desta dissertação. Importante ressaltar ainda que o delineamento do problema da pesquisa é fruto também do interesse investigativo relacionado ao universo profissional da pesquisadora, pois é produto de questionamentos e reflexões que foram se constituindo como elementos motivadores para a realização deste estudo. A partir desse contexto vivenciado, definimos o problema conforme segue.

Considerando a criação do Programa Nacional de Assistência estudantil como um mecanismo de política social, inserido na Política de Educação Superior pública no Brasil, com o objetivo de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior e reduzir as taxas de retenção e evasão, pergunta-se: em que medida a assistência estudantil implementada na UFFS a partir de 2010, tem possibilitado, para além do acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes no Campus Realeza-PR?

Como hipótese, propusemos a seguinte afirmação provável e provisória, que nos servirá de parâmetro básico para encaminhar a investigação empírica: ***As medidas e ações de assistência aos estudantes, adotadas nestes primeiros anos de existência da UFFS, têm garantido a permanência e conclusão de curso de mais de 50% dos universitários atendidos.***

A partir do problema e hipótese que elencamos, definimos o *método de operacionalização*, ou seja, os "meios técnicos da investigação" (GIL, 2010, p. 15), a forma como proceder para captar os dados e informações e permitir, com isso, uma análise e

interpretação que possibilite examiná-los, e, mais que isso, trazer à luz as respostas que buscamos.

Para tanto, o estudo em questão se desenvolveu por meio da abordagem quali-quantitativa. Para Denzin e Lincoln (2006, p.23), "[...] os estudos quantitativos enfatizam o ato de medir e de analisar as relações causais entre variáveis" e

A pesquisa qualitativa implica uma ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre os processos e os significados que não são examinados ou medidos experimentalmente [...], em termos de quantidade, volume, intensidade e frequência. Os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação [...] (DENZIN; LINCOLN, 2006, p.23).

Assim, caracterizamos a pesquisa como quali-quantitativa por utilizarmos as duas abordagens de análise. Na coleta, tabulação e organização dos dados trabalhamos com o método quantitativo e para a análise e interpretação usamos o método qualitativo. Goldenberg (2011, p. 62) aponta para a importância da combinação dessas duas abordagens, pois “[...] permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação em particular”.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa proposta caracteriza-se como um estudo de caso, uma vez que delimitou-se como *lócus* da investigação a UFFS – *Campus Realeza*, localizada no sudoeste do Estado do Paraná.

De acordo com Fonseca (2002),

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. (FONSECA, 2002, p. 33).

Como técnicas²⁶ de coleta de dados definimos a utilização de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica está presente ao longo de todo o estudo; ela é desenvolvida “[...] a partir de material já elaborado, contituído principalmente de livros e artigos científicos.” (GIL, 2010, p.50). Desde a aproximação inicial com a temática para a

²⁶ De acordo com Marconi & Lakatos (2010, p. 157), “*Técnica* é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática.”

definição do problema, perpassando pela elaboração do quadro teórico e conceitual, o delineamento da metodologia até a interpretação dos dados, teve-se por base as fontes bibliográficas, a saber: livros, artigos, dissertações e teses. A pesquisa bibliográfica abrange, portanto, fontes secundárias que são de domínio público.

A pesquisa documental foi a técnica utilizada para a coleta dos dados empíricos que serviram de base para análise, descrita nas seções que seguem. De acordo com Marconi & Lakatos (2010), a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, denominados de fontes primárias. Em nossa pesquisa, utilizamos documentos internos da Universidade Federal da Fronteira Sul, a saber: Histórico acadêmico dos estudantes do *Campus* Realeza participantes de programas de auxílios financeiros e Editais internos, regulamentos e relatórios relacionados à Assistência Estudantil, produzidos pela Instituição.

Os históricos acadêmicos foram extraídos em consulta ao Sistema de Gestão Acadêmica – SGA²⁷, mediante autorização por escrito fornecida pela Direção do *Campus* Realeza-PR, para realização deste estudo. Os Editais e regulamentos internos foram pesquisados no sítio eletrônico oficial desta Universidade e os relatórios compõe a documentação produzida internamente pela Pró-Reitoria e Setor responsável pela Assistência estudantil, os quais também estamos utilizando mediante autorização para este estudo. Vale ressaltar que a realização desta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEP, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, sob o Parecer nº 1.741.603, de 22 de setembro de 2016.

Como fontes de pesquisa escolhemos, portanto, arquivos institucionais que pudessem nos fornecer respostas para a questão central desta pesquisa, de acordo com os objetivos elencados. Os dados obtidos nos Editais, Relatórios e Históricos foram sistematizados em planilhas eletrônicas em computador, o que permitiu a realização de análises mediante cruzamentos e fórmulas estatísticas. As informações obtidas a partir desse processo foram interpretadas à luz do referencial teórico. Sendo assim, a fundamentação teórica subsidiou a análise do conteúdo para que esta fosse realizada de forma analítico-interpretativa, buscando

²⁷ O SGA é um *software* interno da Universidade Federal da Fronteira Sul, desenvolvido pela Diretoria de Sistemas de Informação desta Universidade, que atende todo o registro da vida acadêmica, desde a matrícula de acadêmicos, cadastros de disciplinas, rematricula online dos acadêmicos, lançamento dos conteúdos de aula, presenças e notas, além de uma interface que permite produzir relatórios. É um sistema totalmente *online* (<https://sga.uffs.edu.br>), acessado por navegador somente na rede interna da UFFS, com autorização e senha de acesso.

superar a mera descrição dos resultados.

Para facilitar a organização, detalhamos passo-a-passo o desenvolvimento da pesquisa documental: **1ª etapa**: Levantamento das listas de estudantes beneficiados nos programas de Assistência estudantil no *Campus Realeza-PR*, no período de 2010 a 2016. Documentação: Editais internos dos Programas de Assistência estudantil, Editais internos dos resultados finais que listam os contemplados nos Programas, Relatórios em formato de planilhas com as Ordens de pagamento dos auxílios financeiros de 2010 a 2016 (todos arquivos digitais); **2ª etapa**: Pré-análise e organização, em planilha, dos dados brutos coletados; Elaboração de instrumento de tabulação; **3ª etapa**: Tabulação dos dados da trajetória de cada estudante inserido nos Programas, no que se refere à sua permanência ou não ao longo dos anos nos programas de Assistência estudantil e sua trajetória acadêmica neste período. Documentação: dados previamente pesquisados na 1ª etapa e Históricos acadêmicos extraídos do Sistema de Gestão Acadêmica; **4ª etapa**: Tratamento estatístico dos dados tabulados mediante o emprego de fórmulas e cruzamentos, para sistematização dos dados da pesquisa documental; **5ª etapa**: Análise dos resultados; Elaboração de gráficos; Interpretação e correlação com o referencial teórico.

Importante registrar que nesta pesquisa não definimos o uso de amostra. Foram analisados os dados de todos os acadêmicos que participaram dos Programas de Assistência estudantil no *Campus Realeza-PR*, no período de 2010 a 2016. Desse modo, o *universo* de participantes dos programas integrou o presente estudo.²⁸

Fizeram parte da pesquisa, acadêmicos que estiveram inseridos nos programas por apenas um semestre, bem como aqueles que participaram continuamente ao longo dos anos, somando assim um total de 572 (quinhentos e setenta e dois) estudantes que tiveram seus dados analisados neste estudo. Pesquisamos e registramos a trajetória de cada universitário no que se refere: a) se esteve inserido ou não nos referidos programas em cada ano (2010 a 2016); b) sua trajetória acadêmica (matrícula ativa, evadido, retido, graduado); c) perfil de cada sujeito (sexo, idade, naturalidade).

Com relação ao recorte temporal da pesquisa, optamos por abranger os dados desde o princípio da implantação da Universidade (2010) até o período atual. Ressaltamos que a

²⁸ *Universo* significa um conjunto definido de elementos que possuem as mesmas características. *Amostra* é um subconjunto do universo, ou seja, uma quantidade definida - segundo os princípios da Teoria da amostragem - a partir da qual se estima as características desse universo. A necessidade de amostragem deve ser observada quando a pesquisa abrange um universo tão grande que se torna impossível considerá-lo em sua totalidade. Nesse caso, seleciona-se uma pequena parte (amostra), que compõe o universo. (GIL, 2010, p.89-90).

pesquisa foi realizada no ano de 2016, portanto os dados referentes a este ano também foram observados. A conclusão da análise e redação, bem como a Banca de Defesa desta dissertação ocorreram no ano de 2017.

A documentação pesquisada constituiu um dossiê, armazenado em computador, contendo pastas separadas para arquivamento dos Históricos acadêmicos analisados, Relatórios de pagamentos de auxílios financeiros e Editais e regulamentos internos que fizeram parte da pesquisa. Teve-se o cuidado de manter sempre um *backup* desta documentação em outros meios digitais, pois qualquer perda de dados implicaria em um enorme atraso no cronograma da pesquisa.

Para a coleta e tabulação, despendeu-se muito tempo e esforço (além do planejado), pois inicialmente os dados estavam todos dispersos. Uma vez que a pesquisa compreende um período temporal de sete anos (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016) e não houve o devido cuidado da instituição no arquivamento destas informações ao longo dos anos, a coleta exigiu tempo e paciência.²⁹

Foi preciso localizar, primeiramente, todas as informações necessárias para, então, organizar e selecionar os elementos relevantes para este estudo. Feito isso, iniciou-se a tabulação. Criamos um instrumento em formato de planilha eletrônica, especificamente para a tabulação dos dados. O cadastro dos dados nesta planilha consumiu cerca de quatro meses. Somente após concluída essa etapa, pudemos iniciar efetivamente a análise de todo o material coletado.

Com os dados organizados e tabulados foi possível realizar o tratamento estatístico, mediante o uso de fórmulas e cruzamentos de informações. Para esta tarefa contamos com a orientação inicial e assessoria de um professor, especialista em Informática e Estatística, que elaborou as principais fórmulas para os cálculos, com a finalidade de obtermos informações sistematizadas que permitissem a compreensão e análise dos dados tabulados. Em seguida, a partir da sistematização dos dados quantitativos, realizamos a análise qualitativa e a interpretação e discussão dos resultados com base no referencial teórico exposto na primeira parte desta dissertação, bem como pesquisas em outras fontes bibliográficas relacionadas à temática.

Na seção da análise e das considerações, utilizamos também a técnica de Revisão

²⁹ De fato, a coleta de dados é, conforme Marconi & Lakatos (2010), tarefa cansativa e toma, quase sempre, mais tempo do que o esperado. Por isso, exige do pesquisador paciência e perseverança, além do cuidadoso registro dos dados.

Bibliográfica Sistemática (RBS)³⁰, tendo como fonte de pesquisa Teses e Dissertações produzidas em Programas de Pós-Graduação brasileiros, disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Banco de Teses & Dissertações da CAPES, a fim de identificarmos os resultados e conclusões que outros pesquisadores têm alcançado ao estudar a temática do acesso e permanência no ensino superior público em outras IFES da região Sul do país.

Optamos por realizar esse procedimento ao perceber que o estudo de caso, mesmo sendo rico em detalhes, apresenta limitações no tocante à possíveis inferências de forma globalizada. Assim, a análise de outros estudos semelhantes permite estabelecer parâmetros comparativos para avaliar a realidade pesquisada dentro de um contexto mais amplo. Desta forma, esperamos finalizar a apresentação dos resultados de forma consistente, efetiva e com maior grau de confiabilidade para possíveis generalizações, corroborando assim com o debate sobre a temática investigada e abrindo possibilidades para outros estudos.

É necessário mencionar que no projeto inicial desta pesquisa, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEP/Unioeste, previa-se também a realização de entrevistas com estudantes do Campus Realeza, que participaram de Programas de assistência estudantil em grande parte de sua jornada acadêmica e mantiveram permanência na instituição. A intenção era selecionar acadêmicos que estivessem cursando o último ano da graduação, para convidá-los a participar desta pesquisa por meio de uma entrevista, com o objetivo de analisar a relação da assistência com a permanência destes no Ensino superior.

Em conjunto com os dados extraídos das fontes documentais, conforme anteriormente descrito, a técnica da entrevista permitiria ampliar a apreensão dos processos de acesso e permanência na instituição em estudo. Todavia, alguns fatores levaram-nos a realizar mudanças no planejamento ao decorrer da pesquisa, em face das condições objetivas que se colocaram durante a jornada da investigação.

No Exame de Qualificação, contribuições da Banca também nos fizeram refletir sobre as possíveis implicações que poderiam ocorrer na pesquisa devido ao envolvimento da

³⁰ Revisão Bibliográfica Sistemática é uma modalidade de revisão de literatura, frequentemente utilizada na área da saúde. Diferencia-se da revisão bibliográfica tradicional (revisão narrativa) pelo rigor metodológico e uso sistemático de etapas pré-definidas para a coleta de dados, categorização, avaliação e síntese dos resultados de pesquisa, proporcionando o levantamento sistematizado de evidências a partir de estudos primários já realizados por outros pesquisadores. Essa técnica permite visualizar um panorama, em síntese, do conhecimento produzido sobre o assunto e possibilita que outros pesquisadores utilizem os mesmos procedimentos empregados para avaliar a pertinência da revisão ou aprimorá-la. (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011, p.123-133).

pesquisadora com o campo de estudo, pois este é também seu espaço de atuação profissional e, por consequência, tem proximidade com os sujeitos que seriam entrevistados. Esse vínculo direto poderia resultar em respostas distorcidas, ou que não correspondam a real situação do sujeito entrevistado. Esse é um risco que estaríamos assumindo, e ao passo que os resultados não fossem fidedignos, comprometeríamos todo o estudo.

Como alternativas, a Banca sugeriu que as entrevistas fossem aplicadas em outro *campus* da instituição, onde a pesquisadora não fosse conhecida pelos entrevistados, de modo que diminuiria consideravelmente a possibilidade de influência e indução às respostas. Outra sugestão foi substituir a entrevista pelo envio de questionários, pois esta técnica não exigiria contato pessoal com os sujeitos participantes.

Analisando todos os fatores acima apontados, decidimos então por manter unicamente a pesquisa em fontes documentais, e em outra oportunidade será dada continuidade ao estudo. Essa decisão foi motivada por três razões principais, que citamos a seguir.

1) Conforme a sugestão apontada na Qualificação, a pesquisa em fontes documentais seria realizada em um *campus* e as entrevistas em outro *campus* da UFFS. Ou ainda, ambos os processos realizados em outro *campus* da UFFS. Porém, vale ressaltar que a pesquisa documental e as entrevistas estão intrinsecamente relacionadas, de modo que seria despropositado realizar cada etapa em lugar distinto. Ademais, é intenção da pesquisadora, desde o princípio do projeto, realizar o estudo no *campus* onde desenvolve sua atuação profissional (Campus Realeza-PR). Se a investigação fosse realizada em outro *campus*, não atenderia este objetivo, além de dificultar sobremaneira a execução do projeto dentro do cronograma previsto, dada a distância entre os *campi* da instituição.

2) Propomos inicialmente a realização de entrevistas por compreender que esta técnica deixa o entrevistado mais livre para expressar opiniões e sentimentos, além de garantir mais flexibilidade nas perguntas e respostas, ampliando assim a profundidade da análise. Entendemos que o mesmo objetivo não é atingido ao utilizar como técnica o questionário, que em média registra pequena porcentagem de devolução e não requer qualquer contato pessoal com o participante. Portanto, o questionário não atingiria nosso propósito.

3) O tempo restrito para execução e finalização do estudo a ser apresentado para esta etapa acadêmica do Mestrado, frente ao volume de dados coletados e analisados, bem como outras condições objetivas que se colocaram à pesquisadora no decorrer da trajetória da Pós-Graduação, fizeram-nos optar, por fim, em centrar esforços na realização da pesquisa e análise

documental, sem a realização de entrevistas neste momento.

Avaliamos, no entanto, que os resultados da investigação realizada atendem às exigências científicas para que o estudo possa ser generalizado para o entendimento de outras realidades semelhantes. Embora não tenhamos realizado neste momento a aproximação com os usuários da política de permanência e a escuta sensível destes sujeitos, conforme planejado inicialmente, compreendemos que a análise qualitativa dos dados quantificados, contextualizados por meio de perspectivas teóricas e cuidadosas escolhas metodológicas, apontam subsídios concretos para melhor compreensão sobre a equação entre acesso e permanência no Ensino superior.

Quanto aos procedimentos éticos da pesquisa, o projeto de pesquisa foi previamente submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Unioeste, que se pronunciou favorável ao estudo. Garantimos, portanto, que será resguardado total sigilo quanto aos nomes dos participantes e seus dados coletados, bem como todos os cuidados éticos são observados ao longo da pesquisa. Após a defesa e aprovação da Dissertação, uma cópia física desta ficará disponível na Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus Realeza* que autorizou o uso das fontes documentais para o estudo, e outra cópia será entregue à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus Toledo* que oferta o Programa de Mestrado em Serviço Social, o qual oportunizou a realização desta pesquisa. Com isso, tornaremos público os resultados para que toda comunidade tenha pleno acesso.

Após o detalhamento de todo percurso metodológico da investigação, passaremos a expor nas próximas seções a contextualização da coleta dos dados, sua análise e interpretação. Porém, antes disso, para a compreensão da conjuntura e do espaço em que o estudo é realizado, faremos a apresentação da Universidade Federal da Fronteira Sul e, em especial, o *Campus Realeza*.

2.1 *Lócus* da Pesquisa: Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus Realeza/PR*.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) é uma instituição de ensino superior pública, criada pela Lei Federal nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Caracteriza-se como uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com autonomia didático-científica, administrativa, de gestão patrimonial e financeira, nos termos da sua Lei de criação e de seu Estatuto (UFFS, 2013).

Esta Universidade foi instituída no âmbito da política nacional de expansão e interiorização da educação superior³¹ e está localizada na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, abrangendo cerca de 400 (quatrocentos) municípios nos três estados da região Sul do Brasil. É uma Instituição *multicampi*, criada inicialmente com cinco *campus*: dois no Sudoeste do Paraná (Campus Laranjeiras do Sul e Realeza), um no Oeste de Santa Catarina (Campus Chapecó, onde também está localizada a Reitoria) e dois no Noroeste do Rio Grande do Sul (Campus Erechim e Cerro Largo). O Campus Passo Fundo foi criado posteriormente, no ano de 2013, quando iniciou seu funcionamento com o curso de graduação em Medicina, autorizado pelo MEC por meio da Portaria nº 323, de 24 de abril de 2013. Este é o primeiro curso de Medicina do Brasil instituído através do programa de expansão das escolas médicas do Governo Federal (UFFS, 2017).

Portanto, estamos falando de uma Universidade pública federal, que visa atender a Mesorregião da Fronteira Sul do país e seu entorno, uma região historicamente desassistida pelo poder público no que se refere ao acesso à educação de nível superior pública (UFFS, 2013). A seguir, na Figura 2, podemos visualizar a localização e abrangência dos seis *campi* desta Universidade federal.

Figura 2 – Localização geográfica dos *campi* da UFFS



Fonte: Imagem fornecida pela Diretoria de Comunicação da UFFS, em 2014.

³¹ Cf. item 1.2 da Primeira Parte da presente dissertação.

A UFFS foi criada com o intuito de contribuir para a formação humana crítica, a inclusão social, combatendo as desigualdades sociais e regionais, e teve forte protagonismo dos Movimentos Sociais em seu processo de criação, com debates, mobilizações e negociações que ocorreram, inicialmente, de forma isolada nos três estados do Sul do país. A partir de 2005 as diversas frentes de reivindicação articularam-se e criaram o chamado Movimento Pró-Universidade, que reuniu movimentos populares das regiões sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul, todos movidos pelo mesmo objetivo: criar uma Universidade Federal nesta região³². Em 13 de junho de 2006 o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, em audiência com o Movimento, posicionou-se de maneira favorável quanto à criação de uma universidade na região sul do país. A partir disso começou efetivamente a criação de projeto, as tratativas e a composição de equipe técnica responsável pelos debates, em abril de 2007. (PRZYBYSZ, 2015, p.126-138).

No fim do ano de 2007, o MEC anunciou a criação de uma Universidade Federal na região, em solenidade com a presença do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Importante ressaltar também que o deputado federal à época, Claudio Vignatti, foi o responsável pela solicitação oficial da criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, por meio do projeto de lei nº 2.199/07. (UFFS, 2017).

Em 15 de setembro de 2009 a criação da UFFS é finalmente oficializada por Lei. Até o fim do ano de 2009 foram realizados os concursos para os primeiros docentes e servidores técnico-administrativos, definidos os locais de implantação dos espaços definitivos e anunciada a empresa vencedora do edital de construção dos primeiros prédios. Foram também organizadas e abertas as inscrições do primeiro Processo seletivo para estudantes ingressantes. De dezembro de 2009 a março de 2010, Diretores, Coordenadores dos *campi* e Pró-reitores foram nomeados e os primeiros servidores começaram a trabalhar. Todas estas atividades de organização ocorreram em ritmo acelerado, pois em 29 de março de 2010 já iniciavam as aulas. Cerimônias especiais nos cinco *campi* celebraram neste dia a recepção dos primeiros acadêmicos. A data marca oficialmente o início dos trabalhos nas atividades-fim da UFFS. (*Id. Ibid.*).

³² Integraram o Movimento Pró-Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul-Fetraf-Sul, Central Única dos Trabalhadores – CUT, Via Campesina Sul, Movimento das Mulheres Camponesas, Movimento Sem Terra, Cressol, Cooperativas de Produção da Agricultura Familiar, Deputados Estaduais e Federais e outros agentes políticos. (PRZYBYSZ, 2015, p.126-138).

A partir desse histórico de criação, é necessário destacar uma importante diferenciação entre a UFFS e as demais universidades brasileiras:

A UFFS foi a primeira universidade pública federal cuja criação deveu-se, diretamente, ao poder de mobilização e de convencimento público pelos movimentos sociais e pelas lideranças políticas e comunitárias. As redes de associativismo civil e o denso tecido de organizações sociais da região – berço de alguns dos principais movimentos sociais do campo do Brasil – foram mobilizados para a formulação do projeto de universidade e sua subsequente concretização. (ROMÃO; LOSS, 2014, p. 150).

Os autores acima mencionados enfatizam que o movimento de criação se "[...] orientou pela construção de uma IES pública e popular, aberta aos grupos sociais mais excluídos e comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário da região.[...]" (ROMÃO; LOSS, 2014, p. 150) .

Em relação aos primeiros estudantes ingressantes na UFFS, em março de 2010, os autores Rotta, Vitcel e Andrioli (2012, p. 61-62) destacam alguns números que caracterizam o seu perfil: “[...] 79% não cursaram pré-vestibular; 87% são oriundos de famílias com renda de até cinco salários mínimos; em sua maioria são trabalhadores assalariados; e 87% representam a primeira geração da família a chegar a um curso universitário”. Segundo os autores, o percentual de estudantes da UFFS, egressos da escola pública foi de 93,68%, e no ano de 2011 foi ainda superior, chegou a 95,55%.

Em matéria publicada no sítio eletrônico da UFFS, em fevereiro de 2010, o então Reitor *pró-tempore*, professor Dilvo Ristoff, analisa o perfil dos estudantes que ingressaram e faz a seguinte menção:

Estamos construindo uma universidade pública de acordo com a lógica da paridade entre as matrículas do ensino médio público e do ensino superior público, pois 89% do ensino médio brasileiro é público. [...] Como esta paridade pode ser observada em todos os cursos da instituição, constata-se que a UFFS altera a lógica, historicamente tão criticada, que fazia com que na maioria dos cursos da IES públicas e gratuitas, especialmente nos cursos mais disputados, os alunos fossem oriundos das escolas privadas e pagas (UFFS, 2010).

É fato, portanto, que a Universidade Federal da Fronteira Sul foi concebida com

características populares³³, disposta a atender a uma camada social que até então não tinha acesso a uma universidade federal. Em face da distância dos grandes centros urbanos e regiões litorâneas onde haviam universidades públicas e os custos envolvidos em sair das suas cidades interioranas, a oportunidade de continuação dos estudos é uma reivindicação antiga dos movimentos ligados à agricultura familiar, para garantir a permanência da população jovem no campo. Por essa razão, a oferta nesta região de ensino superior público, gratuito - voltado especialmente a população com dificuldades socioeconômicas e articulado com um forte investimento em pesquisa e extensão - foi motivo de grande mobilização, pois é compreendido como condição essencial ao desenvolvimento regional. Estes elementos são claramente identificados na *missão* que a UFFS apresenta:

1. Assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul, a qualificação profissional e a inclusão social;
2. Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão buscando a interação e a integração das cidades e estados que compõem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno;
3. Promover o desenvolvimento regional integrado — condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos graduados na Mesorregião Grande Fronteira Mercosul e a reversão do processo de litoralização hoje em curso. (UFFS, 2017a).

Podemos verificar diante disso, que a Universidade Federal da Fronteira Sul – por seu histórico de criação que envolveu movimentos populares, por sua proposta inovadora, destacada em seus documentos institucionais, como pública e popular, e por meio de sua política de ingresso que reserva cerca de 90% das vagas na graduação para estudantes que cursaram o ensino médio exclusivamente em escola pública – configura-se como uma IFES ímpar, que diverge em inúmeros pontos das demais Universidades Federais.³⁴

Com a finalidade de atender aos compromissos estabelecidos, os cursos oferecidos privilegiam as vocações da economia regional e estão em consonância com a Política Nacional de Formação de Professores do MEC. A seguir relacionamos os cursos de graduação ofertados em cada *campus* da UFFS atualmente.

³³ O caráter popular da UFFS está presente em todo o processo de criação e expresso nos documentos que lhe deram origem. Pereira (2015) associa o debate acerca do conceito de “popular” ao campo da “Educação Popular”, e como uma resposta ao elitismo na universidade brasileira tendo as classes populares como atores principais nesse processo. Nesse sentido, entende a universidade como um espaço social de resistência dos oprimidos, tendo em vista que esta primordialmente foi um ambiente ocupado pelas elites no contexto brasileiro.

³⁴ No tópico 2.1.1 desta Dissertação encontra-se detalhada a Política de Ingresso da UFFS.

Quadro 1 – Cursos ofertados em cada *campus* da UFFS

CURSO DE GRADUAÇÃO	CAMPUS
Administração	Cerro Largo, Chapecó
Agronomia (ênfase em Agroecologia)	Cerro Largo, Chapecó, Erechim, Laranjeiras do Sul
Ciências Biológicas - Licenciatura	Cerro Largo, Realeza
Engenharia Ambiental e Sanitária	Cerro Largo, Chapecó, Erechim
Física - Licenciatura	Cerro Largo, Realeza
Letras (Português e Espanhol) - Licenciatura	Cerro Largo, Chapecó, Realeza
Química - Licenciatura	Cerro Largo, Realeza
Ciência da Computação	Chapecó
Ciências Sociais - Licenciatura	Chapecó, Erechim
Enfermagem	Chapecó
Filosofia - Licenciatura	Chapecó, Erechim
Geografia - Licenciatura	Chapecó, Erechim
História - Licenciatura	Chapecó, Erechim,
Matemática - Licenciatura	Chapecó
Medicina	Chapecó, Passo Fundo
Pedagogia - Licenciatura	Chapecó, Erechim,
Arquitetura e Urbanismo	Erechim
Interdisciplinar em Educação do Campo (Ciências da Natureza)	Erechim
Ciências Econômicas	Laranjeiras do Sul
Engenharia de Alimentos	Laranjeiras do Sul
Engenharia de Aquicultura	Laranjeiras do Sul
Interdisciplinar em Educação do Campo (Ciências Sociais e Humanas)	Laranjeiras do Sul
Interdisciplinar em Educação do Campo	Laranjeiras do Sul
Medicina Veterinária	Realeza
Nutrição	Realeza

Fonte: elaboração própria com base em dados da UFFS (2017b).

Conforme podemos observar no Quadro 1, a UFFS possui 25 (vinte e cinco) diferentes cursos de graduação. Considerando que alguns são ofertados em mais de um *campus* e em diferentes turnos, além de possuírem dois ingressos por ano, soma-se mais de 40 (quarenta) turmas que ingressam anualmente a partir da oferta anual de 2.022 (duas mil e

vinte e duas) vagas.³⁵ Assim, ao completar sete anos de história, a Universidade já conta em 2016 com um corpo discente que ultrapassa 8 (oito) mil acadêmicos. (UFFS, 2017).

Além da graduação, a UFFS oferece também oportunidades em cursos de pós-graduação em nível de especialização (*lato sensu*), mestrado e doutorado (*stricto sensu*). Atualmente são oferecidos, no conjunto dos *campi*, 10 (dez) cursos de especialização, 12 (doze) mestrados e 2 (dois) doutorados interinstitucionais. (UFFS, 2017b)

Conforme exposto no Quadro 1, o Campus Realeza³⁶, que está localizado na região sudoeste do Paraná, oferta seis cursos de graduação, dos quais quatro são licenciaturas (Letras–Português/Espanhol, Ciências Biológicas, Química e Física), e dois são bacharelados (Nutrição e Medicina Veterinária). Vale ressaltar que todos os cursos do *campus* ofertam um ingresso anual, sempre no primeiro semestre de cada ano letivo. As licenciaturas concentram-se no período noturno e os cursos de bacharelados ocorrem em turno integral (manhã e tarde).

Em 2016 o quantitativo de matrículas ativas chegou a 800 (oitocentos) acadêmicos em Realeza, dos quais 708 (setecentos e oito) são do estado do Paraná e, em sua grande maioria, dos municípios que compõe a Microrregião integrada por Realeza. Os demais estados que têm maior número de acadêmicos cursando são Santa Catarina e São Paulo, seguido por Rio Grande do Sul. Outro dado muito relevante aponta que do total de acadêmicos ativos no *campus*, apenas 32 (trinta e dois) não cursaram o Ensino Médio em escola pública. (UFFS, 2017c). Estes elementos sugerem que a Universidade pode estar atingindo o princípio primário para o qual foi criada, atendendo o público, em sua maioria, desta região e um grupo social oriundo de escola pública, dos quais poucos provavelmente teriam acesso ao Ensino superior se não fosse gratuito e ofertado na região.

O Campus Realeza abre anualmente 220 (duzentas e vinte) vagas pelo Processo

³⁵ Este dado toma por base o ano de 2016 e é resultado da soma das 1.771 vagas ofertadas para ingresso no primeiro semestre de 2016 (Edital interno nº952/UFFS/2015), e das 251 vagas ofertadas no segundo semestre de 2016 (Edital interno nº444/UFFS/2016). Os editais estão disponíveis para consulta na página eletrônica oficial da UFFS (www.uffs.edu.br).

³⁶ O município de Realeza, em conjunto com outros sete municípios, integra a Microrregião de Capanema no Sudoeste do Estado do Paraná. Localiza-se à 523 quilômetros da capital – Curitiba. Tem população estimada, em 2016, de 17.068 habitantes. A principal fonte de renda do município provém da produção agropecuária. (IPARDES, 2017). Realeza foi um dos locais que se habilitou para receber um *Campus* da UFFS. "Para o estabelecimento dos *campi* foram considerados diversos fatores, dentre os quais se destacam: a presença da agricultura familiar camponesa e de movimentos sociais populares, a distância das universidades federais da Região Sul, a carência de instituições federais de ensino, a localização, o maior número de estudantes no Ensino Médio, o menor IDH, a infraestrutura mínima para as atividades e a centralidade na Mesorregião. Após um longo processo de discussão e amadurecimento, definiu-se que ela teria cinco *campi*[...]", sendo um deles Realeza. (ROMÃO; LOSS, 2014, p. 150).

seletivo regular para novos ingressantes nos cursos de graduação.³⁷ Além destas, há a abertura de vagas por Processos seletivos especiais, como o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) e o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para Estudantes Haitianos (PROHAITI)³⁸. O *campus* oferta também, em 2016, dois cursos de pós-graduação *latu sensu*, sendo um deles em Direitos Humanos e o outro na área de Ciências Naturais e Sociedade. E, além disso, teve neste ano a aprovação do seu primeiro Mestrado na área de Saúde, Bem-estar animal e Produção animal sustentável na Fronteira Sul. (UFFS, 2017b).

No período de implantação da Universidade, em seus primeiros anos de existência, o Campus Realeza utilizou, como espaço provisório para suas atividades, as dependências do Centro de eventos do município de Realeza, que foi cedido e adaptado para o uso pela Prefeitura Municipal desta cidade. No segundo semestre de 2012, com a conclusão das obras do primeiro prédio próprio, ocorreu a mudança para o *campus* definitivo localizado na Rua Edmundo Gaievski, nº 1.000. O acesso ao *campus* pode ser feito pela rodovia PR 182, km 466, entre as cidades de Realeza e Santa Izabel do Oeste. (UFFS, 2017e).

Na área definitiva reservada ao novo *campus*, com terreno de 1.069.000,89m², o primeiro prédio concluído foi o Bloco A, destinado prioritariamente como espaço para as atividades de ensino. Porém, com a inauguração deste espaço próprio, passaram a funcionar neste bloco salas de aula, biblioteca, cantina, salas de professores e coordenadores e todos os demais setores administrativos. Mais tarde, com a conclusão dos três prédios destinados aos laboratórios, as atividades de aulas práticas, pesquisas e projetos também passaram a funcionar no *campus* definitivo. (*Ibidem.*)

Em termos estruturais, atualmente a área construída do Campus Realeza compreende um Bloco de Salas de aula (4.925,06m²), três prédios de Laboratórios (somam 3.451,53m²), Central de produtos reagentes (162,64m²), Galpão das Áreas experimentais (515,37m²), Bloco de Salas de professores (2.522,74 m²), Restaurante universitário (2.328,28 m²) e o Complexo do Hospital Veterinário que possui quatro blocos, porém a obra ainda não está concluída.³⁹

Com os números apresentados é possível ter uma dimensão do espaço que este *campus* da UFFS, localizado em um pequeno município do sudoeste do Paraná, ocupa até o

³⁷ Mais detalhes sobre cada curso poderão ser consultados na página institucional da UFFS na internet: www.uffs.edu.br

³⁸ A Política de Ingresso para discentes na UFFS será detalhada a seguir, no tópico 2.1.1.

³⁹ Dados obtidos junto ao Setor de Engenharia, da Assessoria de Gestão, Administração e Serviços da UFFS Campus Realeza, em fevereiro de 2017.

presente momento. O projeto definitivo prevê ainda a construção de outros prédios, como o bloco administrativo, prédio definitivo da Clínica-Escola de Nutrição, área esportiva, urbanização, espaço de convivência, entre outros.

Com relação ao número de servidores, o Campus Realeza em pouco mais de sete anos de existência, possui um quadro significativo de pessoal. Atualmente, conta com 195 (cento e noventa e cinco) servidores, dos quais 152 (cento e cinquenta e dois) são concursados, sendo 81 (oitenta e um) docentes e 71 (setenta e um) técnicos-administrativos; e 43 (quarenta e três) são contratados por meio de empresa terceirizada (motoristas, zeladores, vigilantes).⁴⁰

É nessa conjuntura, com o quadro de pessoal e a infraestrutura apresentada, que o Campus Realeza coloca em prática suas ações de ensino, pesquisa e extensão. Desse modo, ao passo que a UFFS se propõe ser pública e popular, diferencia-se das demais IFES, rompendo com as características que marcam historicamente a Educação pública superior brasileira – tais como o caráter elitista (FERNANDES, 1975) e, conseqüentemente, os processos seletivos excludentes neste grau de ensino – e promove uma política inovadora de acesso à Universidade. É sobre este diferencial que trataremos no tópico a seguir.

2.1.1 A Política de Ingresso: o acesso à Universidade Federal da Fronteira Sul

Desde o primeiro Processo seletivo, a UFFS não utiliza os tradicionais vestibulares. A Instituição optou pela utilização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como prova de conhecimentos básicos para o ingresso na Universidade. Além disso, nos Processos seletivos dos anos de 2010, 2011 e 2012 utilizou a política criada internamente, denominada como “Fator Escola Pública”, que consistia em um acréscimo à nota dos candidatos no ENEM com base no número de anos que cursou o ensino médio em escola pública. Em síntese, o candidato recebia uma bonificação de 10% sobre sua nota do ENEM para cada ano cursado em escola pública. Assim, o estudante que cursou todo o ensino médio em escola pública, teve um bônus de 30% acrescido à sua nota final do ENEM (PEREIRA, 2015). O candidato selecionado para matrícula, comprova então por meio do histórico escolar, que efetivamente cursou em escola pública o número de anos declarado no ato da inscrição.

⁴⁰ Informações obtidas junto aos Setores de Gestão de Pessoas e Assessoria de Gestão, Administração e Serviços da UFFS Campus Realeza, em fevereiro de 2017.

A aplicação desse fator de bonificação garantiu que o quadro de discentes da Universidade se constituísse, desde o princípio, principalmente por estudantes oriundos de escolas públicas. Para Rotta, Vitcel e Andrioli (*apud* PEREIRA, 2015, p. 138),

O "Fator Escola Pública" se constituiu em uma modalidade de cota social com o objetivo de proteger o estudante em situação de hipossuficiência educacional. Parte da ideia de que o Brasil enfrenta hoje uma precariedade da Educação Básica pública, o que coloca os alunos provenientes da mesma em condições desfavoráveis para tentar o acesso ao Ensino Superior público pelos mecanismos convencionais existentes.

Podemos compreender essa modalidade de cota social como uma ação afirmativa, aplicada pela UFFS antes mesmo da promulgação de lei que torne regra tal prática de reserva de vagas. Para Silvério (2002, p. 91-92), as ações afirmativas se conceituam como “um conjunto de ações e orientações do governo para proteger minorias e grupos que tenham sido discriminados no passado. [...] as ações afirmativas têm por objetivo fazer realidade o princípio de igual oportunidade. ”

A adoção do Fator Escola Pública só deixou de ser aplicado pela UFFS no Processo seletivo de 2013 devido à promulgação da Lei Federal nº 12.711, em agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas IFES. A lei ficou conhecida como “Lei de Cotas”⁴¹. A UFFS então adequou, de imediato, seu modelo de ingresso integralmente conforme a nova lei, o que não afetou a priorização do acesso aos candidatos de escola pública, pois esta já era uma ação adotada desde o primeiro processo seletivo da UFFS. (UFFS, 2017d)

Em seu Artigo 1º, a Lei 12.711/2012 determina que toda Instituição Federal de Ensino Superior reserve ao menos a metade de suas vagas aos alunos oriundos das escolas públicas, ao versar que

As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012, s.p).

⁴¹ O projeto de Lei que culminou na aprovação da Lei nº 12.711/12, tramitou por mais de dez anos no Congresso Nacional. De acordo com Nierotka (2015, p.53), "Em 1999, foi encaminhado ao Congresso Nacional o primeiro Projeto de Lei (PL nº 73/99) que dispõe sobre o ingresso de estudantes nas universidades federais, de autoria da deputada Nice Lobão, do Partido da Frente Liberal (PFL). O projeto previa a reserva de 50% das vagas nas universidades públicas para alunos dos cursos de ensino médio, tendo por base o Coeficiente de Rendimento (CR). Esse PL foi apensado a muitos outros Projetos de Lei que foram tramitando durante o período de 1999 a 2012", até a aprovação da Lei nº 12.711, durante o Governo da Presidente Dilma Rousseff, em 2012.

A "Lei de Cotas" estabeleceu um número mínimo de vagas a serem reservadas, mas a UFFS, de acordo com a sua proposta de criação, resolveu elevar esse número ao correspondente de alunos matriculados no Ensino médio em escolas públicas em cada Estado onde os *campi* estão instalados. Assim, sempre com base no último Censo escolar, a UFFS observa a distribuição das matrículas no ensino médio por categoria administrativa da escola (pública ou privada) e obtém o percentual de alunos do Ensino Médio em escola pública em cada Estado de abrangência (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Com base nesses percentuais e no número de vagas ofertadas para cada curso, calcula-se o número de vagas reservadas para candidatos oriundos de escola pública. (UFFS, 2017d).

O Parágrafo único do Artigo 1º, da lei em questão, garante também que no preenchimento das vagas destinadas aos estudantes que integralmente cursaram o Ensino médio em escolas públicas, 50% deverão ser destinadas aos estudantes oriundos de famílias com renda *per capita* de até 1,5 salário-mínimo. Além disso, a Lei de Cotas legisla, em seu art.3º, que as vagas tratadas pelo art. 1º deverão ser preenchidas por estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população do Estado onde está instalado o *campus* da instituição. (BRASIL, 2012).

Todavia, a Lei não inclui em sua redação o atendimento à candidatos que cursaram parcialmente o Ensino médio em escolas públicas, nem aqueles que realizaram seus estudos em instituições particulares mantidas parcialmente com recursos públicos. Então, a UFFS garantiu a reserva de um percentual de suas vagas para os candidatos que se enquadram nessas condições, conforme se explica a seguir.

Como ação afirmativa da UFFS, a qual não consta na legislação, há reserva de 2% de vagas para estudantes que cursaram parcialmente o ensino médio em escola pública ou frequentaram instituições privadas mantidas, em pelo menos 50%, por recursos públicos. Esse percentual origina-se da dedução de um ponto percentual do quantitativo de vagas reservadas à escola pública e de um ponto percentual do quantitativo correspondente à ampla concorrência. As vagas que restarem após aplicação dessa política são destinadas à ampla concorrência, isto é, a candidatos que concorrem independentemente da procedência escolar, renda familiar ou raça/cor. O limite de 2% para essa ação afirmativa é calculado com base nos processos seletivos anteriores e pode ser ajustado. (UFFS, 2017d, s.p)

O quadro na sequência explica como as vagas estão distribuídas nos Processos seletivos regulares da Universidade Federal da Fronteira Sul. Cada candidato deve escolher no

momento da inscrição uma única opção, de acordo com a modalidade em que se enquadra e pretende concorrer.

Quadro 2 - Modalidades de concorrência às vagas na UFFS

MODALIDADE	DESCRIÇÃO
L1	Vagas reservadas a candidatos com renda familiar bruta <i>per capita</i> igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
L2	Vagas reservadas a candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta <i>per capita</i> igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
L5	Vagas reservadas a candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
L6	Vagas reservadas a candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
Ação afirmativa V350	Vagas reservadas a candidatos que tenham cursado parcialmente o ensino médio em escola pública (pelo menos um ano com aprovação) ou em escolas de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento da instituição seja proveniente do poder público, em pelo menos 50%. Não se enquadram nesta modalidade candidatos que tenham cursado o ensino médio integralmente em escola pública.
Ação afirmativa V349	Vagas reservadas a candidatos(as) indígenas, condição que deve ser comprovada mediante apresentação do Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI) ou declaração atestada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).
A0 (Ampla concorrência)	Vagas destinadas a todos os candidatos, independente da procedência escolar, renda familiar e raça/cor.

Fonte: elaboração própria com base em dados da UFFS (2016).

A título de exemplo, para observarmos a aplicação da reserva de vagas nos cursos de graduação do Campus Realeza, usamos como referência o último Processo Seletivo regular, tornado público por meio do Edital nº 1002/UFFS/2016, para seleção de candidatos(as) ao ingresso na UFFS no 1º semestre do ano letivo de 2017. Fica claro, então, que a UFFS ultrapassa a exigência apontada pela legislação, garantindo efetivamente que cerca de 90% dos estudantes que ingressam nesta universidade sejam oriundos do ensino médio público. O quadro, na sequência, demonstra a distribuição das vagas.

Quadro 3 – Vagas do Processo Seletivo UFFS/2017.1, Campus Realeza

Curso/Modalidade/Turno	Total de Vagas	Vagas por modalidade de concorrência						
		A0	L1	L2	L5	L6	V350	V349
Física/Licenciatura/Noturno	30	3	9	4	8	4	1	1
Ciências Biológicas Licenciatura/Noturno	40	5	12	5	11	5	1	1
Química Licenciatura/Noturno	30	3	9	4	8	4	1	1
Letras - Português e Espanhol Licenciatura/Noturno	30	3	9	4	8	4	1	1
Nutrição Bacharelado/Integral	40	5	12	5	11	5	1	1
Medicina Veterinária Bacharelado/Integral	50	6	15	6	15	6	1	1

Fonte: elaboração própria com base em dados da UFFS (2016).

Em análise, percebe-se que a substituição do "Fator Escola Pública" pelo novo modelo de processo seletivo, adequado às prerrogativas da Lei 12.711/12, não representou nenhuma mudança significativa no perfil dos alunos ingressantes e que a política de ingresso da UFFS continua sendo um diferencial desta universidade.

É importante mencionar também que em dezembro de 2013, a UFFS assinou o Termo de Adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SISU). A adesão foi aprovada por meio da Resolução nº 28/2013 – CONSUNI e no ano de 2014 o Processo seletivo já ocorreu via SISU. Nesse sistema, as inscrições são gratuitas e realizadas pela internet na página online do SISU, conforme o período estabelecido pelo MEC. As vagas que eventualmente restarem ociosas após a realização do processo seletivo via SISU, são ofertadas por meio do processo seletivo de vagas remanescentes. Nesse caso, os critérios e prazos para inscrição, classificação e matrícula são divulgados por meio de editais específicos da própria universidade.⁴²

Além das particularidades observadas no Processo seletivo regular da UFFS, é essencial citar outro diferencial dessa Universidade, que assegura ainda mais relevo ao compromisso institucional de garantir acesso aos segmentos sociais que tradicionalmente teriam menores chances de ingressar no Ensino superior, devido à sua trajetória escolar,

⁴² Todas as Resoluções e Editais citados nesta seção foram pesquisados no sítio eletrônico oficial da Universidade Federal da Fronteira Sul, acessível por meio da página: www.uffs.edu.br. Os dados apresentados têm como referência estes documentos oficiais e as informações disponíveis na página online da Instituição.

condições econômicas das famílias e questões sociais étnico-raciais. Trata-se do Processo Seletivo Especial do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN).

Com a aprovação da Resolução nº 33/2013 do Conselho Universitário da UFFS, ficam asseguradas 02 (duas) vagas suplementares para o ingresso de estudantes indígenas em cada curso de graduação, excetuando-se aqueles para os quais a Universidade não tem autonomia para ofertar vagas suplementares (Medicina e Enfermagem). Também foram reservadas 2 (duas) vagas para candidatos autodeclarados indígenas, classificados em processo seletivo, em cada um dos cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* ofertados pela UFFS.

Em 24 de outubro de 2014 foi lançado na UFFS o primeiro edital (nº 678/UFFS/2014) do Programa PIN, que previa a abertura de processo seletivo especial destinado aos estudantes autodeclarados indígenas, para ingresso nos cursos no primeiro semestre de 2015. Nesse edital foram ofertadas 2 (duas) vagas suplementares para cada curso, totalizando 82 (oitenta e duas) vagas distribuídas entre todos os *campi* (exceto o Campus Passo Fundo). Nesse processo seletivo o Campus Realeza disponibilizou 12 (doze) vagas suplementares, para as quais foram aprovados cinco candidatos na prova específica, mas apenas uma estudante efetivou matrícula (UFFS, 2017c). Nos anos subsequentes, até o momento atual, a UFFS publica um edital ao ano ofertando vagas aos estudantes autodeclarados indígenas pelo Programa PIN.

Outro programa de ingresso que merece destaque é o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para Estudantes Haitianos (PROHAITI), que foi criado em parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil e instituído pela Resolução nº 32/2013 do Conselho Universitário. Esse programa visa contribuir com a integração dos imigrantes haitianos à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS. O ingresso ocorre também pela oferta de vagas suplementares preenchidas por meio de processo seletivo especial. O programa teve seu primeiro processo seletivo lançado em março de 2014 e oportunizou o acesso de 27 (vinte e sete) haitianos nos cursos de graduação ofertados no Campus Chapecó. Os demais *campi* não registraram matrícula. O Campus Realeza, até o final do ano de 2016, não recebeu nenhum estudante por meio deste processo seletivo especial.

Além do processo seletivo regular e dos processos especiais relatados anteriormente, outra maneira de ingresso em cursos de graduação na UFFS são as modalidades de transferência externa e retorno de graduado. A transferência externa consiste na concessão de vaga a estudante regularmente matriculado em outra instituição de ensino superior, nacional

ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos na UFFS. A modalidade de retorno de graduado oferece vaga para graduado da UFFS ou de outra instituição de ensino superior que pretenda fazer novo curso. Em ambas as modalidades a seleção ocorre semestralmente, conforme o número de vagas que cada curso tem em aberto. Os prazos de inscrição e seleção são estabelecidos no Calendário Acadêmico e a seleção ocorre por meio de editais específicos, nos quais estão discriminados os cursos, as vagas e todos os demais procedimentos.

A partir do exposto, podemos relacionar algumas observações pertinentes sobre a Política de Ingresso da UFFS. Uma primeira análise que podemos fazer é que a partir da aprovação da Lei nº 12.711/2012, a UFFS ampliou sua política de acesso, pois, inicialmente as cotas eram destinadas em geral aos estudantes de escola pública, e com a obrigatoriedade da legislação criou também ações afirmativas para estudantes com baixa renda e para pretos, pardos e indígenas.

Outro ponto a ser destacado foi o fato da implementação imediata da referida Lei após a sua publicação, e além disso, a UFFS não reservou apenas 50% de suas vagas para estudantes oriundos da escola pública. Aplicando somente esta porcentagem estaria regredindo, visto que já superava essa cota antes mesmo da aprovação da Lei. Adotou então como critério de reserva de vagas o mesmo percentual de estudantes que concluem o ensino médio na escola pública, conforme o último censo da educação básica de cada ano e para cada Estado em que estão localizados os *campi* da Instituição. Assim, sua reserva de vagas para escola pública supera consideravelmente os 50% exigidos por lei (como pudemos observar no Quadro 3, apresentado anteriormente). Além disso, a UFFS criou também outras ações afirmativas de acesso para indígenas, haitianos e estudantes que frequentaram parcialmente a escola pública.

Diante desse contexto, no que tange ao acesso, é perceptível que esta Universidade vem cumprindo um importante papel para a garantia da democratização do acesso ao Ensino Superior. Sua política de ingresso é um fator decisivo para o alcance dessa democratização às camadas sociais mais populares antes excluídas da educação superior. Como vimos no tópico anterior, a UFFS é diferenciada desde a sua proposta de criação, caracterizada por voltar-se às necessidades da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul onde está instalada, propõe-se como Universidade pública e popular, que tem entre seus objetivos o estabelecimento de dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade.

Entendemos que a democratização do acesso, não apenas na UFFS, mas na educação superior federal como um todo a partir da aprovação da "Lei das cotas", é fundamental para uma sociedade democrática que estabelece em sua Carta Magna o direito à educação. Sobre o significado da "Lei das cotas" para a educação brasileira, Santos (2012, p. 307) afirma que “trata-se de um marco histórico, pois reflete um compromisso explícito do Estado Brasileiro com segmentos historicamente excluídos desse importante lugar social que é a universidade pública”. Porém, conforme o autor (*Idem.*, p.306-308), somente a referida Lei para a democratização do acesso ao ensino superior não é suficiente para dar conta da redução das grandes desigualdades existentes. Um dos elementos necessários segundo ele, é uma consistente política de permanência para os estudantes. E é sobre este assunto que trataremos no tópico a seguir, elucidando como se efetiva esta política no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul.

2.1.2 A Política de permanência da Universidade Federal da Fronteira Sul

Conforme demonstrado no tópico anterior, o compromisso assumido pela UFFS de ser uma Universidade pública e popular, aliado à sua política de ingresso, tem proporcionado que mais de 90% dos estudantes ingressantes sejam oriundos do ensino médio público. Essa mudança de paradigma em relação à universidade tradicional, ao mesmo tempo que permite o acesso e a inclusão de estudantes de segmentos da classe trabalhadora e outros historicamente excluídos da universidade pública, também aponta vários desafios à permanência e conclusão do curso superior.

Devemos recordar os efeitos das escolhas políticas e econômicas neoliberais do país a partir dos anos de 1990 e seus reflexos na educação superior, que já tratamos em capítulo anterior. É necessário também considerar que o ensino superior público ainda está envolto em um sistema originariamente elitista. Há pouco tempo (cerca de uma década atrás) observou-se, ainda que contraditoriamente, uma disposição em democratizar o acesso e a permanência a determinada parcela da sociedade até então excluída deste nível de escolarização.

É nesse contexto que ocorre, a partir do REUNI, a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, em setembro de 2009, e a implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em julho de 2010 – conjuntura esta que apresentamos na primeira parte

dessa dissertação e que é muito recente em termos históricos. Portanto, a criação da UFFS ocorre simultaneamente à aprovação de uma política nacional que visa a permanência dos estudantes, para que tenham meios de concluir a graduação.

De fato, diante da implantação de uma universidade criada a partir dos anseios da população dos três estados da região sul do país, que lutava por um ensino superior gratuito e que outrora apenas sonhava com um curso superior, é extremamente salutar que se tenha, além da possibilidade do ingresso, uma política de permanência e apoio à formação.

Em face desta demanda, a UFFS prevê em seus regramentos a implantação de uma política de apoio ao discente. No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) em vigência⁴³, os objetivos e as metas da UFFS estão organizados a partir das principais linhas de atuação da universidade desde a sua lei de criação. Tais linhas representam a dimensão estratégica da UFFS, sintetizando as suas responsabilidades institucionais. Dentre as grandes linhas de atuação está a "*assistência ao estudante do ensino superior*" (UFFS, 2012, p.50). O Plano cita como desafio:

apoio a projetos educacionais que contribuam para a democratização do ensino superior, por meio de ações que possibilitem o ingresso, o desenvolvimento e o sucesso dos estudantes, considerando as especificidades de populações específicas, tais como, do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e pessoas com deficiência. Fornecimento ou auxílio a alimentação, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas da assistência ao estudante e que contribua para o bom desempenho do aluno no ensino superior. Concessão de ajuda financeira para apoiar a manutenção dos estudantes carentes, inclusive estrangeiros, matriculados em cursos de graduação da UFFS. (UFFS, 2012, p.51)

Os meios citados para atender esse desafio são: "*Promover Políticas de acesso de estudantes de baixa renda na UFFS*" e "*Promover a permanência do estudante no ensino de graduação, evitando a evasão e a retenção na universidade.*" (UFFS, 2012, p.51 – grifos nossos). Para atender ao proposto, o Plano menciona as três metas abaixo descritas, previstas somente para 2012. Em relação aos demais anos contemplados no planejamento do PDI, fez-se apenas a menção "a definir", ou seja, não houve a definição de metas no que tange à linha de atuação da "*assistência ao estudante do ensino superior*" nos anos seguintes. O Plano

⁴³ O PDI da UFFS aprovado no ano de 2012 teria vigência por cinco anos (2012 à 2016), mas a Resolução nº 20/CONSUNI/UFFS/2016 prorrogou a vigência pelo período de um ano, compreendendo o sexênio 2012-2017. (UFFS, 2012, p.1).

apenas prevê para 2012:

- Integração entre a assistência estudantil e as pró-reitorias fins (extensão, pesquisa e ensino); - Construção e consolidação das políticas e ações de inclusão; - Estabelecer programas de análise e monitoramento dos fatores que contribuem para os índices de evasão e repetência e promover ações que possibilitem a reversão do quadro. (UFFS, 2012, p.55).

No tocante à Política de Atendimento aos Discentes, consta um capítulo específico no PDI para tratar sobre este assunto. Na introdução à temática, cita-se que as políticas de atendimento aos discentes da UFFS têm como objetivos: "reduzir as taxas de retenção e evasão; assegurar condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal; e, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior." (UFFS, 2012, p.83), *ipsis litteris* ao texto do Decreto 7.234/2010 que institui o PNAES. O Plano Institucional menciona ainda que "o aprimoramento e a criação de ações no que concerne à política de atendimento aos discentes será constante, e as atividades serão reguladas por editais específicos." (*Id. Ibid.*)

Para apoiar pedagogicamente e financeiramente os acadêmicos, o PDI relata que a UFFS disponibiliza um conjunto de bolsas e auxílios. No que concerne ao apoio financeiro, está prevista a concessão da Bolsa permanência, que é caracterizada no PDI da seguinte maneira:

modalidade de auxílio socioeconômico que consiste no repasse de dinheiro aos estudantes com carência comprovada e pode-se somar a outros auxílios e outras bolsas como pesquisa, extensão, etc. Esta modalidade de bolsa visa disponibilizar as condições de permanência dos estudantes com carência comprovada no ensino superior para reduzir os índices de evasão e garantir tranquilidade aos estudantes para que possam se focar nos seus estudos e melhorar sua formação acadêmica. Sua concessão ocorre mediante análise socioeconômica e análise documental. A duração pode ser até 10 meses, contemplando o período em que é concedida até o final do ano letivo. (UFFS, 2012, p.83).

Podemos observar, portanto, que este auxílio financeiro é destinado ao estudante que comprova não possuir condições financeiras suficientes para pagar suas despesas - situação análoga àquela em que a assistência estudantil começou a ser implementada no Brasil, nos anos de 1930. Percebemos, com isso, que a concepção à respeito da assistência estudantil mantém sua raiz histórica até os dias atuais, sendo entendida como uma questão de caráter

assistencial voltada aos que são comprovadamente pobres, perpetuando-se assim os mecanismos seletivos.

Em pesquisa realizada no sítio eletrônico oficial da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, 2017e, s.p), por meio do levantamento dos editais oficiais da instituição constatamos que o Programa de Bolsa permanência foi criado já no primeiro ano de implantação da universidade. Em julho de 2010, foi tornada pública a primeira seleção de estudantes nos cinco *campi*, para o repasse deste auxílio financeiro.⁴⁴ Foram contemplados os acadêmicos aprovados dentro dos critérios estabelecidos após a comprovação por meio dos documentos exigidos nos editais.

Identificamos em nossa pesquisa que a modalidade de Bolsa permanência deixou de ser implementada pela UFFS no ano de 2013. Ocasão em que o MEC criou o Programa Bolsa Permanência (PBP) em nível federal, em decorrência da aprovação da "Lei das Cotas". Com isso, as IFES foram orientadas pelo MEC a alterar o nome do seu programa interno de permanência com a finalidade de distinguir os programas. O PBP do governo federal foi instituído nacionalmente pela Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013, e é caracterizado como "um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica." (BRASIL, 2013, p.22-23). O pagamento é efetuado diretamente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). No Campus Realeza, apenas estudantes indígenas atendem os critérios estipulados por este Programa do MEC e recebem uma bolsa mensal de R\$ 900,00.

Outro programa de repasse financeiro aos estudantes, previsto no PDI, é a Bolsa Esporte, descrita da seguinte forma no Plano:

modalidade de bolsa concedida ao acadêmico dentro de determinadas modalidades para facilitar a realização de esportes na UFFS como prevê o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Tem como objetivos: fomentar a prática de esportes entre os acadêmicos; preparar para os jogos universitários; fortalecer o movimento estudantil. Sua concessão sucede mediante edital de seleção que afere aptidões do estudante na modalidade que pretende a bolsa, sendo sua duração de 10 meses. (UFFS, 2012, p.83).

⁴⁴ Em 2010 o Programa Bolsa Permanência da UFFS foi regido pelo Edital 15/UFFS/2010. Em 2011 publicou-se os Editais 055/UFFS/2011 e 113/UFFS/2011 e no ano de 2012 o Edital 043/UFFS/2012. (UFFS, 2017e, s.p).

No sítio eletrônico da instituição (UFFS, 2017e, s.p), constatamos que o Programa Bolsa Esporte teve destinação de subsídio financeiro e seleção de bolsistas nos anos de 2012 e 2013⁴⁵. Os Jogos Universitários, denominados JUFFS, foram organizados e subsidiados pela UFFS em 2011, 2012, 2013 e 2014, sediados em cada ano respectivamente pelos *campi* de Chapecó-SC, Cerro Largo-RS, Realeza-PR e Laranjeiras do Sul-PR. Os Jogos ocorriam anualmente em *campus* diferentes e os universitários participantes tiveram à disposição gratuitamente transporte, alojamento e alimentação.

O Programa Bolsa Esporte, compreendido como um preparo para os JUFFS, foi desenvolvido apenas por dois anos (2012 e 2013). Diante de fortes críticas da comunidade acadêmica o programa deixou de existir em 2014, em face da ausência de espaços físicos adequados para a realização dos treinos e o não acompanhamento destas atividades esportivas por profissional capacitado com formação na área. Havia também vários posicionamentos contrários na instituição quanto à realização dos JUFFS, em função do alto gasto financeiro empenhado em cada edição dos jogos. Com isso, em 2015 a universidade deixou de organizar este evento esportivo *intercampi*.⁴⁶

Outras modalidades de auxílio previstas no PDI são os repasses financeiros para as despesas dos estudantes com alimentação, moradia, transporte, material didático, creche e participação em eventos. (UFFS, 2012, p.83-84). Na prática, observamos que tais modalidades de auxílios - exceto auxílio creche e participação em eventos - são implementados na instituição desde 2011 até o presente momento. Anualmente a UFFS publica editais específicos que regem o Programa de Auxílios Socioeconômicos para o período determinado até dezembro de cada ano.⁴⁷

Em relação à estrutura física como estímulo à permanência dos discentes, o PDI trouxe

⁴⁵ Os editais que regulamentaram o Programa Bolsa Esporte foram, respectivamente, Edital 044/UFFS/2012 e Edital 092/UFFS/2013. (UFFS, 2017e, s.p).

⁴⁶ Registros da pesquisadora, decorrentes de sua atuação profissional na instituição.

⁴⁷ Em 2010 a UFFS não destinou recursos especificamente para moradia, alimentação e transporte. Naquele ano implementou-se a Bolsa Permanência, já descrita anteriormente, e o Programa de Iniciação Acadêmica (Edital 14/UFFS/2010), que consistia na inserção dos estudantes selecionados em projetos acadêmicos coordenados por docentes. No primeiro semestre de 2011 ocorreu a última edição do programa de Iniciação com o Edital 056/UFFS/2011, pois a partir de então a instituição passou a ter projetos de pesquisa financiados pelos órgãos competentes e, com isso, ao invés do programa de Iniciação, passou-se a implementar o Programa de Auxílios socioeconômicos para moradia, alimentação e transporte, regido em 2011 pelos Editais 057/UFFS/2011 e 114/UFFS/2011. No ano de 2012 o Programa de auxílios foi regido pelo Edital 042/UFFS/2012; em 2013 pelo Edital 082/UFFS/2013; em 2014 pelo Edital 133/UFFS/2014; em 2015 pelo Edital 001/UFFS/2015 e em 2016 pelo Edital 035/UFFS/2016. Os editais são sempre anuais e estabelecem as regras de funcionamento do Programa. Os editais citados nesta nota foram obtidos por meio do acesso ao Boletim Oficial da UFFS. (UFFS, 2017e, s.p).

a meta da construção de Restaurante Universitário (RU) em cada *campus* (UFFS, 2012, p.84), para possibilitar refeições básicas e de qualidade por um valor acessível, para que o acadêmico possa permanecer em tempo integral na Universidade e desempenhar suas atividades de modo satisfatório. Em Realeza, o RU foi inaugurado em 2015 e funciona no sistema de *buffet* com variações diárias de cardápios. Os estudantes regularmente matriculados pagam R\$ 2,50 (de acordo com Resolução nº 20/CONSUNI/2015), sendo o restante subsidiado pela instituição. O valor da refeição para os servidores é R\$ 11,28. (UFFS, 2017f, s.p).

Além do RU, também foi prevista no PDI a oferta de Moradia Estudantil para atender discentes "oriundos do Sistema Público de Ensino e/ou em estado de comprovada carência financeira que o impeça de custear despesas com moradia." (UFFS, 2012, p.84). Como condição de acesso seria necessário que os discentes pertencessem a outras regiões ou cidades. A previsão de término da construção das Moradias era citada como meta para 2015 no PDI. Contudo, os projetos permaneceram apenas no papel. A última ação oficial no que tange ao assunto da construção de moradias estudantis nos *campi* da UFFS, foi a publicação, em 2014, de uma portaria que nomeou a comissão responsável pelo estudo de viabilidade da implantação de Moradias na UFFS. Atualmente não há informações oficiais se de fato as moradias estudantis se tornarão realidade para os discentes desta instituição. Tal como o Ginásio poliesportivo, também previsto no PDI, mas que sequer teve a elaboração de projeto e previsão de construção até 2016.

Para o estímulo à permanência dos acadêmicos outras atividades também estão previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional, como: apoio psicopedagógico, implantação do Núcleo de Acessibilidade, estágios e monitorias, programas de intercâmbio e mobilidade estudantil e o apoio à organização estudantil (UFFS, 2012, p.85-89). Segundo o PDI, o apoio psicopedagógico

[...] tem como objetivo atender à comunidade discente em suas dificuldades psicopedagógicas. Para tanto, serão implementadas as seguintes ações: levantamento estatístico dos dados dos históricos dos discentes; diagnóstico para mapeamento dos aspectos cognitivos e sociais; identificação dos estudantes com maiores dificuldades e necessidades especiais e acompanhamento psicopedagógico do discente com vistas à solução dessas dificuldades. (UFFS, 2012, p.85).

Estes atendimentos seriam realizados, conforme o PDI (*Id. Ibid.*), por uma equipe multidisciplinar composta por pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, técnico em assuntos educacionais e nutricionista. Mais adiante, ainda neste tópico, retornaremos à exposição desta temática. Importante mencionar ainda que além dos atendimentos, destaca-se também a implantação do Núcleo de acessibilidade, que visa oferecer aos alunos com deficiência e/ou altas habilidades/superdotação atendimento educacional especializado e atendimento humanizado e, além deste público, direcionar ainda o olhar acadêmico para os estudantes das comunidades indígenas, quilombolas e afrodescendentes, de forma a garantir o acesso dos diversos sujeitos à Universidade pública e assegurar a sua permanência.

Identificamos em nossa pesquisa que no ano de 2015 foram aprovadas pelo Conselho Universitário as Políticas de Acessibilidade e de Mobilidade Acadêmica por meio das Resoluções nº 2/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015 e nº 6/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015, respectivamente. No mesmo ano foi aprovada e instituída, por meio da Resolução nº 4/CONSUNI/CGRAD/2015, a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/ Superdotação na UFFS. A gestão e execução destas políticas está a cargo da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Esta Pró-Reitoria também é responsável pelo Programa de Monitorias, instituído pela Resolução nº 4/CONSUNI/CGRAD/2011, o Programa de Estágios que é regulamentado pela Resolução nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015, o Programa de Auxílio Financeiro para Viagens de Estudos, criado por meio da Portaria nº 562/GR/UFFS/2016 e as Bolsas Acadêmicas do Programa de Educação Tutorial (PET) e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).⁴⁸

De acordo com o Regimento Geral da UFFS, aprovado pelo Conselho Universitário mediante Resolução nº 03/CONSUNI/UFFS/2016, cumpre à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE) desta universidade a tarefa de "*instituir e executar a Política de Permanência, com a finalidade de ampliar as condições de integração e permanência, promovendo igualdade de condições para o estudante concluir seu curso de graduação*" (UFFS, 2016b, p.14 – grifo nosso). Conforme o Regimento, são também competências da PROAE:

Executar as políticas definidas pelo Conselho Universitário;
Planejar, organizar, executar, coordenar e avaliar o cumprimento do

⁴⁸ As Resoluções e demais documentos foram consultados no sítio eletrônico oficial da UFFS (www.uffs.edu.br), que apresenta informações detalhadas sobre cada Programa citado.

Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no âmbito da universidade, de forma participativa;

Planejar, organizar, executar, coordenar e avaliar as ações de permanência, de forma articulada com atividades de ensino, pesquisa e extensão, destinadas aos estudantes da UFFS;

Gerir o cadastro socioeconômico do corpo discente da UFFS, a fim de manter um banco de dados dos estudantes a serem atendidos em programas, projetos, benefícios que dependam da avaliação socioeconômica;

Acolher e orientar os estudantes em sua trajetória no ensino superior;

Dirigir, supervisionar e avaliar os serviços de alimentação e nutrição disponibilizados aos estudantes da UFFS;

Representar a instituição junto aos fóruns de assuntos estudantis.

(UFFS, 2016b, p.14).

Portanto, de acordo com o Regimento Geral da UFFS, é de responsabilidade da PROAE planejar ações nas diversas áreas da assistência estudantil, com o objetivo de estimular a integração acadêmica e social dos estudantes e auxiliar na permanência e formação do universitário. A esta Pró-Reitoria compete o planejamento da assistência ao acadêmico em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a gestão dos programas de auxílios financeiros e a supervisão dos serviços de alimentação e nutrição disponíveis aos estudantes nos RU's. Na sequência trazemos o organograma que demonstra a organização interna desta Pró-Reitoria.

Figura 3 – Organograma da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis



Fonte: Divisão de Organização Institucional da Pró-Reitoria de Planejamento da UFFS (2015).

Nos seis *campi* da UFFS, a unidade administrativa responsável pela execução direta das atividades de assistência estudantil junto aos acadêmicos é o Setor de Assuntos Estudantis (SAE). Compete aos SAE's em cada *campus* realizar o acolhimento, suporte e amparo das demandas socioeconômicas e psicopedagógicas dos estudantes. É por meio deste Setor que o estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica pode realizar sua Análise Socioeconômica⁴⁹, solicitar o acesso ao Programa de Auxílios Socioeconômicos e buscar orientação e apoio psicológico, pedagógico e social.⁵⁰

Quanto à equipe multiprofissional que integra o Setor de Assuntos Estudantis, destaca-se que cada *campus* têm sua especificidade. Em geral, todos os *campi* contam com Assistente Social, Psicólogo e Assistente Administrativo, exceto o Campus Passo Fundo que conta apenas com Assistente social no SAE. Até dezembro de 2016, registrou-se também a presença de Pedagogo nas equipes de Cerro Largo e Realeza e Técnico em Assuntos Educacionais nos *campi* de Laranjeiras do Sul e Chapecó.⁵¹

No Campus Realeza, o Setor de Assuntos Estudantis foi instituído no momento da implantação e início das atividades da Instituição, em 2010. Desde março daquele ano até o presente momento, uma Assistente Social atua no setor. O profissional da Pedagogia e uma

⁴⁹ De acordo com o Decreto nº 7234/2010 que institui o PNAES, cabe à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados pela assistência estudantil. Observando isso, desde 2011 a UFFS possui regulamentação interna para estabelecer as diretrizes da Análise socioeconômica. Em julho de 2011 foi publicada a Portaria 540/UFFS/GR/2011, primeiro ato oficial que estabeleceu regras para realização de análises socioeconômicas na instituição e deliberava que o processo poderia ser feito em qualquer período do ano. Esta portaria em pouco tempo foi revogada e substituída por uma Resolução aprovada pelo Conselho Universitário, a Resolução 001/2011-CONSUNI/CE que esteve em vigência entre 2011 e 2016, quando foi rediscutida e revisada vindo a ser substituída pela Resolução nº 10/2016-CONSUNI/CGAE, aprovada durante a realização desta pesquisa, em 25 de novembro de 2016. Nestes documentos consta que a análise socioeconômica tem por finalidade avaliar a situação socioeconômica dos estudantes, gerando um índice de vulnerabilidade socioeconômica (IVS) que permanece em um banco de dados interno. Para fazer parte do Programa de auxílios financeiros, o acadêmico interessado precisa passar por este processo que é voltado aos estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais. O processo contém três etapas: 1. Entrega da documentação descrita na Resolução e agendamento de entrevista com Assistente social; 2. Conferência e análise da documentação; e, 3. Realização da entrevista e parecer social por profissional do Serviço Social. Para o cálculo do Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVS), os Assistentes sociais devem observar os seguintes fatores: renda familiar mensal; número de membros do grupo familiar, incluindo o estudante; despesas com moradia do estudante e dos pais ou responsáveis; despesas do estudante com transporte para suas atividades acadêmicas; doença crônica e/ou deficiência no grupo familiar; bens patrimoniais do grupo familiar; e outras condições favoráveis e/ou agravantes observadas e relatadas em parecer social. (UFFS, 2016a).

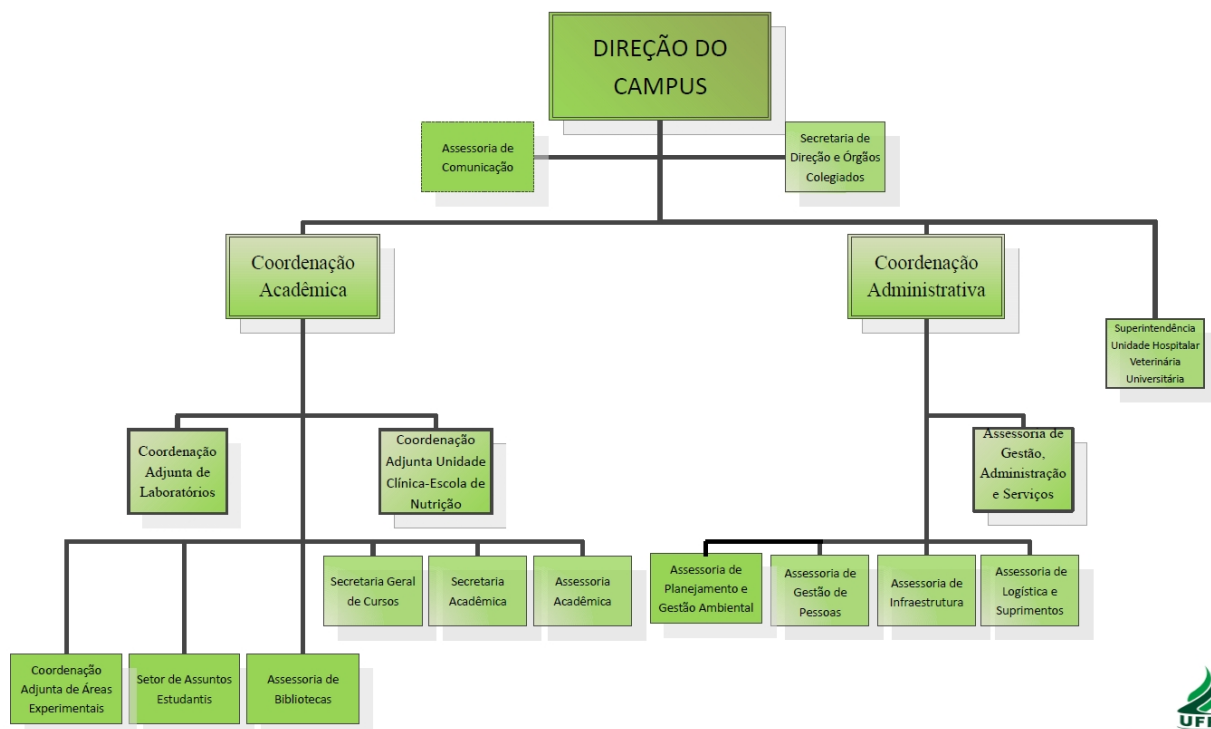
⁵⁰ As informações apresentadas neste e nos próximos parágrafos desta seção, têm como referência o sítio eletrônico da UFFS (www.uffs.edu.br) e alguns registros pessoais da pesquisadora, decorrentes de seu exercício profissional na Instituição pesquisada.

⁵¹ Todos os Técnicos-Administrativos mencionados são servidores públicos de carreira, aprovados em Concurso.

Psicóloga passaram a compor a equipe em 2014 e 2015, respectivamente. Destaca-se também que vários Assistentes administrativos já integraram o Setor em diferentes momentos durante o período de 2010 à 2016.

Cada SAE está vinculado à Coordenação Acadêmica do seu respectivo *campus*, conforme organograma a seguir.

Figura 4 – Organograma da UFFS Campus Realeza-PR



Fonte: Divisão de Organização Institucional da Pró-Reitoria de Planejamento da UFFS (2015).

As principais ações que o Setor de Assuntos Estudantis desenvolve em atenção ao PNAES, concentram-se nos serviços a seguir relacionados: a) acolhimento e orientação psicossocial aos acadêmicos; b) realização dos processos de análise socioeconômica; c) gestão do programa de auxílios socioeconômicos; d) acompanhamento de estudantes que apresentam demanda específica na área psicossocial e/ou pedagógica.

Cumprido destacar, no entanto, que é necessário avançar para atingir ao que foi proposto no PDI no que tange à constituição da equipe multidisciplinar para atendimento dos estudantes no Campus Realeza e nos demais *campi* da instituição. A ausência de Pedagogo na equipe, na maioria dos *campi*, compromete o trabalho interdisciplinar e a oferta de orientação, apoio e acompanhamento pedagógico aos acadêmicos, ação esta que é prevista no Decreto

federal nº 7.234/2010 do PNAES, Artº 3º, item IX.

O mesmo Decreto define ainda que “as ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, [...], considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente” (BRASIL, 2010, s.p). Assim, caberia às IFES, individualmente e de acordo com as diretrizes e permissivos acima elencados, estabelecer a sua Política de Assistência Estudantil.

No entanto, a UFFS ainda não possui uma Política interna que regulamente a Assistência Estudantil no âmbito desta universidade, em que estejam contempladas diretrizes como: previsão de programas, serviços e ações a serem executados em atenção ao PNAES; os objetivos e a finalidade do trabalho desenvolvido; a equipe mínima que deve integrar o SAE de cada *campus*; as competências de cada profissional e do trabalho interdisciplinar; entre outros aspectos que deveriam ser planejados coletivamente para promoção da permanência estudantil.

Essa lacuna na UFFS, de uma Política interna permanente na área da Assistência estudantil que estabeleça diretrizes de atuação, implica na elaboração de programas fragmentados que anualmente sofrem alterações ou são descontinuados, são exemplos a Bolsa Iniciação Acadêmica e Bolsa Esporte, citados em parágrafos anteriores, além de outras iniciativas já implementadas, como o Auxílio provisório (Edital nº077/UFFS/2011) e o Programa Bolsa de Estudos Orientados (Edital nº45/GR/UFFS/2011), que vigoraram apenas no ano de 2011.

De todo o exposto, observamos também que a execução da Assistência Estudantil na UFFS se dá essencialmente pela via da gestão de programas financeiros. A ausência de equipes completas em cada *campus* e de uma política que regulamente, ampare e reconheça os serviços de apoio, fragiliza o desenvolvimento do trabalho de assistência e dá destaque ao repasse financeiro, levando a compreensão de que este é o principal elemento para garantia da permanência e conclusão de curso dos estudantes.

A regência dos processos de seleção por editais permite que se estabeleça e afira os critérios objetivos de seleção naquele certame específico, todavia esta não é a garantia mais adequada aos princípios da regularidade, continuidade e eficiência destes programas. Para atender a estes princípios, compreendemos que é necessária a definição prévia de normas pelo órgão gestor, no caso a PROAE em conjunto com os SAE's, e sua aprovação pelos órgãos

deliberativos da instituição, ou seja, é preciso que haja a elaboração de uma Política de Assistência Estudantil na UFFS.

Os programas e ações de assistência ao estudante desenvolvidos pela UFFS entre 2010 e 2016, tiveram como fonte de recurso a dotação orçamentária provinda de rubrica do MEC especificamente destinada ao PNAES. Essa previsão consta inclusive no Decreto nº 7.234/10, art.8º:

As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes observadas os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente. (BRASIL, 2010, s.p.).

Nesse sentido fica posta uma rubrica específica para o desenvolvimento da Assistência estudantil. De acordo com os dados publicados na *Revista Comemorativa dos 25 Anos do FONAPRACE* (ANDIFES, 2012, p.73), no ano de 2008 foram destinados R\$ 125,3 milhões para execução do PNAES no país, em 2009 o valor total repassado às IFES foi de R\$ 203 milhões, aumentando para R\$ 304 milhões em 2010, sendo que no ano 2011 chegou a R\$ 400 milhões e em 2012 foram distribuídos R\$ 504 milhões. Conforme dados do Portal da Transparência (BRASIL, 2016), em 2013 investiu-se R\$ 567,9 milhões em Assistência ao estudante do Ensino superior, em 2014 destinou-se R\$ 665,1 milhões e no ano de 2015 o montante repassado foi de R\$ 704,2 milhões. As despesas de 2016, no momento da consulta ainda eram parciais em razão do andamento do exercício.

Os recursos orçamentários do PNAES recebidos pela UFFS entre 2010 e 2016, de acordo com os dados internos da instituição, foram destinados em grande parte ao pagamento de auxílios financeiros para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica⁵² classificados em processo de análise socioeconômica. Constata-se, portanto, que Assistência estudantil na UFFS é implementada principalmente pela via dos auxílios financeiros, que são repassados à conta corrente bancária dos estudantes aprovados de acordo com os critérios de seleção dos

⁵² Conforme a Resolução que regulamenta a análise socioeconômica no âmbito da UFFS (Res.nº 10/2016-CONSUNI/CGAE), entende-se, com base na Política Nacional de Assistência Social de 2004, que a vulnerabilidade socioeconômica é resultado de "um conjunto de incertezas, inseguranças e riscos enfrentados quanto à fragilização de vínculos familiares, pertencimento e sociabilidade; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso as demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social". (UFFS, 2016a, p.3-4).

programas e outros fatores como: renda, patrimônio, despesas com aluguel, transporte e saúde, número de pessoas do grupo familiar e condições favoráveis ou agravantes que se apresentam no contexto social dos acadêmicos. O quadro na sequência demonstra os valores aplicados por ano nos programas de bolsas e auxílios de repasse financeiro e o quantitativo de discentes atendidos no conjunto dos *campi* da UFFS.

Quadro 4 – Recursos orçamentários e número de discentes atendidos na UFFS por ano

Ano	Montante total de recurso do PNAES recebido pela UFFS	Recursos do PNAES aplicados em auxílios financeiros	Nº alunos atendidos pelos auxílios
2010	*	*	817
2011	R\$ 2.112.209,00	R\$ 1.838.109,68	1.034
2012	R\$ 2.000.000,00	R\$ 1.951.115,00	1.200
2013	R\$ 4.254.000,00	R\$ 4.305.990,83	1.556
2014	R\$ 4.857.667,00	R\$ 4.467.870,45	2.193
2015	R\$ 8.047.878,00	R\$ 6.987.226,71	2.841
2016	R\$ 9.263.362,00	R\$ 8.338.164,00	3.246

* Dados não disponíveis. Em 2010 a UFSC era tutora da UFFS e administrou o orçamento.

Fonte: Dados disponibilizados pelo Departamento de Orçamento e Auxílios da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e pela Diretoria de Orçamento da Pró-Reitoria de Planejamento da UFFS (2017).

A fim de traçarmos um panorama sobre a cobertura do Programa de Auxílios, em consulta ao SGA identificamos que no ano de 2016 constam 6.358 estudantes matriculados no conjunto dos *campi* da UFFS. Realizando um comparativo com o número de atendidos pelo Programa de Auxílios no mesmo ano, observamos que 51,21% dos acadêmicos matriculados foram contemplados com auxílios financeiros na instituição.

Com base em planilhas internas de controle disponibilizadas pela PROAE, em 2016 o Campus Realeza repassou em auxílios socioeconômicos o montante de R\$ 876.855,00 reais do total de recursos do PNAES. Isso significa que o campus utilizou 9,5% do total do orçamento do PNAES e 10,5% dos recursos especificamente destinados aos auxílios. Com

esse valor foram atendidos 313 (trezentos e treze) acadêmicos participantes do Programa de Auxílios Socioeconômicos em Realeza, de um total de 788 (setecentos e oitenta e oito) estudantes com matrícula ativa no mesmo ano, ou seja, 39,7% dos estudantes do campus participaram do referido programa.

É relevante destacar que desde a implantação da UFFS até o ano de 2016, identificamos vários programas de auxílios no âmbito da Assistência estudantil que já foram colocados em prática na instituição, a citar: Programa de Iniciação Acadêmica (Editais 14/UFFS/2010 e 056/UFFS/2011); Programa Bolsa Permanência (Editais 15/UFFS/2010, 055/UFFS/2011, 113/UFFS/2011 e 043/UFFS/2012); Programa de Auxílio Provisório (Edital 077/UFFS/2011); Programa Bolsa de Estudos Orientados (Edital 45/GR/UFFS/2011); Programa Bolsa Esporte (Editais 044/UFFS/2012 e 092/UFFS/2013); e, Programa Bolsa Cultura (Editais 126/UFFS/2013, 031/UFFS/2014, 318/UFFS/2015 e 210/UFFS/2016).⁵³ De todos os citados, apenas a Bolsa Esporte e Bolsa Cultura dispensavam a avaliação socioeconômica.

Todavia, nenhum destes programas citados foi mantido. Já o Programa de Auxílios Socioeconômicos se consolidou no âmbito da Assistência estudantil na UFFS e destina recursos para os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, a fim de auxiliá-los em suas despesas com moradia, alimentação, transporte e, em 2014, incluiu-se também o auxílio para material didático. O Programa foi criado em 2011, sendo regido pelo Edital 057/UFFS/2011 no primeiro semestre e Edital 114/UFFS/2011 no segundo semestre daquele ano. Em 2012 publicou-se o Edital 042/UFFS/2012; em 2013 o Edital 082/UFFS/2013; no ano de 2014 o Edital 133/UFFS/2014; em 2015 o Edital 001/UFFS/2015 e em 2016 o Edital 035/UFFS/2016.

Nos editais deste Programa de Auxílios consta, em linhas gerais, que a finalidade da UFFS com a concessão dos auxílios socioeconômicos é o *fortalecimento das condições de frequência, permanência e êxito nas atividades acadêmicas por meio da oferta de auxílio aos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com o objetivo de garantir igualdade de oportunidades e melhoria do desempenho acadêmico, como forma de prevenir e minimizar situações de retenção e evasão.*

No entanto, em cada Edital de Auxílios são publicadas tão somente as regras de execução do programa. Não é citada a necessidade de ações integradas de atendimento e

⁵³ Pesquisa realizada no sítio eletrônico oficial da UFFS (www.uffs.edu.br).

acompanhamento pedagógico e psicossocial com estes estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, que são atendidos com auxílios financeiros e possuem diversas demandas além da questão financeira. Também não há previsão, e menos ainda a efetiva articulação dos trabalhos com outras Pró-Reitorias, como Graduação, Pesquisa e Extensão.

Ao analisar todos os editais do Programa de Auxílios Socioeconômicos, constata-se que somente em 2016 a equipe dos SAE's passou a ter participação articulada no Programa. O Edital 035/UFFS/2016 prevê que o estudante que se candidata para receber o auxílio e já foi beneficiário de bolsas ou auxílios da PROAE em semestre imediatamente anterior, deve ter aprovação em no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos créditos curriculares cursados.⁵⁴ Porém, caso o estudante apresente taxa de reprovação maior, é prevista a possibilidade, neste Edital, que a equipe do SAE avalie o caso e elabore um Parecer Circunstanciado para manter o aluno no Programa, além de estabelecer um Plano de acompanhamento com o acadêmico.

Assim, o Edital 035/UFFS/2016 é o primeiro ato normativo da PROAE que reconhece a necessidade efetiva de acompanhamento dos estudantes que apresentam dificuldades no desempenho acadêmico e incidências de reprovações. Muito embora, apesar deste avanço, é preciso ressaltar que o Edital em questão não aponta quais profissionais devem atuar nesta demanda, portanto não reconhece a necessidade de ter servidores das áreas de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social que atuem nos casos para elaboração de Parecer e do Plano de acompanhamento. Em outras palavras, não se define claramente a necessidade de um trabalho articulado e interdisciplinar de caráter psicossocial e pedagógico, da mesma forma que também não cita a importância do acompanhamento preventivo a fim de evitar a retenção e evasão e propiciar, de fato, a melhoria do desempenho acadêmico.

Efetivamente, o Programa de Auxílios Socioeconômicos é a principal iniciativa no âmbito da Assistência estudantil na UFFS. Como já explicitado anteriormente, o mesmo destina recursos financeiros para os estudantes que apresentam vulnerabilidade, a fim de auxiliá-los em suas despesas com moradia, alimentação, transporte e material didático. Em 2010, o Programa Bolsa Permanência cumpria este objetivo de auxiliar os estudantes em suas despesas básicas. Em 2011, criou-se o Programa de Auxílios especificamente voltado para o cumprimento de, pelo menos, três das dez áreas estratégicas do PNAES, ou seja: moradia,

⁵⁴ De acordo com os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação da UFFS (PPC's), cada 15 horas/aula cursadas equivalem a um crédito curricular. Deste modo, uma disciplina de 60 horas/aula equivale a 4 créditos. Assim, conforme as regras do Edital 035/UFFS/2016, caso o estudante contemplado com auxílios curse, por exemplo, 20 créditos, deverá finalizar o semestre com aprovação mínima em 10 créditos cursados.

alimentação e transporte. Entre 2011 e 2016 este Programa de Auxílios sofreu alguns ajustes anuais publicados em edital específico, mas o objetivo principal e a metodologia de execução permaneceram as mesmas. Após análise dos editais do Programa de Auxílios Socioeconômicos, publicados entre 2011 e 2016, elencamos na sequência os principais elementos que compõe este programa.

Para receber os auxílios socioeconômicos o estudante deve cumprir alguns critérios: a) cursar graduação presencial; b) estar regularmente matriculado na UFFS; c) estar classificado na Análise socioeconômica regida pela Res. 001/2011-CONSUNI/CE (substituída pela Res.10/2016-CONSUNI/CGAE em novembro de 2016); d) cursar, pelo menos, o número mínimo de créditos curriculares estabelecido no PPC de seu curso; e) cumprir critérios de frequência e aprovação mínima nos créditos cursados; f) realizar a inscrição no programa apresentando a documentação requerida nos períodos específicos que constam no edital; g) não ter outra graduação concluída; h) não ter sanção disciplinar ou qualquer outra pendência na UFFS.

As modalidades de auxílios contemplam: a) auxílio moradia: destinado ao estudante que não resida na mesma cidade de seu grupo familiar e que tenha despesas com imóvel alugado ou pensionato, em função do seu acesso à universidade; b) auxílio alimentação: destinado para auxiliar no custeio de despesas com alimentação de todos os estudantes inscritos no programa; c) auxílio transporte: destinado ao estudante que comprovar gastos com transporte público ou locado para deslocamento em função das atividades acadêmicas; d) Auxílio estudantil: destinado para auxiliar todos os estudantes inscritos no programa no custeio das demais ações de assistência do PNAES, não contempladas pelos auxílios acima, com ênfase no custeio de material didático indispensável ao cumprimento do conteúdo programático necessário para o acompanhamento das atividades propostas pelos cursos de graduação.

Os valores dos auxílios variam conforme o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVS) do estudante e a modalidade de auxílio requerido. O IVS é resultado da análise socioeconômica, realizada por Assistente social, que leva em consideração os critérios e regras da Resolução nº10/2016-CONSUNI/CGAE. Quanto mais baixo o resultado de IVS do estudante, significa que maior é sua vulnerabilidade socioeconômica e, portanto, terá direito a um valor maior de auxílio financeiro. De acordo com o último edital publicado (035/UFFS/2016), o estudante que apresenta IVS abaixo de 400 pode acumular até R\$ 565,00

reais dependendo das modalidades de auxílio a que tem direito segundo os critérios do edital. O acadêmico que está na faixa intermediária de IVS, de 401 a 800, pode acumular até R\$ 405,00 reais e se estiver na última faixa de IVS, de 801 a 1320, que significa que tem menor vulnerabilidade socioeconômica, pode receber até R\$ 270,00 reais.

O pagamento é feito diretamente na conta corrente bancária do próprio estudante, por meio de depósito mensal a partir do mês subsequente à sua inscrição no programa. Para manter o auxílio ao longo do ano é preciso que o acadêmico cumpra alguns critérios como: manter o desempenho de acordo com as exigências mínimas de frequência e aprovação nos créditos cursados e manter as informações prestadas na análise socioeconômica sempre atualizadas, requerendo renovação cadastral no prazo disposto na resolução que rege este processo. A cada ano é publicado um novo edital do Programa de Auxílios que pode trazer ajustes e mudanças, e é dever do estudante realizar sua reinscrição anual.

Conforme dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, em 2016 o Campus Realeza repassou em auxílios socioeconômicos o montante de R\$ 876.855,00 reais do total de recursos do PNAES. Do recurso investido neste *campus*, aproximadamente 34% foi destinado para pagamento de auxílio alimentação, 22% para auxílio moradia, 10% para auxílio transporte e 34% para auxílio estudantil. Desta forma, segundo relatórios da PROAE, o Campus Realeza utilizou 10,5% do total de recursos aplicados em auxílios socioeconômicos na UFFS em 2016. À título de comparação, Chapecó aplicou 28,3%, Laranjeiras do Sul 21,9%, Erechim 20%, Cerro Largo aplicou 18,2% e Passo Fundo 1,1%.

A execução do programa é realizada no Setor de Assuntos Estudantis de cada *campus* em conjunto com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE). A análise socioeconômica - primeira etapa a ser cumprida pelo estudante que deseja requerer o auxílio – é realizada pelo profissional Assistente social em conformidade com a resolução que rege este processo. Em seguida, a gestão do programa de auxílios, que compreende o recebimento das inscrições, a conferência dos critérios do edital e o controle dos pagamentos, é efetivada por Assistentes administrativos e pela PROAE. E os planos de acompanhamento e atendimentos psicossociais e pedagógicos são realizados por Assistentes Sociais e Psicólogos, Pedagogos, Técnico em Assuntos Educacionais, caso estes profissionais façam parte da equipe do SAE no *campus*.

Até 2013 o planejamento e a elaboração dos programas de auxílios eram realizados conjuntamente entre as equipes dos SAE's dos *campi* que se reuniam, geralmente na sede da Instituição na cidade de Chapecó-SC, para debater e elaborar os editais. Contudo, a partir de

2014 o processo sofreu mudanças. A PROAE passou a elaborar as minutas e realizar algumas consultas para receber sugestões de representantes dos SAE's. Na sequência, a Pró-Reitoria finaliza a redação, encaminha para avaliação jurídica e torna público o edital nos meios de comunicação oficiais da Instituição.

Desde o início das atividades em 2010, instituiu-se a cada ano uma comissão *ad hoc* composta por docentes e técnicos-administrativos para acompanhar os trabalhos executados na área da assistência estudantil, resolver os casos omissos e analisar denúncias. Esta comissão era integrada por membros dos SAE's de todos os *campi* e as reuniões eram centralizadas no Campus Chapecó. A partir de 2013 a dinâmica foi alterada em função das dificuldades de distância para deslocamento entre os *campi* e o pagamento de diárias aos servidores. Com isso, a Reitoria emitiu a orientação de que os trabalhos fossem descentralizados e, assim, cada *campus* precisou criar a sua própria comissão local. Em junho daquele ano o Conselho Universitário aprovou uma Resolução para regulamentar o trabalho das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Assistência Estudantil da UFFS (CAAPAE). Trata-se da Resolução nº 7/2013 – CONSUNI/CGRAD.

Conforme esta resolução, as comissões têm por objetivo: acompanhar e avaliar a Política de Assistência Estudantil; e II - analisar e deliberar sobre denúncias e/ou casos omissos referentes às ações da política de Assistência Estudantil. A Comissão de cada *campus* passou a ser constituída por três docentes e seus respectivos suplentes, um técnico-administrativo em educação e seu suplente; um discente e seu suplente, assistente(s) social(is) do *campus* e o servidor que ocupa o cargo de chefe do Setor de Assuntos Estudantis. (UFFS, 2013a, p.3)

Todavia, no que concerne à esta Comissão, duas ressalvas devem ser feitas. Em primeiro lugar, como já apontamos anteriormente, a UFFS não tem uma Política de Assistência Estudantil instituída, portanto a CAAPAE acompanha as ações executadas pelo SAE na área de atendimento aos discentes. Em segundo lugar, de acordo com informações levantadas, este Regulamento das Comissões passará por revisão a partir de proposições de mudanças encaminhadas pela PROAE ao CONSUNI. Desse modo, em breve haverá alterações no que diz respeito aos artigos deste documento.

É salutar fazer alusão também a outro tema de extrema relevância quando tratamos de políticas sociais, e não seria diferente neste caso da Assistência estudantil. Compete-nos falar à respeito da avaliação das ações executadas em atendimento ao PNAES. Sobre este aspecto

identificamos que apesar dos indicativos que constam no Decreto federal nº 7.234/2010 - orientando que as IFES devem fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação dos programas - na UFFS identificamos que não se realizou até o momento nenhum estudo ou diagnóstico da permanência e desempenho dos estudantes atendidos pela assistência estudantil ou mesmo um acompanhamento para analisar o andamento do Programa de Auxílios no decorrer do tempo e seus resultados.

O monitoramento e a avaliação devem fazer parte do ciclo de planejamento e gestão de uma política social, indicando possíveis erros e acertos e assim contribuindo para o aprimoramento do serviço ofertado. Nas palavras de Nogueira (2002), "a avaliação é um elemento básico do planejamento e traduz a possibilidade de se tomar decisões que superem soluções erráticas e não fundamentadas, elevando-se o grau de racionalidade de tais decisões." (NOGUEIRA, 2002, p. 142). Seguindo esta linha de raciocínio, Matus (1996) defende que

O monitoramento da gestão pública responde ao seguinte princípio elementar: não se pode conduzir com eficácia se o dirigente não conhece de maneira contínua e a mais objetiva possível os sinais vitais do processo que lidera e da situação na qual intervém. (MATUS, 1996, p. 2).

Portanto, a avaliação, o monitoramento e o acompanhamento são ferramentas preciosas e imprescindíveis na gestão de políticas públicas e programas sociais, permitindo o aprimoramento e dando respaldo para as decisões relacionadas ao andamento do trabalho executado.

Democratizar o acesso e ao mesmo tempo a permanência na educação superior pública brasileira é um desafio que requer planejamento e acompanhamento e nesse âmbito insere-se também a Universidade Federal da Fronteira Sul. Essa instituição, em seu curto tempo de implantação, já apresenta a problemática da evasão e foi justamente para atuar neste quadro da evasão e retenção nas IFES que foi implantado o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, conforme já explicitamos na parte anterior.

Dados consultados no Sistema de Gestão Acadêmica da UFFS em junho de 2016 e apresentados no Relatório do Exame de Qualificação (SCHER, 2016, p.40), demonstram que o Campus Realeza apresenta elevado índice de desistentes e baixo número de graduados em relação ao número de ingressantes. Esse levantamento possibilitou uma apreensão sobre os números da evasão, que é um fator preocupante e indica que os discentes que ingressam em algum curso superior estão com dificuldades para se manter nele e concluir a graduação.

Ao pesquisarmos mais dados relacionados à esta temática na UFFS, identificamos o estudo sobre evasão/ocupação nos cursos de graduação da UFFS realizado pelo Grupo de Pesquisa em Educação Popular desta universidade, publicado em 2014 pela Pró-Reitoria de Graduação (UFFS, 2014, p.49). O mesmo aponta que entre os anos de 2010 e 2013 a evasão no Campus Realeza atingiu em média de 25%, conforme podemos verificar no Quadro 5 a seguir.

Quadro 5 – Taxa de Evasão Campus Realeza por curso/ano.

Curso	2010			2010	2011			2011	2012			2012	2013			2013
	I	V	C		I	V	C		I	V	C		I	V	C	
Ciências Naturais – Noturno *	95	16	1	84%	101	3	0	97%	71	6	0	92%	0	0	0	0%
Física – Noturno **	10	8	0	20%	9	8	0	11%	14	12	0	14%	31	21	0	32%
Química – Noturno **	30	26	0	13%	27	22	0	19%	36	30	0	17%	30	21	0	30%
Ciências Biológicas – Noturno **	32	30	0	6%	35	33	0	6%	50	44	0	12%	43	28	0	35%
Nutrição - Integral	42	27	0	36%	46	31	0	33%	50	35	0	30%	51	45	0	12%
Medicina Veterinária - Integral	53	33	0	38%	59	46	0	22%	63	50	0	21%	62	48	0	23%
Letras - Português e Espanhol - Noturno	32	24	0	25%	37	15	0	59%	44	25	0	43%	38	26	0	32%
Total do Campus Realeza	199	148	1	26%	213	155	0	27%	257	196	0	24%	255	189	0	26%

* Curso sem oferta a partir de 2013 e que alguns alunos migraram para outros cursos.

** Cursos com alunos migrados de Ciências Naturais - noturno.

Legenda: I - Ingressantes: vagas ofertadas e ocupadas nos diferentes processos seletivos; V - Vinculados: alunos regulares matriculados no ano em consideração, sendo que este número inclui os alunos em retenção; C - Concluintes: alunos regulares que concluíram o curso no ano considerado.

Fonte: Relatório Evasão/Ocupação nos cursos de graduação da UFFS (2014).

Em relação ao quadro acima apresentado, é importante ressaltar que o campus da UFFS, em Realeza, possuía no início de suas atividades a oferta do curso de Ciências Naturais com 150 vagas anuais. No desenvolver das atividades o corpo docente identificou a necessidade de algumas mudanças após processo de intenso debate, sendo então derivadas três novas licenciaturas (Ciências Biológicas, Física e Química). Entretanto, alguns alunos optaram por não migrar, ou seja, decidiram concluir o curso de Ciências Naturais. Desse modo, embora não tendo mais oferta de vagas a partir de 2013, alguns discentes permaneceram vinculado ao mesmo. Da mesma forma, os três novos cursos, embora sem oferta nos anos de 2010 a 2012 possuem alunos vinculados desde o primeiro ano de atividades

do campus, pois são os que migraram do curso original e aproveitaram disciplinas já cursadas desde 2010. Tal situação foi considerada no estudo pelo GT que elaborou a pesquisa. (UFFS, 2014).

No cômputo geral da universidade, utilizando-se dos dados de cada *campus*, o estudo acima mencionado conclui que

[...] a Universidade Federal da Fronteira Sul registrou o ingresso de 1.990 alunos em 2010, sendo que desse número foram mantidos 1.010 vínculos e 38 concluintes, gerando a taxa de evasão em 51%. Para 2011 o percentual ficou em 49%, a partir dos 2.160 ingressos, um concluinte e 1.100 vínculos mantidos. Em 2012 o ingresso de 2.410 alunos e a permanência de vínculo de 1.434 deles levou a taxa de evasão para 40%. No ano seguinte ocorreram 2.511 ingresso e 1.754 vínculos, ou seja, 30% de evasão. (UFFS, 2014, p.52)

É importante situar que não é objeto de nossa pesquisa identificar o que está motivando a evasão ou realizar um estudo aprofundado sobre tal temática. Entretanto, esses indicadores motivaram algumas reflexões que oportunizaram o desenvolvimento desta investigação que ora apresentamos. Despertou atenção o fato de estar em curso a execução de um Programa Nacional (PNAES) que objetiva ampliar e democratizar as condições de permanência na educação superior pública federal, destinando recursos orçamentários à assistência estudantil com a finalidade de melhorar o desempenho acadêmico e reduzir as taxas de evasão e retenção, contudo, ainda assim esses índices permanecem elevados.

Essa conjuntura trouxe o interesse de investigar a permanência e desempenho dos estudantes atendidos pelos programas de assistência estudantil no Campus Realeza por meio de um estudo de caso, a fim de analisar se a UFFS tem conseguido, para além do acesso, garantir também a permanência e a conclusão de curso deste público inserido nos programas de assistência decorrentes do PNAES, cujo objetivo é propriamente viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, de maneira preventiva, nas situações de retenção e evasão.

Frente a esse quadro, apresentaremos na sequência os resultados da pesquisa empírica e a análise e interpretação dos dados pesquisados. Pretendemos, dessa forma, contribuir no debate sobre o acesso e a permanência estudantil no ensino superior a partir do estudo de caso realizado na Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza.

2.2 Apresentação e Análise dos Dados da Pesquisa

Para investigar a problemática que envolve nossa indagação, conduzimos a pesquisa seguindo todos os passos dos procedimentos metodológicos apresentados na abertura da segunda parte desta dissertação.

Convém esclarecer que a coleta dos dados foi realizada nos meses de outubro e novembro de 2016. O registro dos dados no instrumento que elaboramos em formato de planilha eletrônica especificamente para a tabulação dos dados consumiu cerca de quatro meses. Somente após concluída essa etapa, pudemos iniciar efetivamente a análise de todo o material coletado. Com os dados organizados e tabulados foi possível realizar o tratamento estatístico, mediante o uso de fórmulas e cruzamentos de informações.

Reiteramos que a pesquisa consiste em analisar os índices de permanência e conclusão de curso dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica inscritos nos programas de Assistência estudantil no Campus Realeza-PR⁵⁵. Portanto, o objetivo central do estudo é analisar se após o acesso à Universidade, os programas de Assistência estudantil da UFFS têm conseguido garantir a permanência e a conclusão de curso destes acadêmicos. Para isso, utilizamos fontes documentais que integram os arquivos internos da instituição em estudo, e que podem fornecer respostas para a questão central desta pesquisa.

Os documentos internos pesquisados e analisados foram os históricos acadêmicos dos estudantes do Campus Realeza que participaram de programas de auxílios financeiros entre 2010 e 2016. Porém, para identificar estes estudantes realizamos, primeiramente, uma pesquisa nos Editais internos de resultados finais que listam os contemplados nos programas e em Relatórios em formato de planilhas com as Ordens de pagamento dos auxílios financeiros de 2010 a 2016 (todos arquivos digitais), seguindo cuidadosamente o passo-a-passo que elaboramos para a pesquisa documental, conforme descrito na abertura desta segunda parte da dissertação, quando detalhamos a metodologia adotada.

Desse modo, analisamos os dados acadêmicos dos universitários inseridos nos programas de Assistência estudantil no *campus* no período delimitado de sete anos. Acadêmicos inscritos no programa de auxílios por apenas um semestre, bem como aqueles

⁵⁵ Nesta pesquisa, escolhemos realizar o estudo com este grupo específico pois, conforme apontam os estudos realizados pelo FONAPRACE (ANDIFES, 2007), este é o público que efetivamente apresenta maior propensão à evasão e retenção dadas as suas dificuldades socioeconômicas.

que participaram continuamente ao longo dos anos, tiveram seus dados analisados.

Assim, 572 (quinhentos e setenta e dois) estudantes fizeram parte do estudo. Analisamos a trajetória particular de cada acadêmico no que se refere: a) se esteve inserido ou não nos referidos programas em cada ano (2010 a 2016); b) sua trajetória acadêmica (matrícula ativa, evadido, retido, graduado); c) perfil de cada sujeito (sexo, idade, naturalidade). Todas essas informações foram analisadas e tabuladas em planilha eletrônica.

Realizamos o tratamento estatístico dos dados pesquisados mediante o emprego de fórmulas e cruzamentos dos dados coletados. Desse modo, foi possível sistematizar as informações e elaborar gráficos no intuito de facilitar a compreensão e análise dos resultados, os quais serão apresentados a seguir.

A hipótese que traçamos no início do estudo nos serviu de parâmetro para a análise dos dados. Pressupomos inicialmente, com base nas leituras gerais e alguns dados preliminares, que a maioria dos estudantes atendidos pela assistência estudantil estavam permanecendo na instituição e concluindo seu curso. Para analisar efetivamente a realidade que se processa no contexto acadêmico, por meio das informações pesquisadas criamos uma planilha que chamamos de *Banco de Dados*, onde registramos a trajetória de cada estudante que já foi atendido pelos Programas de Auxílios socioeconômicos entre 2010 e 2016 no Campus Realeza. O lançamento das informações foi realizado pela pesquisadora a partir da análise detalhada de caso a caso, permitindo assim o acompanhamento da situação acadêmica de cada estudante em particular.⁵⁶

Neste *Banco de Dados* foi registrado o percurso histórico de cada estudante assistido no que se refere ao(s) ano(s) em que participou do programa, informação esta que foi obtida em consulta aos editais internos e planilhas de ordens de pagamento; analisamos, por meio de cada Histórico acadêmico, a condição de matrícula registrada no fim do ano de 2016 (ativa, transferida, cancelada, desistente, graduado ou formando) e se havia retenção⁵⁷ em disciplinas.

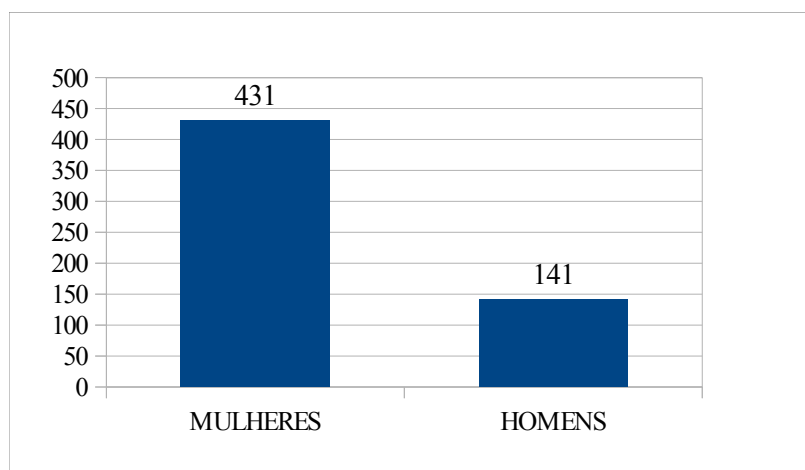
⁵⁶ O instrumento de coleta de dados não pode ser anexado como Apêndice em virtude do tamanho do arquivo. A planilha possui 25 colunas, inviabilizando a formatação de maneira compreensível ao leitor. Ressaltamos no entanto, que o Banco de Dados completo está sob os cuidados da pesquisadora e poderá ser consultado mediante solicitação a mesma, desde que resguardados os nomes completos dos sujeitos participantes.

⁵⁷ A literatura na área educacional apresenta interpretações diversas sobre o conceito de retenção. Na UFFS, a Res. 4/CONSUNI-CGRAD/UFFS/2014, que versa sobre o Regulamento da Graduação na Universidade Federal da Fronteira Sul, não especifica o entendimento que a instituição apresenta sobre o assunto. Em nossa pesquisa adotamos o conceito de retenção para os casos que apresentam reprovação em três ou mais disciplinas específicas do curso de graduação, o que leva ao acréscimo de mais um semestre a ser cursado para integralizar o curso, aumentando assim o tempo de permanência do acadêmico na universidade. Para ser aprovado na disciplina, segundo a Res. 4/CONSUNI-CGRAD/UFFS/2014 o estudante deve alcançar nota final igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).

Observamos também nesta ocasião outros dados sobre o perfil de cada acadêmico (idade, sexo, naturalidade, etc), que constam no Histórico escolar.

Iniciaremos apresentando o perfil dos acadêmicos que participaram dos programas de auxílios até 2016. A pesquisa demonstrou que a maioria do alunado é composto por mulheres, sendo 75,4% do total de contemplados, enquanto que o percentual de homens é de 24,6%, conforme podemos observar no Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 – Perfil dos participantes por número de homens e mulheres



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2016).

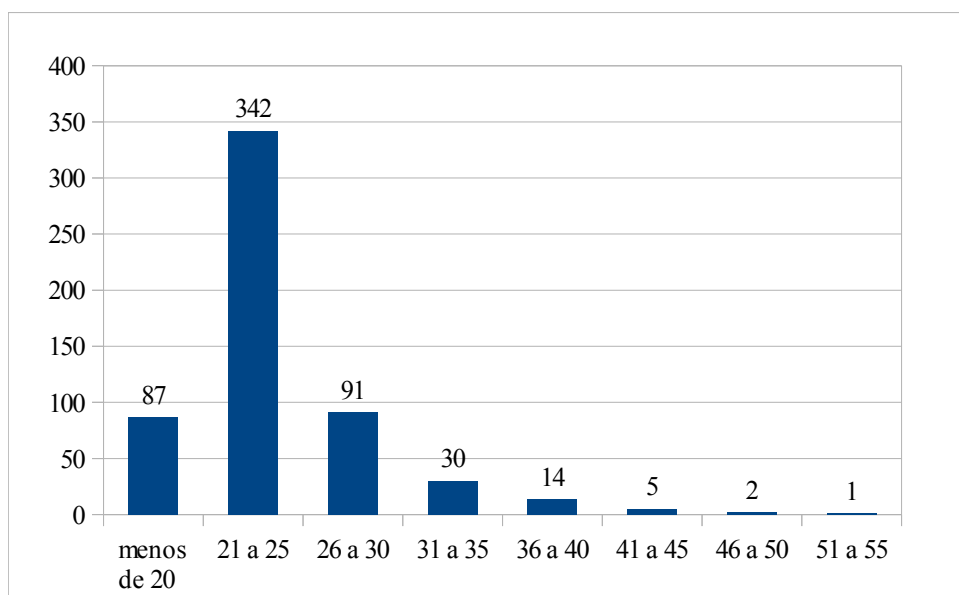
Percebemos, portanto, que apenas 1/4 dos participantes da assistência estudantil no Campus Realeza são homens. Essa característica pode ser consequência da presença majoritária das mulheres na UFFS como um todo, pois em pesquisa realizada por Nierotka (2015), evidenciou-se que em 2012, por exemplo, 66,2% do total de matriculados no Campus Realeza eram mulheres. De acordo com a pesquisa publicada pela Andifes (2011), as mulheres também constituem presença majoritária no ensino superior do Brasil, correspondendo a 53,5% dos estudantes matriculados.

Diante dessa constatação, é preciso observar que essas alterações em relação à mulher e à escola possivelmente são um reflexo das mudanças nas concepções e valores sobre a mulher e seu lugar e papel na sociedade, assim como nas relações sociais entre homens e mulheres. (FERRARO, 2010)

Com relação à faixa etária dos estudantes inseridos no programa no período abrangido por esta pesquisa, observou-se que no final do ano de 2016 (momento do levantamento dos

dados) a maioria possuía entre 21 e 25 anos, correspondendo a 59,8% do total de contemplados, seguido por 15,2% com menos de 20 anos, 15,9% têm entre 26 e 30 anos e 9% têm acima de 30 anos de idade. No Gráfico 2, na sequência, é possível visualizar os quantitativos de acordo com as faixas de idade.

Gráfico 2 – Número de participantes de acordo com a faixa etária.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2016).

Ao analisar estes números percebemos que grande parte dos estudantes são jovens e estão na faixa etária que indica a recente conclusão do Ensino Médio. A idade dos 18 aos 24 anos é compreendida como o período de ingresso no Ensino Superior. Esse dado é um indicador relevante para a UFFS, pois sugere que a instituição pode estar ampliando o acesso aos jovens desta faixa etária. No Brasil, ampliar o acesso ao ensino superior para jovens nesta idade é um desafio, pois grande parte ainda se encontra fora das instituições educacionais. Segundo afirma o IBGE (BRASIL, 2013, p. 123) “em 10 anos, a proporção de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequentavam escola cresceu somente 2,7 pontos percentuais, passando de 81,5%, em 2002, para 84,2%, em 2012”.

Carvalhoes, Feres Júnior e Daflon (2013) demonstram o desafio de acesso dos jovens à educação superior, pois cerca de 20%, em média, dos jovens na faixa etária de 15 a 17 anos não estão frequentando a escola. Grande parte abandona os estudos antes mesmo de ingressar no Ensino Médio, ou durante o mesmo. Essa realidade atinge principalmente a população

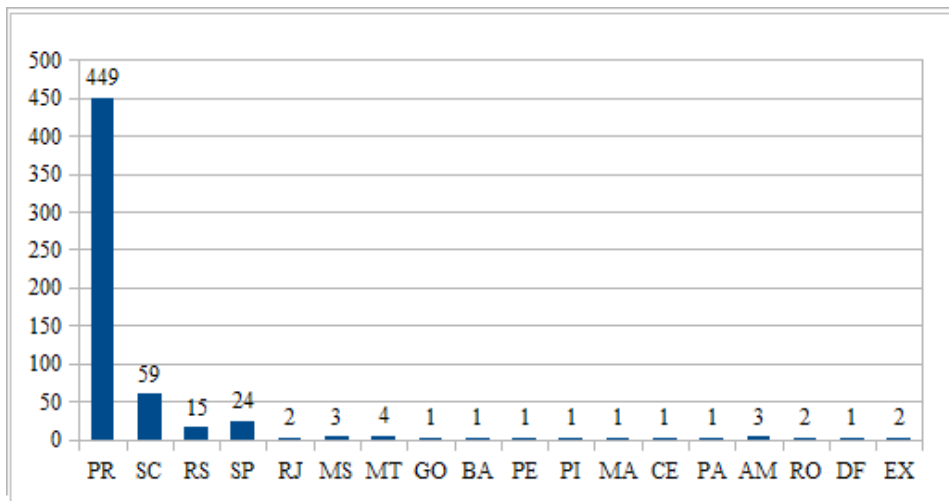
considerada mais pobre, e de acordo com os dados do IBGE, essa taxa

[...] representa o abandono escolar precoce, um importante indicador de vulnerabilidade [...]. Em 2012, o abandono escolar precoce atingia cerca de metade dos jovens de 18 a 24 anos de idade pertencentes ao quinto mais pobre (53,8%), enquanto no quinto mais rico essa proporção era de apenas 10,2%. (BRASIL, 2013, p. 126).

Portanto, fica bem evidenciada a população que é mais atingida por este agravante social. O abandono escolar representa para estes jovens a ampliação da vulnerabilidade social. Muitos destes abandonam os estudos para ingressar precocemente no mercado de trabalho e garantir sua sobrevivência e de seu grupo familiar, porém ao passo que não concluem sua formação estão propensos a assumir vagas de emprego com baixa remuneração ou ainda ficar desempregado, já que o mercado de trabalho exige cada vez mais qualificação. Por conseguinte, o público que já apresentava fragilidade social amplia ainda mais sua condição de vulnerabilidade. Devemos aqui recordar as noções sobre a organização da sociedade apresentadas na primeira parte desta dissertação, que explicam em grande medida os fatores que motivam o aumento da desigualdade social.

Dando continuidade a apresentação do perfil dos pesquisados, no que se refere à naturalidade dos participantes dos programas de assistência estudantil do Campus Realeza, identificamos que a maioria é da Região Sul do país, correspondendo a 91,4% dos contemplados dos quais 78,5% são do Estado do Paraná. O gráfico 3 demonstra o número de estudantes por estado.

Gráfico 3 – Número de participantes, segundo a naturalidade (UF).



Legenda: UF – Unidade Federativa. PR – Paraná; SC – Santa Catarina; RS – Rio Grande do Sul; SP – São Paulo; RJ – Rio de Janeiro; MS – Mato Grosso do Sul; MT - Mato Grosso; GO – Goiás; BA – Bahia; PE –

Pernambuco; PI – Piauí; MA – Maranhão; CE – Ceará; PA – Pará; AM – Amazonas; RO – Rondônia; DF – Brasília, Distrito Federal; EX – Estrangeiro.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2016).

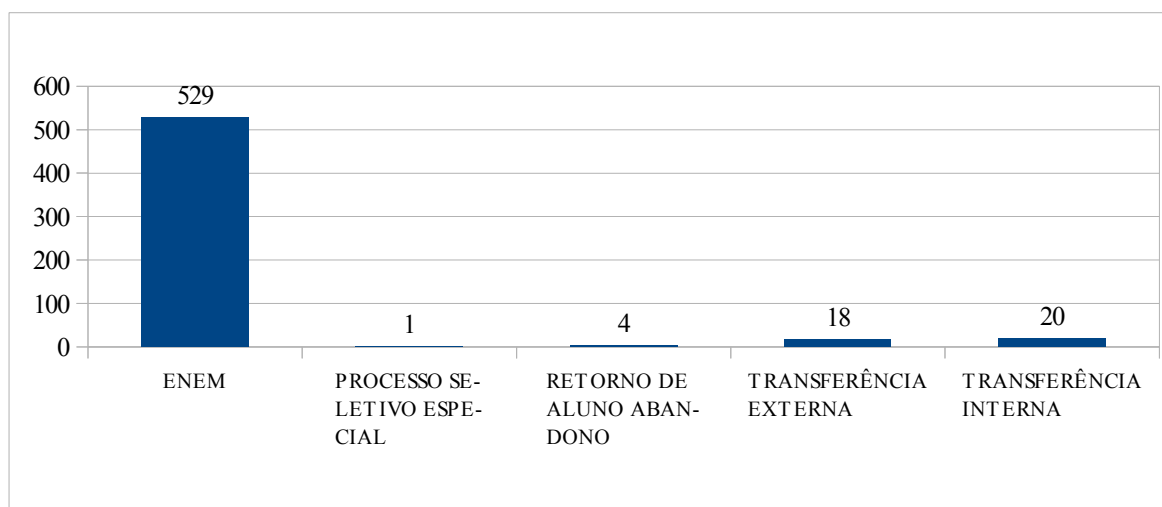
Estes indicadores permitem a compreensão de que a UFFS está possibilitando o acesso à população dos estados da região sul, principal público-alvo para o qual esta Universidade foi criada e que provavelmente não estaria cursando o ensino superior caso não houvesse uma instituição pública na região (conforme abordamos na primeira parte).

A ampliação do número de vagas públicas e a existência de uma instituição federal de ensino superior mais próximo de casa certamente aumenta a chance de continuidade dos estudos para os alunos desta região. Muito embora, por meio do Sisu, tem-se possibilitado também o ingresso de estudantes oriundos de diversos estados e regiões do país.

É importante perceber também que grande parte dos participantes dos programas de Assistência estudantil no Campus Realeza são do Paraná. Durante a realização da pesquisa, ao analisar cada caso, ficou evidenciado que a maioria destes acadêmicos residem em municípios próximos a cidade de Realeza. Esse fator facilita o acesso e também a permanência na Universidade, visto que estudantes que vêm de outros estados costumam apresentar dificuldade de adaptação à cidade, à região e o sofrimento com a distância da família, situações estas que podem ocasionar a desistência do curso. Conforme publicação da Andifes (2011), 43% dos estudantes participantes da pesquisa SIPE/2011⁵⁸ reportaram "dificuldades de adaptação a novas situações envolvendo, por exemplo, adaptação à cidade, à moradia, ou separação da família, entre outras". (ANDIFES, 2011, p.40).

Em nosso estudo analisamos também a forma mais recorrente de ingresso na Universidade entre os participantes da pesquisa. Identificamos que quase todo o público pesquisado ingressou via ENEM, totalizando 92,5% dos acadêmicos que acessaram a vaga por esta modalidade. O gráfico a seguir demonstra os números.

⁵⁸ O Sistema de Informação do Perfil do Estudante (SIPE Brasil) é uma ferramenta de pesquisa elaborada pela equipe de Tecnologia da Informação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) à pedido do FONAPRACE. O sistema foi criado com o propósito de mapear a vida social, econômica e cultural dos estudantes de graduação presencial das Universidades Federais brasileiras. A coleta de dados é feita por meio de um questionário online que os estudantes são convidados a responder e que tem o objetivo de conhecer o alunado e buscar indicadores para formular políticas de equidade, acesso e assistência estudantil. "O SIPE-Brasil, que além de possibilitar a replicação da pesquisa a qualquer tempo, é uma excepcional ferramenta de uso universal que permite efetuar levantamentos de dados, cruzamento e mapeamentos em geral, seja na área de educação ou em quaisquer outras áreas de forma online." (ANDIFES, 2011, p.4)

Gráfico 4 – Número de contemplados, segundo a forma de ingresso na UFFS.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2016).

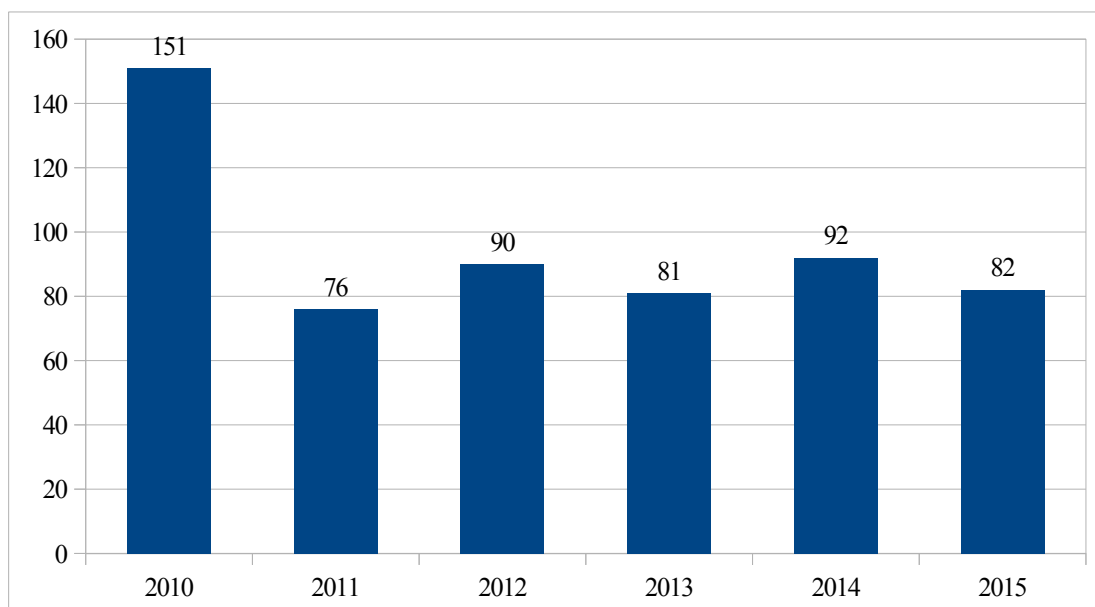
Verificamos que quatro estudantes ingressaram por meio da modalidade de "retorno de aluno-abandono". Estes alunos já haviam desistido do curso em outra ocasião e retornaram após algum tempo. Para a garantia de assistência integral aos mesmos seria importante aferir os motivos que os levaram antes a desistir e disponibilizar acompanhamento contínuo a fim de minimizar as possíveis dificuldades que eventualmente terão ao retornar ao curso. Da mesma forma, vinte estudantes são da modalidade "transferência interna", ou seja, desistiram do primeiro curso em que ingressaram para realizar outro. Estas informações são relevantes pois indicam que além da necessidade financeira, estes acadêmicos podem precisar de outros serviços de assistência estudantil. Em suma, conhecer o perfil do público atendido é essencial para planejar e executar políticas de acordo com as suas necessidades.

Diante das informações anteriormente apresentadas temos, portanto, uma descrição simplificada do quadro de estudantes assistidos pelos programas de auxílios financeiros de Assistência estudantil, no Campus Realeza, entre 2010 e 2016. Em síntese, a maioria são mulheres, havendo apenas 1/4 de homens; 59,8% do total de participantes são jovens, possuindo entre 21 e 25 anos no momento da pesquisa; 91,4% são oriundos da Região sul, dos quais 78,5% são paranaenses; e 92,5% ingressaram na universidade por meio do ENEM.

Os dados pesquisados apontam que os estudantes que efetivaram matrícula em 2010 foram os que mais solicitaram auxílio financeiro (26,4%). Nos anos seguintes em média 85 (oitenta e cinco) estudantes que realizavam matrícula faziam a solicitação da assistência. Portanto, este é o número médio anual de novas solicitações, as quais se somam aos pedidos

dos acadêmicos que já estavam no programa em ano(s) anterior(es) e que podiam requerer a continuidade do auxílio. O gráfico 5, abaixo, demonstra o número de solicitações anuais.

Gráfico 5 – Número de contemplados conforme o ano de ingresso.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2016).

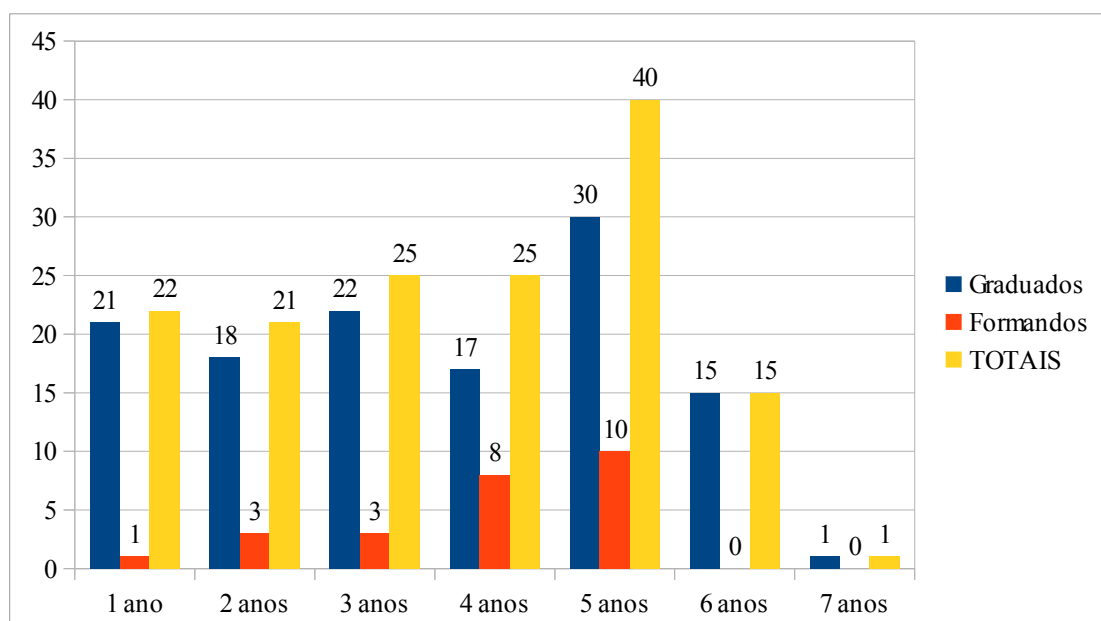
Cabe a ressalva de que não consideramos no estudo os acadêmicos que realizaram matrícula na UFFS em 2016, visto que não haveria base para comparação com anos anteriores; estes alunos recém ingressaram, portanto não possuem histórico no programa. Por este motivo o gráfico acima não contempla ingressantes de 2016. Entretanto, os estudantes com matrícula em 2015 foram considerados pois já mantinham vínculo acadêmico por dois anos e foi possível verificar se permaneceram no programa ou não e sua condição de matrícula ao final de 2016.

A pesquisa contemplou então a análise dos registros de sete anos de efetiva execução do Programa de Auxílios no Campus Realeza e permitiu aferir a continuidade ou descontinuidade da participação dos estudantes no programa, a manutenção ou não do seu vínculo com a instituição (permanência/evasão) e se os acadêmicos que já completaram o período regular do curso colaram grau (retenção/graduação).

A investigação realizada apontou que do total de 572 (quinhentos e setenta e dois) contemplados durante o período analisado, 149 (cento e quarenta e nove) concluíram a graduação, o que representa 26% do total dos acadêmicos atendidos pela Assistência

estudantil. Verificamos que efetivamente já estavam no tempo regular para conclusão (ou então estavam em vias de colar grau no final de 2016) os acadêmicos que ingressaram em 2010 e em 2011, os quais somavam 227 (duzentos e vinte e sete) estudantes. Isso significa que 65,6% concluíram o curso (149) e 34,4% ficaram retidos ou são desistentes (78). No gráfico abaixo podemos observar o número de estudantes graduados/formandos e o tempo que estiveram inseridos no programa de auxílios.

Gráfico 6 – Número de graduados/formandos e tempo de participação no programa



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2016).

A partir destas informações observa-se que 40 (quarenta) acadêmicos concluintes foram contemplados durante cinco anos, isto representa 26,8% dos estudantes assistidos que concluíram o curso. Este é também o tempo regular de duração de todos os cursos do Campus Realeza, à exceção de Medicina Veterinária com tempo de formação de 5 anos e meio.

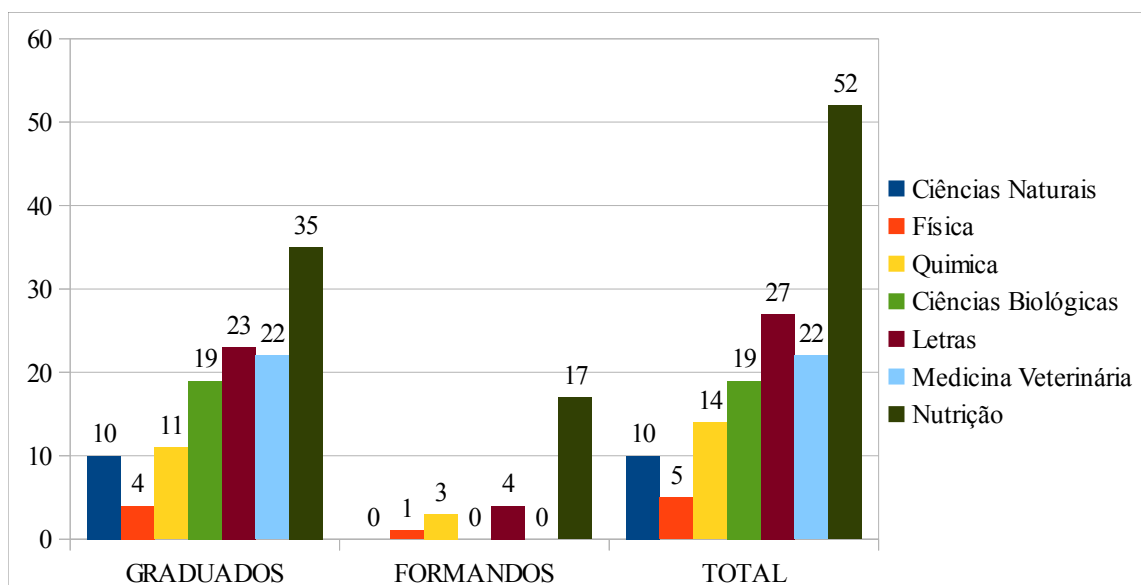
Tem-se ainda que 15 (quinze) alunos permaneceram por seis anos no programa e 1 (um) por sete anos. Mas a maioria dos 149 concluintes permaneceram por menos tempo no programa: 25 (vinte e cinco) participaram por quatro anos; outros 25 (vinte e cinco) por três anos; 21 (vinte e um) por dois anos e 22 (vinte e dois) por apenas um ano.

Desse modo, ao calcular o *tempo médio* em que os 149 acadêmicos concluintes estiveram matriculados na instituição, temos que permaneceram cerca de 5 anos e meio no

curso e em média foram assistidos por 3 anos e meio. A maioria (noventa e três alunos) usufruiu de assistência por no máximo quatro anos, ou seja, isto representa 62,4% dos concluintes que participaram do programa de assistência por apenas uma parte do seu período de graduação.

Analisando em quais cursos os concluintes se graduaram, verificamos que 52 (cinquenta e dois) estudantes assistidos eram de Nutrição; seguido por Letras (27); Medicina Veterinária (22); Ciências Biológicas (19); Química (14); Ciências Naturais (10) e Física (5). Chama a atenção o fato de que os dois cursos de Bacharelado somam sozinhos metade dos concluintes. Isso demonstra, por outro lado, que a taxa de conclusão nas Licenciaturas foi menor, já que temos cinco cursos de formação de docentes.

Gráfico 7 – Número de contemplados graduados/ formandos por curso.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2016).

Em um estudo realizado por Nierotka (2015), observou-se que as Licenciaturas estão entre os cursos que apresentam maior percentual de estudantes desistentes. Essa constatação deve nos servir de alerta, pois metade dos cursos oferecidos pela Universidade Federal da Fronteira Sul são Licenciaturas.⁵⁹

Outro estudo sobre o perfil dos estudantes universitários realizado com base nos dados do Questionário Socioeconômico do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

⁵⁹ Ver Quadro 1 "Cursos ofertados em cada *campus* da UFFS" no item 2.1 desta dissertação.

(ENADE), citado por Risttoff (2013), revelou que 56% dos estudantes brasileiros trabalham e estudam. Esse dado demonstra que para a maioria dos estudantes a dedicação exclusiva aos estudos não é uma opção. O autor ainda reforça que em nível nacional a situação de trabalho é mais evidente nos cursos de licenciaturas (RISTOFF, 2013, p.17). Na UFFS os cursos de formação de docentes concentram-se grande parte no período noturno.

Nesse ponto, vale mencionar que uma das causas de desistência de curso apontadas em estudos sobre evasão é o fato de muitos universitários serem “trabalhadores-estudantes”, em que a dificuldade de conciliar o trabalho – meio necessário para a subsistência – com os estudos muitas vezes se torna inviável. À respeito desta realidade, a pesquisa publicada pela Andifes (2011) revelou que 37,63% dos estudantes, em nível nacional, informaram estar trabalhando no momento da coleta de dados, e nas IES da região sul a porcentagem é ainda maior: 46,3% dos estudantes indicaram trabalhar.⁶⁰

Por meio da pesquisa documental, identificamos ainda que do total de 572 (quinhentos e setenta e dois) contemplados durante o período analisado, 126 (cento e vinte e seis) evadiram, o que representa 22% do total dos acadêmicos atendidos pela Assistência estudantil - número um pouco inferior ao quantitativo de concluintes.

É importante destacar que o conceito de evasão utilizado nesta pesquisa foi o de Pereira (1995), que a define como situação em que o aluno deixa a universidade sem concluir nenhum curso. Portanto, na categoria de *evadido* compreendemos os alunos que apresentam condição de *matrícula cancelada; aluno desistente e aluno transferido*⁶¹.

Vale ressaltar que observando o conceito de evasão acima mencionado, não consideramos evadidos os estudantes que realizaram transferência interna entre cursos do Campus Realeza (10), pois estes continuaram mantendo vínculo na unidade. Porém, consideramos como evasão aqueles que se transferiram do *campus* para outro curso fora do *lôcus* de nossa pesquisa (3).

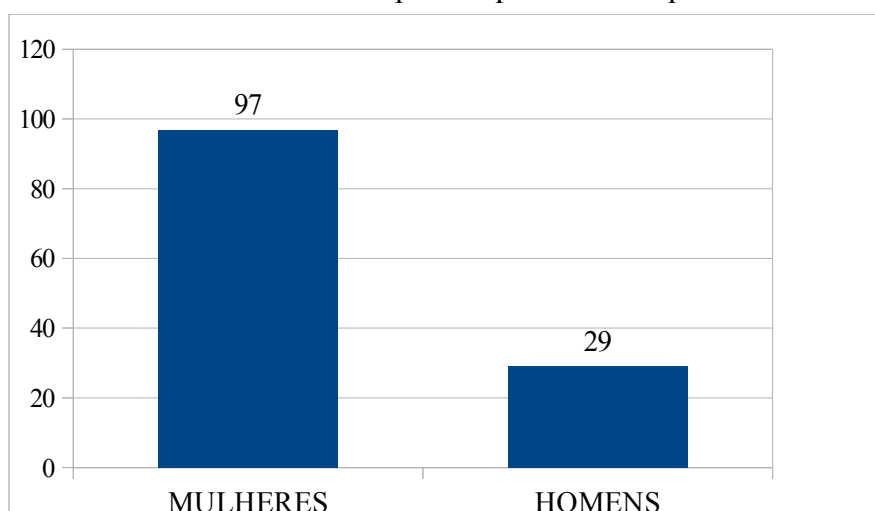
Após estes esclarecimentos, na sequência vamos descrever o perfil dos acadêmicos

⁶⁰ Em nossa pesquisa não realizamos a apuração de informações sobre a ocupação e renda dos pesquisados, pois para isto seria necessária a aplicação de questionário ou entrevista, instrumentos que optamos em não utilizar neste momento conforme explicamos no item 2 da segunda parte desta dissertação.

⁶¹ O primeiro caso se refere a situação em que os estudantes não renovam o vínculo com a UFFS, ou seja, que não fazem rematrícula e nem o ajuste de matrícula no período estabelecido pelo calendário acadêmico, com isso a matrícula é cancelada automaticamente pela UFFS. O segundo caso se aplica quando o estudante solicita formalmente a desistência de sua matrícula na UFFS. E, por fim, a transferência se aplica quando o estudante se desliga do campus para cursar outra graduação externa. Todas estas situações estão previstas no Regulamento de Graduação - Resolução 04/2014–CONSUNI/CGRAD.

que foram assistidos pelos programas de auxílios no Campus Realeza, contudo acabaram registrando desligamento do curso.

Gráfico 8 – Perfil dos contemplados que evadiram por número de homens e mulheres.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2016).

Percebemos que as mulheres são 77% do público de assistidos que evadiu, enquanto os homens somam 23%. Esse dado segue a tendência do número total de participantes da assistência estudantil, visto que no geral as mulheres são maioria entre o público atendido.

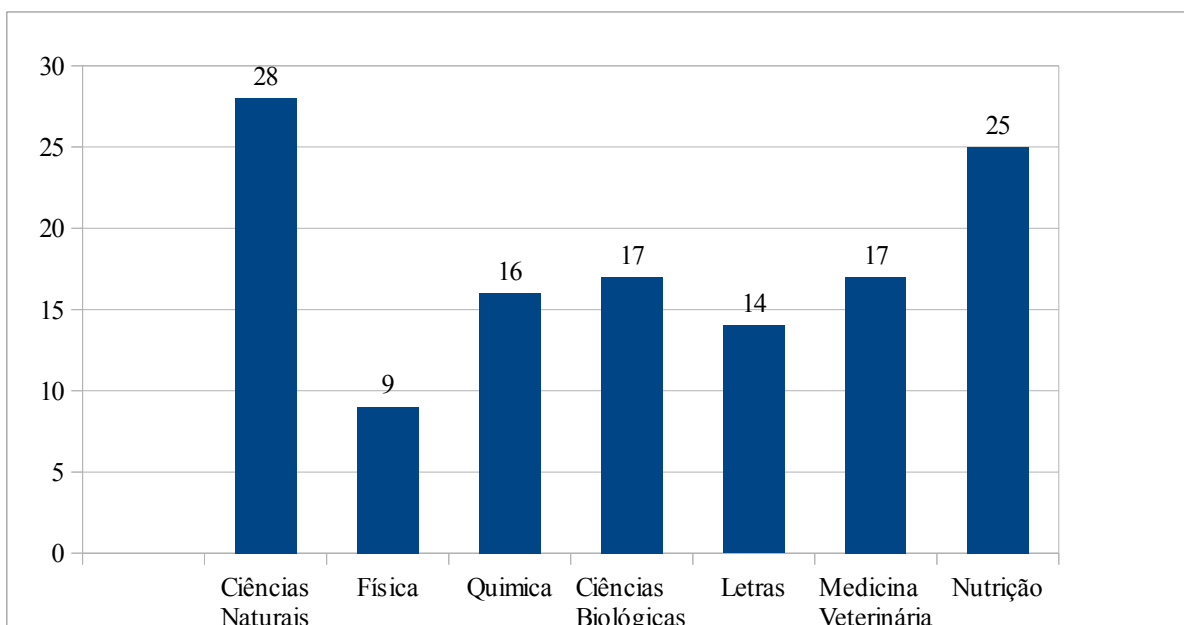
É, porém, um fato curioso evidenciar uma taxa elevada de desistência entre as mulheres, pois geralmente são elas que dedicam mais tempo aos estudos. Em uma pesquisa realizada sobre a mulher na educação superior brasileira, referente ao período de 1991 a 2005, Ristoff *et al.* (2007) afirmam que a presença feminina é maior tanto nas taxas de matrículas, quanto nas taxas dos concluintes onde chega a ser ainda superior, alcançando uma diferença de até 25 pontos percentuais. Mas, em contraposição à isso devemos lembrar, por outro lado, que as mulheres estão sempre mais ocupando diversos espaços na sociedade, acumulando as responsabilidades de ser mãe, esposa, trabalhadora e, além disso, muitas vezes também estudante. O peso destas inúmeras atribuições e cobranças sociais, pode levar a mulher a adiar ou interromper seus estudos.

No que se refere à idade dos estudantes evadidos que haviam participado dos programas de assistência, observamos que a maioria (54,8%) está na faixa etária de 21 a 25 anos. Os jovens desta faixa de idade também contituem a maioria dos assistidos conforme pudemos perceber na apresentação do perfil geral do público no início desta seção. Em

segundo lugar, os que mais evadiram foram os estudantes na faixa de 26 a 30 anos (25%).

Outro dado que merece ser observado com mais cuidado é o número de estudantes evadidos por curso. Constatamos que os cursos de Ciências Naturais e Nutrição foram os que apresentaram mais estudantes que se desvincularam da instituição, porém os números não se distanciam muito dos percentuais dos demais cursos. O gráfico 9, a seguir, demonstra a situação de acordo com cada curso.

Gráfico 9 – Número de contemplados que evadiram, por curso.



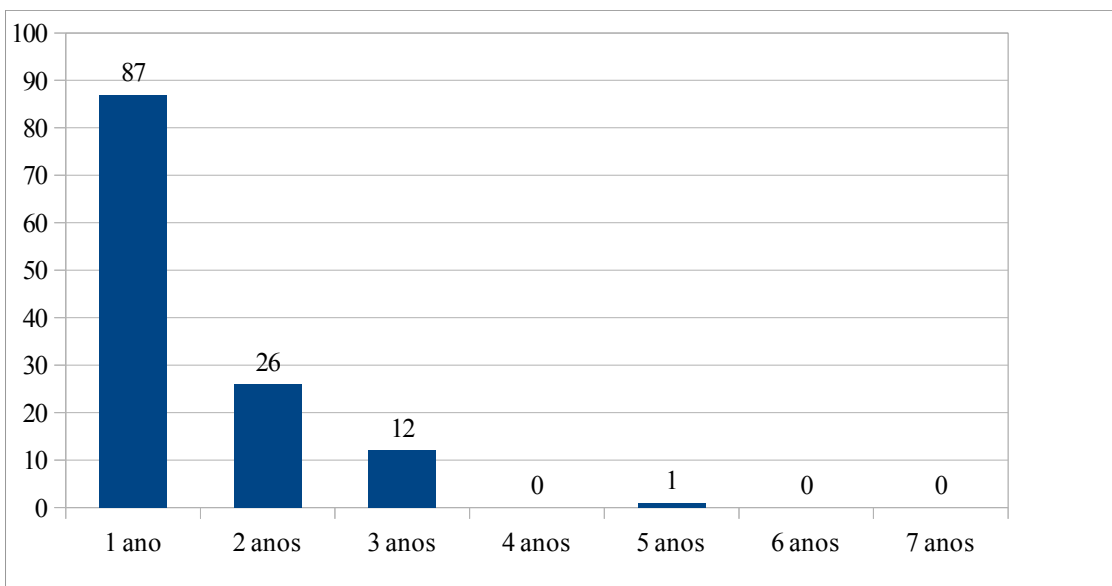
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2016).

Em relação ao curso de Ciências Naturais é essencial mencionar que esta graduação deixou de ser ofertada a partir de 2013. Todavia, aos estudantes que já estavam cursando foi dada a opção de concluir o curso ou migrar para uma das três novas licenciaturas que foram abertas naquele ano. Ainda assim, todas essas mudanças e adequações de cursos causaram impactos, de modo que este fator pode ter relação com o número de evadidos. Outro curso que registrou taxa um pouco mais elevada de desligamentos foi Nutrição. Porém, há pouco quando analisamos o número de graduados/formandos, pudemos perceber que este curso também registra maior índice de alunos que concluíram a graduação. Houve 25 (vinte e cinco) casos de evasão no curso, mas por outro lado, 52 (cinquenta e dois) graduados, ou seja, neste caso a taxa de sucesso acadêmico supera a de evasão.

Não é foco em nossa pesquisa analisar os motivos que causaram a evasão dos estudantes. Certamente só poderíamos ter clareza sobre quais condicionantes levaram ao desligamento destes acadêmicos após ouvir e analisar cuidadosamente o relato detalhado de cada um. Com isso seria possível apontar com maior acertividade os aspectos sobre os quais é necessário incidir para diminuir a evasão.

Outra informação relevante obtida por meio da pesquisa e análise documental diz respeito ao tempo que cada acadêmico esteve inserido no programa de Assistência estudantil antes da evasão. Observamos que 69% dos assistidos receberam auxílios por apenas um ano.

Gráfico 10 – Número de estudantes evadidos *versus* tempo que foram contemplados.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2016).

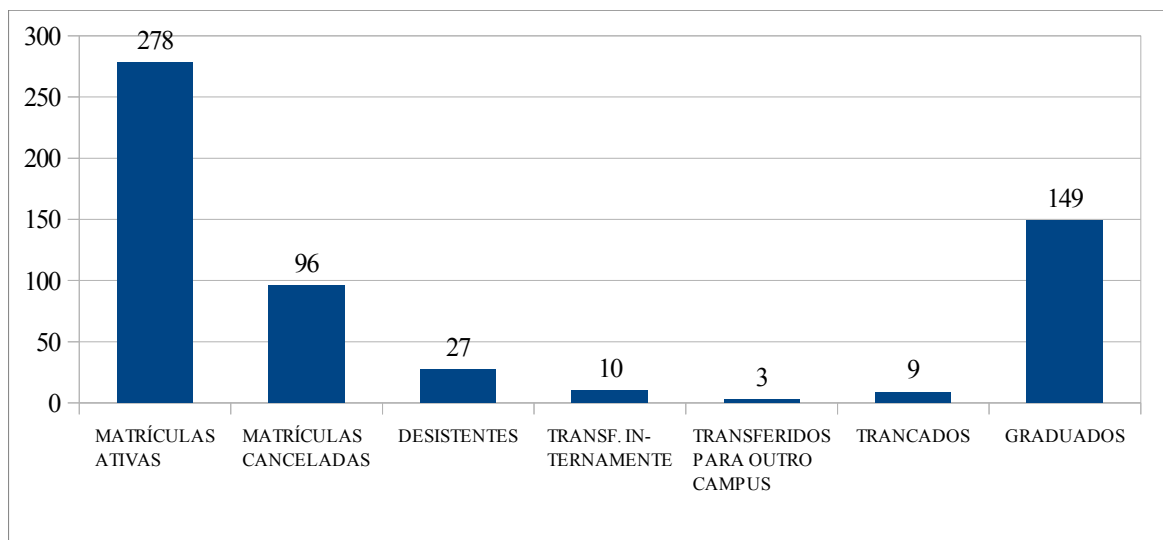
É possível notar que a medida em que aumenta o tempo de inserção no programa também diminui a incidência da evasão. Somente um estudante contemplado por cinco anos, por fim, evadiu. Os dados nos permitem inferir que quanto maior o tempo de assistência, maior é a taxa de permanência. Em outras palavras, o programa de assistência estudantil possivelmente está contribuindo para manter os estudantes na graduação.

Desse modo, a partir dos dados pesquisados temos um panorama geral. Constatamos que do total de estudantes inseridos no programa de assistência estudantil no Campus Realeza ao longo do período de sete anos, 149 (26%) concluíram a graduação e 126 (22%) evadiram.⁶²

⁶² Na categoria evasão inserem-se os estudantes com matrícula cancelada (96), desistentes (27) e transferidos (3). A nota de rodapé n. 61 detalha cada condição.

Mantém matrícula ativa 278 acadêmicos (48,6%), apenas 9 estão com a matrícula trancada (1,6%) e 10 solicitaram transferência interna para outro curso do Campus Realeza (1,7%). O gráfico 11, apresentado a seguir, ilustra essas informações.

Gráfico 11 – Número de assistidos e situação de matrícula em 2016.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2016).

É importante observar que 76,2% dos estudantes evadiram por cancelamento de matrícula, que ocorre quando o aluno não renova o vínculo com a UFFS, ou seja, não faz rematrícula e nem o ajuste de matrícula no período estabelecido pelo calendário acadêmico, e com isso a matrícula é cancelada automaticamente pela UFFS. Nessa condição inserem-se também aqueles estudantes que abandonaram o curso durante o período letivo sem formalizar desistência.

Por outro lado, a pesquisa aponta que 27 estudantes (21,4%) desligaram-se da instituição formalizando a sua intenção de desistir. Neste caso, o estudante preenche um formulário na Secretaria Acadêmica do *campus* para requerer seu desligamento da vaga. Essa situação ocorre, muitas vezes, quando o aluno é aprovado em outra IES e por questões legais⁶³ não pode manter vínculo ao mesmo tempo em duas instituições públicas de ensino superior ou usufruir de bolsa de Prouni em instituição particular simultaneamente.⁶⁴

⁶³ A Lei Federal nº 12.089, de 11 de novembro de 2009, proíbe que uma mesma pessoa ocupe 2 (duas) vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior.

⁶⁴ O Decreto Federal nº 5.493, de 18 de julho de 2005, em seu art. 2º, § 3º, determina que não poderá haver acúmulo de bolsa do Prouni com matrícula em instituição de educação superior pública e gratuita.

Entretanto, ao falarmos sobre a evasão na educação superior temos que considerar que há na literatura uma diversidade de definições conceituais para este fenômeno. A Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, instituída em 1995 pelo MEC, apresentou três modalidades para este processo, quais sejam: *evasão de curso* - quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas tais como abandono, desistência, transferência ou reopção, exclusão por norma institucional; *evasão da instituição* - quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado; e *evasão do sistema de ensino superior* - quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior. (BRASIL/MEC/SESU, 1997).

Nessa ótica, a depender da definição conceitual utilizada, os estudantes de nossa pesquisa que apresentaram matrícula cancelada, os desistentes ou transferidos, não necessariamente podem ser considerados evadidos do *sistema de ensino superior* conforme o entendimento do MEC, pois estes alunos podem estar cursando outra graduação em alguma IES e, neste caso, não abandonaram os estudos. Resta saber o quão eficientes são os sistemas informatizados do MEC para detectar a situação de matrícula de cada acadêmico, seja para estudos sobre evasão ou ainda para detectar matrículas simultâneas em duas instituições.

Na mesma linha, Ristoff (1999) distingue evasão do processo de mobilidade acadêmica, em que a evasão corresponde ao abandono dos estudos, e mobilidade apenas uma migração para outro curso, o que na visão do autor é um fator positivo. Em sua compreensão:

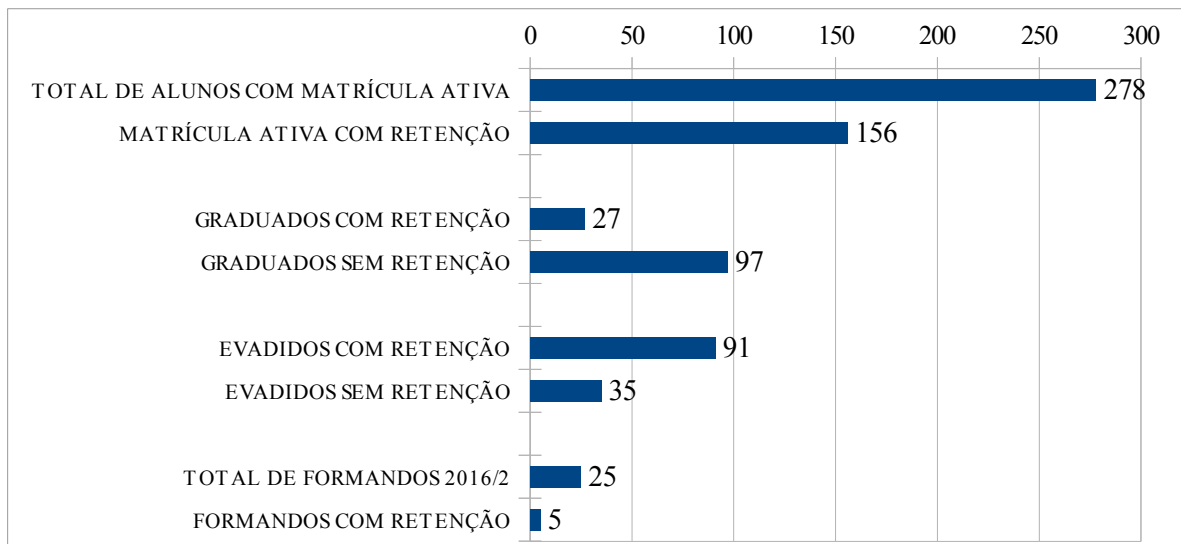
Parcela significativa do que chamamos evasão, no entanto, não é exclusão mas mobilidade, não é fuga, não é desperdício mas investimento, não é fracasso - nem do aluno nem do professor, nem do curso ou da Instituição – mas tentativa de buscar o sucesso ou a felicidade, aproveitando as revelações que o processo natural de crescimento do indivíduo faz sobre suas reais potencialidades. (RISTOFF, 1999 *apud* VELOSO, 2001, p.5)

A despeito dos diferentes entendimentos sobre a temática, é importante ressaltar que em nosso estudo nos apoiamos no conceito utilizado por Pereira (1995), considerando como evasão a situação em que o aluno deixa a universidade (UFFS/Campus Realeza) sem concluir nenhum curso. Desse modo, não compreendemos o trancamento da matrícula como evasão, visto que a vaga do estudante está reservada (o vínculo permanece mantido), podendo o mesmo retornar a qualquer momento. Caso este aluno não volte a frequentar o curso durante o prazo máximo de trancamento, então entrará na estatística da evasão pois sua matrícula será

cancelada. Em nossa pesquisa identificamos nove estudantes que já foram assistidos por programa de assistência estudantil e que trancaram sua matrícula.

Outro dado relevante identificado durante a pesquisa foram as porcentagens de retenção entre os acadêmicos assistidos. Chama atenção a quantidade de estudantes que estão com matrícula ativa, porém apresentam reprovação em três ou mais disciplinas específicas do seu curso, o que leva ao acréscimo de mais um semestre a ser cursado para integralizar a graduação, aumentando assim o tempo de permanência do acadêmico na universidade. O gráfico 12, abaixo, demonstra essa situação.

Gráfico 12 – Número de estudantes assistidos que apresentam retenção.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2016).

A investigação demonstra, portanto, que 56% dos estudantes assistidos que permanecem com matrícula ativa no *campus* apresentam reprovações que levam à retenção no curso, ampliando seu tempo de permanência na instituição.

Entre os estudantes que evadiram, a taxa de retenção também é alta. Dos 126 (cento e vinte e seis) acadêmicos evadidos 72,2% apresentavam reprovações que aumentariam seu tempo de formação em pelo menos um semestre além do tempo regular do curso. Esse fato pode indicar que as dificuldades acadêmicas destes estudantes influenciaram na desistência do curso. Várias pesquisas, inclusive, apontam que a incidência de reprovações têm relação direta com a evasão.

O estudo publicado pela Andifes (2011) concluiu que, entre outros fatores, as dificuldades de aprendizagem e hábitos de estudo se apresentaram como relevantes para a evasão. "Cerca de um terço dos estudantes aponta as dificuldades de aprendizagem como fator interveniente em sua vida acadêmica. A falta de disciplina ou hábitos de estudo ficou em torno de 40%." (ANDIFES, 2011, p.41). Para Cunha, Tunes & Silva (2001) a reprovação e os altos índices de repetência também se relacionam diretamente com a evasão. Cabe ainda destacar a concordância de Mazzeto e Carneiro (2002) quanto à correlação entre os níveis de repetência e reprovação nas disciplinas com a ocorrência do abandono do curso.

Por outro lado, identificamos que a condição é inversa entre os graduados/formandos, dos quais 78,5% não apresentaram retenção, ou seja, a maioria finalizou o curso com êxito, dentro do tempo previsto.

A pesquisa demonstrou também que um número significativo do universo de participantes dos programas de Assistência estudantil do Campus Realeza permanece vinculado à instituição (278 acadêmicos). Se somados os índices de permanência (48,6%) e conclusão de curso (26%), podemos constatar que os objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES estão sendo alcançados por 74,6% dos estudantes assistidos.

Entretanto, alguns desafios se evidenciam, à exemplo do índice de evasão que atingiu 22% e apresenta patamar semelhante a taxa geral de evasão no *campus*. Outro elemento preocupante é a retenção apresentada pelos estudantes que permanecem vinculados aos cursos. A investigação apontou que entre os 278 (duzentos e setenta e oito) estudantes que mantêm matrícula ativa, 156 (cento e cinquenta e seis) encontram-se retidos. Ou seja, mais da metade (56%) estão com dificuldades acadêmicas. Constatamos também que entre os 124 (cento e vinte e quatro) estudantes que evadiram, 89 (oitenta e nove) apresentavam retenção, portanto 71,8% dos alunos já demonstravam sinais de dificuldades acadêmicas antes da evasão.

Estes resultados evidenciados por meio da análise documental da trajetória de cada estudante atendido no Campus Realeza, levam-nos à compreensão de que ***os objetivos elencados pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil e pelo Programa de Auxílios Socioeconômicos da UFFS têm sido alcançados parcialmente***. Em uma análise meramente quantitativa, é possível inferir que a maioria dos acadêmicos atendidos têm permanecido na instituição e mais de 50% dos estudantes matriculados em 2010 e 2011 atingiu a meta da conclusão do curso. Por outro lado, o índice de retenção entre os que permanecem é alto, o

que demonstra que muitos estudantes apresentam dificuldades em algumas disciplinas e necessitam de suporte e apoio (não apenas financeiro) para a melhoria do desempenho acadêmico.

Além disso, a pesquisa indicou que mais da metade dos estudantes que evadiram já vinham apresentando histórico de reprovações, sobre o qual a instituição poderia ter atuado de maneira mais incisiva de modo a reduzir ou evitar as possíveis evasões decorrentes das dificuldades acadêmicas e de aprendizagem.

Podemos concluir, diante destas constatações, que a hipótese assumida no princípio desta investigação foi comprovada. De fato, ao analisarmos os dados pesquisados no Campus Realeza, evidencia-se que o programa de assistência aos estudantes adotado nestes primeiros anos de existência da UFFS, tem garantido a permanência e conclusão de curso de mais de 50% dos universitários atendidos. Entretanto, cabe a ressalva de que os números de retenção são elevados, o que indica que a instituição deve incidir mais ativamente sobre as questões relacionadas aos processos pedagógicos e de ensino-aprendizagem, bem como sobre outras demandas e dificuldades apresentadas pelo corpo discente que possam prejudicar seu desempenho e a qualidade do processo formativo.

A fim de identificarmos os resultados e conclusões que outros pesquisadores têm alcançado ao estudar a temática do acesso e permanência no ensino superior público em outras IFES, utilizamos a técnica de Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS), conforme exposto na seção de apresentação da metodologia de pesquisa. Serviram-nos de fontes as Teses e Dissertações, produzidas em Programas de Pós-Graduação das Universidades Federais, disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Banco de Teses & Dissertações da CAPES.⁶⁵

Na etapa de planejamento da pesquisa, deparamo-nos com um volume considerável de produções publicadas na área da Assistência Estudantil, principalmente a partir de 2007. Delimitamos então nossa pesquisa a duas das principais fontes de busca de Teses e Dissertações e restringimos a consulta às Universidades Federais situadas na Região Sul do país, com a finalidade de identificarmos estudos realizados nos Programas de Pós-Graduação mais próximos à UFFS. Outro objetivo foi identificar a realidade que se apresenta na região sul no que concerne ao acesso e permanência nas Universidades.

⁶⁵ Pesquisa realizada entre março e abril de 2017 em dois dos principais bancos de dados de produções científicas brasileiras: página eletrônica da BDTD <http://bdtd.ibict.br/vufind/> e Banco de Teses & Dissertações da CAPES <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>

Optamos por realizar esse procedimento pois a análise de outros estudos semelhantes permite estabelecer parâmetros comparativos para avaliar a realidade pesquisada dentro de um contexto mais amplo. Desta maneira, esperamos finalizar a apresentação dos resultados de forma consistente, efetiva e com maior grau de confiabilidade para possíveis generalizações, corroborando assim com o debate sobre a temática investigada e abrindo possibilidades para outros estudos.

Seguindo a metodologia da RBS, com respaldo nos autores Botelho; Cunha e Macedo (2011), estabelecemos previamente as etapas de pesquisa: 1) Elaboração do programa de busca e análises; 2) Elaboração de instrumento de registro da pesquisa, 3) Coleta, análise e sistematização dos dados.

Após a definição das bases para busca das produções científicas publicadas em formato de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, estabelecemos como filtros de pesquisa as palavras-chave: a) Ensino Superior - Acesso - Permanência; b) Assistência Estudantil. Para registro dos dados, criamos uma planilha eletrônica com as seguintes colunas: Referência bibliográfica; objetivo do estudo; problema da pesquisa; metodologia empregada; principais resultados; síntese e explicação sistematizada.

A primeira base de dados consultada foi o Banco de Teses e Dissertações da CAPES. A busca pelos termos "Ensino Superior Acesso Permanência" trouxe 158.741 resultados, entre teses e dissertações. Após a aplicação do filtro de seleção das Universidades Federais da Região Sul⁶⁶ teve-se 18.863 estudos apresentados pela plataforma da CAPES. Passou-se a leitura de cada título, sendo que muitos não possuíam relação com a busca desejada, estes foram de imediato descartados, a exemplo: estudos sobre Pronatec, Prouni, Proeja, Ensino Médio ou ainda aqueles relacionados apenas à públicos específicos como pessoas com deficiência, indígenas, questões étnico-raciais, etc. As pesquisas cujo título apresentava relação com o foco da nossa pesquisa, tiveram seus resumos analisados. A partir de uma leitura mais minuciosa destes, foram selecionados os estudos relacionados à nossa temática de pesquisa.

Após esta seleção, restaram-nos seis Dissertações dos autores Pretto (2015), Souza

⁶⁶ De acordo com dados do MEC, onze Universidades Federais estão instaladas na Região Sul do país. ESTADO DO PARANÁ - Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). ESTADO DE SANTA CATARINA - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS). ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Universidade Federal Pelotas (UFPEL); Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA); Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

(2016), Freitag (2014), Moscon (2015), Nierotka (2015) e Bueno (2015). Vale ressaltar que durante a busca não atribuímos recorte temporal, pois a intenção era abarcar estudos de diferentes períodos. Contudo, constatamos que as pesquisas relacionadas ao acesso e permanência no Ensino superior são todas bem recentes. Em nosso entendimento atribuímos esse fato à expansão das vagas do ensino superior ocorrido com o advento do REUNI e a implantação de políticas afirmativas que democratizaram o acesso à educação superior. Ambos os processos ocorridos durante a última década.

Na sequência realizamos a busca pelo termo "Assistência Estudantil" na mesma base de dados. Obtivemos 19.548 resultados. Após o refinamento da pesquisa indicando as Universidades Federais da região sul, obtivemos 1.821 resultados. Após a leitura dos títulos de pesquisas observamos que muitas não tinham qualquer relação com a intenção de busca, a exemplo: estudos na área de saúde, utilização de medicamentos, assistência médica, assistência social, etc. Depois da seleção e leitura dos resumos, identificamos apenas o estudo de Stolf (2014), pois outras duas dissertações não estavam disponíveis para download na plataforma e os estudos de Moscon e Souza já citados acima, repetiram-se nesta busca.

Concluída a pesquisa no Banco de dados da CAPES, passamos à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Nesta plataforma utilizamos o recurso de "busca avançada". Realizamos a pesquisa com as mesmas palavras-chave: "Ensino Superior Acesso Permanência", porém foi necessário realizar a busca para cada instituição de ensino separadamente, já que a plataforma não permite pesquisar publicações de várias instituições ao mesmo tempo. Além disso, apenas sete das onze universidades federais da região sul estão cadastradas na BDTD. Por fim, após uma análise mais apurada dos resumos obtidos, a pesquisa de Matias (2003) foi selecionada. Verificamos ainda que seis dos resultados já apresentados na plataforma da CAPES repetiram-se na BDTD. Ao proceder a busca com o termo "Assistência Estudantil" obtivemos 114 resultados, dos quais três estudos já identificados anteriormente se repetiram. Após análise, selecionamos três pesquisas que se enquadravam em nossos critérios de busca. Foram analisadas as investigações de Rios (2016), Martendal (2012) e Macedo (2015).

A segunda etapa da RBS consistiu na leitura e sistematização das teses levantadas. As anotações foram realizadas em planilha eletrônica. Reunimos, portanto, onze estudos que atenderam aos critérios estipulados. A seguir passamos a descrição dos resultados da pesquisa.

A investigação realizada por Pretto (2015) consiste em um estudo de caso que utiliza

as técnicas de observação participante e entrevista com nove estudantes do curso de Pedagogia da UFRGS, que ingressaram por meio do sistema de reserva de vagas. A investigação pretendeu compreender como se dá o acesso e permanência destes estudantes na instituição. O autor aponta, em síntese, duas conclusões principais: 1) Os dados dos depoimentos levam a constatar que os programas de assistência estudantil ainda não são suficientes para atender as necessidades da maioria dos entrevistados. 2) A implantação do Programa de Ações Afirmativas na UFRGS ainda se constitui em uma conquista social parcial, pois há limites tanto no acesso, quanto na acolhida mais inclusiva dos alunos cotistas.

A pesquisa realizada por Souza (2016) objetivou analisar a política de assistência estudantil para permanência do estudante na UFPR no período de 2010 a 2014. A problemática que moveu o estudo foi: "A política de assistência estudantil da UFPR, materializada no PROBEM, ofertou condições para que o estudante com fragilidade socioeconômica permanesse na instituição?". A metodologia aplicada pela pesquisadora reuniu várias técnicas: a análise de documentos (leis, resoluções, relatórios, decretos, planos de ação); o levantamento de dados a partir do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal; o levantamento de dados sobre o percurso histórico da política de reserva de vagas na educação superior brasileira e na UFPR; a realização de entrevista e a aplicação de um questionário que foi respondido por 463 estudantes.

Nos resultados a autora destaca que o Programa, por si só, não garante o sucesso na formação do estudante na educação superior, e que as causas do baixo rendimento acadêmico nem sempre estão relacionadas com dificuldades financeiras, mas dependem de um contexto maior, sendo que muitos desses estudantes passam a engrossar os índices de evasão na instituição. Nas palavras da autora: "O Programa implementado de forma isolada não garante o sucesso na formação acadêmica do estudante [...] se faz necessário observar o processo de ensino-aprendizagem." (SOUZA, 2016, p.133). De acordo com a pesquisadora, a análise da política de assistência estudantil da UFPR no período de 2010 a 2014 foi conclusiva no sentido de afirmar que ela possibilita a oferta de melhores condições para que o aluno com fragilidade socioeconômica permaneça na instituição. No entanto, levando em consideração que a evasão na educação superior é uma problemática que possui várias facetas e determinantes, a efetivação da política de permanência necessita estar articulada a outras ações para potencializar a permanência do aluno.

O estudo implementado por Freitag (2014) teve como objetivo "identificar e analisar a

implementação e consolidação das políticas para permanência discente na UTFPR - Câmpus Pato Branco”. A metodologia utilizada foi a realização de entrevistas com os coordenadores de curso e a aplicação de questionário com estudantes. A autora conclui em sua pesquisa que as atuais políticas de permanência têm trazido melhorias à vida acadêmica, entretanto avalia que o resultado poderia ser mais efetivo se os atores do processo pudessem contribuir na sua construção. Evidencia também que o auxílio financeiro não pode ser considerado o único fator responsável pela permanência discente, mas tem sua relevância. E, aponta ainda que a implementação das políticas de permanência é recente, visto que a maioria não completou uma década, e carece de ajustes.

A pesquisa realizada por Moscon (2015) trouxe uma análise do Programa Bolsa Permanência da UFSC, implementado entre 2008 e 2013. A autora se propôs a avaliar, a partir da perspectiva dos estudantes, se o PBP atingiu os objetivos aos quais se propôs, ou seja, de garantir a permanência dos estudantes de baixa condição socioeconômica na Universidade e de ser complementação no seu processo de ensino-aprendizagem. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental e a aplicação de um questionário enviado aos alunos bolsistas do Programa, totalizando 194 avaliações respondidas entre os meses de março e abril de 2014. Por fim, a pesquisadora conclui que na visão dos estudantes o PBP complementou a sua formação por meio do aperfeiçoamento profissional, cultural e inserção na comunidade acadêmica. Em relação ao atendimento das necessidades básicas de permanência, evidenciou-se que isso foi possível com a complementação da bolsa por outros programas socioassistenciais da UFSC, de forma que o Programa alcançou em parte os seus objetivos.

O estudo realizado por Nierotka (2015) teve como *lôcus* de pesquisa a Universidade Federal da Fronteira Sul. O propósito da autora foi investigar as políticas de acesso e as ações afirmativas implementadas pela UFFS para compreender como tais políticas contribuem para o processo de democratização da educação superior pública brasileira. No percurso investigativo a autora analisou o perfil dos ingressantes utilizando o Banco de dados do Processo Seletivo da UFFS. A pesquisa documental teve como referência o “Questionário socioeconômico e cultural – Processo Seletivo UFFS/2012” em formato de arquivo eletrônico. A pesquisadora analisou as respostas dos estudantes dos cinco *campi* do ano de 2012 (2.123 estudantes ingressantes). Na época o Campus Passo Fundo ainda não havia sido criado.

Os resultados da pesquisa de Nierotka (2015) demonstraram que a UFFS, desde a sua

criação, priorizou a escola pública em suas políticas de acesso. A análise dos dados dos ingressantes de 2012, nos cinco campi da UFFS, apontou que 97,4% havia cursado todo ou a maior parte do ensino médio na escola pública. O perfil socioeconômico é formado majoritariamente por estudantes oriundos da região em que a UFFS está inserida; 63,5% do seu alunado é composto por mulheres; 85,5% são autodeclarados brancos e 71,5% na faixa etária de 18 a 24 anos. Residem, em sua maioria, na área urbana e se caracterizam por estudantes trabalhadores, com uma renda média familiar de até 3 salários mínimos. Além disso, seus pais possuem baixa escolaridade. Os estudantes em sua maioria são a primeira geração da família a frequentar educação superior. Por fim, a pesquisadora conclui que os dados sobre a situação de matrícula apresentam desafios, pois demonstraram que num período de dois anos após o seu ingresso 33,9% dos estudantes não permanecem na Instituição. A autora conclui que as políticas de acesso cumprem um papel primordial, mas elas se fragilizam após o ingresso, na medida em que os universitários passam a deixar de frequentar o curso superior. Nesse sentido, as políticas de acesso precisam ser concebidas e apoiadas por políticas de permanência.

Bueno (2015) investigou as ações de permanência para estudantes cotistas no programa de ações afirmativas da UFRGS. A metodologia utilizada foi a análise qualitativa e quantitativa dos relatórios institucionais (2012 e 2014) que avaliam o programa de ações afirmativas da UFRGS. Realizou também entrevistas com os atores/gestores da macroestrutura institucional envolvidos com a formulação, implantação e avaliação das ações de permanência no âmbito do programa de ações afirmativas da UFRGS. Em sua pesquisa a autora conclui que as análises dos dados institucionais indicam que a UFRGS necessita enfrentar desafios significativos na implementação de ações de permanência para os acadêmicos cotistas, visto que a prática ainda está muito focada em ações compensatórias.

A investigação realizada por Stolf (2014) faz uma análise das políticas nacionais voltadas à permanência estudantil nas IFES e sua implicação na política local, em especial no Programa Bolsa Estudantil da UFSC. A pesquisadora conclui que há uma tendência focalizada nas políticas governamentais de assistência ao estudante e esta mesma lógica impera nas políticas locais de permanência da UFSC. A pesquisadora registra ainda a importância destes auxílios financeiros que permitem que muitos estudantes finalizem seus cursos, mas salienta a importância da vivência universitária por meio de outros investimentos, que propiciam diferentes leituras e contato com outras formas de pensar o mundo, essenciais para o

amadurecimento profissional e pessoal.

Rios (2016) analisa as ações realizadas no Plano de Permanência da UNIPAMPA e investiga resultados quanto à permanência, evasão, retenção e conclusão dos alunos da instituição. Como metodologia a autora utiliza pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação participante e questionário. São sujeitos da pesquisa os beneficiários do Plano de Permanência da UNIPAMPA no período 2009-2015 (alunos regulares e egressos); Pró-Reitores de assistência estudantil (ou equivalentes) das IFES; Pró-Reitores de Graduação e de Assistência Estudantil da UNIPAMPA; e representantes dos setores responsáveis pela materialização das ações de assistência estudantil na IFE estudada. Em relação aos estudantes beneficiários do Plano de Permanência, obteve 543 participações. Os questionários relativos aos gestores de assistência estudantil foram enviados às 63 IFES brasileiras, obtendo 14 retornos, incluindo da UNIPAMPA. Não houve retorno da Pró-Reitoria de Graduação da IFE estudada. E obteve 8 respostas de profissionais do setor de assistência estudantil. Por fim, a pesquisadora conclui que as IFES disponibilizam poucas informações nos sites sobre a forma com que avaliam suas ações de permanência, com vistas ao cumprimento do Decreto 7234/2010-PNAES; e que as ações realizadas no Plano de Permanência contribuem para promover resultados quanto à permanência e ao sucesso acadêmico dos alunos, mas não são os únicos fatores a serem considerados pela gestão.

A pesquisa de Martendal (2012) realiza uma análise da Política de Assistência Estudantil do IFSC, sob a ótica dos alunos do Campus Florianópolis atendidos ao longo de 2011 e início de 2012. A metodologia utilizada pela pesquisadora foi a avaliação participativa e pautou-se na aplicação de questionário e posterior análise de conteúdo, bem como através da realização de grupos de discussão, a fim de um olhar ampliado sobre os avanços atingidos, os retrocessos e as possibilidades futuras. Os resultados da investigação apontam que a amplitude da cobertura do programa de assistência é insuficiente, ou seja, existe um público que não está sendo atendido; o número de profissionais envolvidos não consegue ampliar as possibilidades de intervenção junto aos alunos, o que implica em uma série de consequências, como o desconhecimento acerca dos critérios de ingresso e permanência no Programa. Além disso, a pesquisa evidenciou alguns aspectos críticos referentes à gestão do Programa, à execução financeira e ao seu controle social.

Matias (2003) realiza sua pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na UFSC, porém investiga o acesso, a permanência e a conclusão de curso de

alunos do Centro Federal de Educacao Tecnológica do Amazonas. A metodologia de pesquisa foi a análise documental de dados quantitativos de acesso aos cursos técnicos e dados de aprovação, reprovação e evasão. A análise do rendimento dos alunos do CEFET-AM evidenciou que o alto índice de evasão e repetência penalizou um grande contingente de alunos. O Centro de educação implementou um conjunto de ações com o objetivo de melhorar o processo pedagógico. A pesquisa conclui que as medidas pedagógicas contribuíram para a melhoria do desempenho acadêmico, porém resta avançar para garantir a permanência do alunado.

Por fim, analisamos a investigação feita por Macedo (2015) quando esteve vinculada ao Programa de Mestrado da UFSM. A autora buscou analisar as possíveis contribuições do Auxílio de Formação Profissional para a efetivação dos objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil, os quais tratam da ampliação das condições de permanência dos jovens na educação. A coleta de dados foi executada por meio de três fontes: observação, análise de documentos do setor de Serviço social do IFTO - Campus Palmas e entrevista semiestruturada. Os oito sujeitos de pesquisa foram os bolsistas da modalidade de Ensino Médio integrado do referido programa. De acordo com a autora, a investigação mostrou que os estudantes que foram contemplados com o Auxílio de Formação Profissional obtiveram melhoras significativas no aumento da renda familiar, redução das desigualdades sociais no âmbito escolar, aumento da frequência e notas escolares, inclusão social, permanência e sucesso na conclusão de seus cursos.

Em face das análises realizadas, podemos constatar que estudos empreendidos por outros pesquisadores também apontam e reconhecem a relevância da democratização do acesso ao Ensino Superior, porém alertam que as Instituições devem investir esforços na implementação de políticas de permanência mais eficazes, que observem as necessidades globais dos estudantes, a fim de garantir não apenas uma democratização do acesso, mas o êxito na formação integral destes estudantes, que carecem também de outras políticas de apoio para a conclusão do curso.

Observarmos ainda que o fenômeno da retenção e evasão está presente em muitas IES brasileiras e transparece então um paradoxo: de um lado, políticas de acesso inovadoras, e, de outro, percentuais significativos de abandono e insucesso. Trata-se, portanto, de uma realidade social bastante complexa. A conjuntura que envolve toda a política de educação nacional, desde o ensino básico ao ensino superior carece de investimentos e melhoria nos processos

educacionais. Fica evidente também a urgência da implantação de políticas efetivas para que não ocorram novos processos de exclusão após o ingresso desses jovens nas universidades.

Dando continuidade à discussão dos dados resultantes da investigação que é objeto desta Dissertação, buscaremos, a seguir, tecer algumas considerações à respeito do binômio acesso/permanência no Ensino Superior.

2.3 Contribuições ao Debate sobre Acesso e Permanência

Tendo por base os conteúdos já abordados na primeira parte desta dissertação, precisamos ter em mente que a dinâmica social e econômica influencia diretamente as políticas sociais propostas pelo Estado. E a educação superior se encontra inserida nesse contexto. O percurso realizado no início deste estudo procurou evidenciar essas relações.

Desse modo, a compreensão da educação exige que se recuperem informações sobre a dinâmica social onde os processos educativos se materializam e adquirem sentidos. É necessário apreender a relação entre as determinações históricas do contexto no qual tais políticas são implementadas, pois o sistema educacional sofre influência direta das relações e interesses do Estado e do capital. Tais condicionantes interferem diretamente nas políticas que são implementadas, à exemplo do próprio REUNI.

Há que se questionar, diante dessa conjuntura, se as políticas públicas de acesso estão assegurando, de modo efetivo, o exercício do direito à educação superior. Os estudos de Dias Sobrinho (2010), indicam que a vulnerabilidade da maioria da população brasileira constitui um dos grandes obstáculos para a “democratização” da educação superior. Este autor ressalta as contribuições das políticas de expansão da educação superior, mas aponta também limites diante do quadro estrutural de desigualdade social que o Brasil apresenta. O autor alerta que,

Por mais benéficas e necessárias que sejam as políticas de “democratização” da educação superior, por via de ampliação de matrículas e ações afirmativas de inclusão social, apresentam sérios limites que não serão transpostos em curto espaço de tempo. Muito positivo é o fato de que elas contribuem para uma mudança de cultura contrária à permanência perversa do elitismo e do racismo e favorável ao abrandamento das assimetrias sociais (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1.237).

A pesquisa publicada pela Andifes (2011), mostrou que em nível nacional a renda familiar de 40,7% dos estudantes das universidades federais de até 3 salários mínimos. Esse

dado é reforçado pela pesquisa realizada por Nierotka (2015), que concluiu que os estudantes das camadas populares estão acessando a UFFS, e isso traduz, segundo a autora, a diminuição das desigualdades socioeconômicas que tradicionalmente fizeram parte da educação superior brasileira.

Contudo, esses estudantes trazem consigo as contradições e fragilidades que são reflexo de sua origem social e situação socioeconômica e estes fatores influenciarão a trajetória do jovem pela educação superior. Cabe, nesse contexto, citar um importante alerta feito por Mészáros (2008, p.11), segundo o qual

O simples acesso à escola é condição necessária, mas não suficiente para tirar das sombras do esquecimento social milhões de pessoas cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos. E que o deslocamento do processo de exclusão educacional não se dá mais principalmente na questão do acesso à escola, mas sim, dentro dela. (MÉSZÁROS, 2008, p.11).

Queremos aqui chamar a atenção para a necessidade de aprofundar o debate sobre as questões relacionadas ao desempenho acadêmico e o chamado "sucesso escolar". O fenômeno das reprovações, da retenção e evasão está presente em todas as IES brasileiras, em maior ou menor grau. Mas, ao analisar de modo especial a UFFS, surge um paradoxo. Por um lado suas políticas de acesso demonstram ser bastante inclusivas e inovadoras, mas por outro lado, há significativos percentuais de retenção e evasão.

Essa complexa realidade que se apresenta necessita com urgência de maior atenção voltada para essa temática. Pois, partindo de um de seus princípios citados no PPI da instituição, é premente que se faça assunção do compromisso político firmado com as classes populares na UFFS, já que se quer uma *"Universidade que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade."* (UFFS, 2017 – grifo nosso).

Tendo em vista o claro compromisso assumido por esta Universidade com a inclusão e a permanência de um público que historicamente ficou excluído do acesso à educação superior pública, são necessárias políticas efetivas para que não ocorram novos processos de exclusão após o ingresso desses jovens na universidade.

Estudos de Bourdieu (2002) apontam que a estrutura da sociedade é como um sistema determinado tanto pelas relações materiais e/ou econômicas, como pelas relações simbólicas

e/ou culturais entre os indivíduos. O conjunto desses capitais que envolve as dimensões materiais, simbólicas e culturais, que são criadas pela sociedade e incorporadas por cada indivíduo, o autor denomina de *habitus*. Por isso, compreende que além das reproduções das diferenças materiais e econômicas, existem os jogos de poder econômicos e culturais na sociedade e que se refletem nas instituições sociais transmissoras de cultura. Assim, dentre as instituições está o sistema escolar, que na opinião do autor reforça a diferença entre os discentes através da tendência inconsciente dos atores envolvidos de intensificar as vantagens dos mais bem preparados material e culturalmente – acentuando ainda mais a exclusão não só no acesso, mas no interior das instituições de ensino.

Bourdieu (2002) entende que a herança cultural do sujeito é responsável pelas diferenças na experiência escolar e nas taxas de êxito. Acrescenta que o passado escolar e o tipo de escola à qual se teve acesso: “comprometem muito fortemente as oportunidades de atingir tal ou tal ramo de ensino superior e de nele triunfar. Em síntese, as cartas são jogadas muito cedo” (BOURDIEU, 2002, p. 52). O trecho a seguir expressa fatidicamente a opinião do autor.

Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desigual que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura (BOURDIEU, 2002, p. 53).

Em outra obra, Bourdieu e Champagne (1997) referem que as políticas de democratização do acesso às instituições de ensino diminuem a exclusão brutal em relação ao acesso, porém transferem para o interior destas uma exclusão que consideram mais “branda”. Essas exclusões brandas, também, intitulam de “exclusão do interior”, as quais problematizam através de relatos de estudantes que passam por desencantos e perdem as esperanças de prosseguir a escolarização. Isso, devido a mecanismos internos de exclusão escolar, que são perpetuados por mecanismos externos e transferem para o discente a culpa pelo fracasso escolar. Ao considerar a abordagem feita pelos autores, é possível constatar que a universalização do ensino pode transferir para dentro das instituições os mecanismos, não tão brutais, e muitas vezes imperceptíveis, que perpetuam a exclusão social (educacional).

[...] no âmbito de uma sala de aula, seria possível, em primeiro lugar, apontar as situações, bastante comuns, em que os professores (usualmente, de maneira não intencional) dedicam maior atenção aos alunos que melhor atendem às expectativas em termos de comportamento e aprendizagem, via de regra, os mais favorecidos. (NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2009, p.97)

Contudo, conforme Perrenoud (2001 *apud* Nogueira e Nogueira, 2009, p.97), é necessário destacar um aspecto fundamental nessa conjuntura: "*O modo como cada estabelecimento se estrutura e a forma como cada professor atua em sala de aula podem reforçar ou amenizar o processo de reprodução das desigualdades*".

Nesse sentido, urge a necessidade de aprofundar o debate à respeito do fenômeno das reprovações, da retenção e evasão, do desempenho acadêmico e o chamado "sucesso escolar", do contrário, teremos políticas de acesso bastante inclusivas e inovadoras, mas por outro lado, altas taxas de abandono, vagas ociosas e a possibilidade de fracasso da proposta de democratização da educação superior.

Diante desse contexto, fica evidenciado que a Assistência estudantil implementada atualmente pela UFFS - essencialmente pela via do auxílio financeiro - não tem permitido condições suficientes para a atenção às diferentes dificuldades apresentadas pelo corpo discente. A questão econômica e o atendimento às necessidades básicas de alimentação, moradia, transporte... constituem apenas um aspecto da vida universitária.

Quanto à essa opção que muitas Universidades vêm adotando por auxílios financeiros, estudiosos da área como Cislighi e Silva (2012b, p. 15), avaliam que esse formato de assistência pela via de auxílios descaracterizam a luta coletiva em prol da universalidade da política de assistência estudantil, e "[...] destaca-se ainda, que em todas as áreas, algumas universidades optam por bolsas: bolsa moradia, bolsa alimentação, bolsa transporte e bolsa permanência. [...] cuja caracterização é eminentemente assistencial e focalizada".

As regras definidas de direcionamento dos auxílios para um público que apresenta faixa salarial *per capita* limitada, remonta à época histórica das primeiras ações da assistência estudantil, quando se solicitava um "atestado de pobreza" para avaliar se o estudante era merecedor de tal assistência. Estes critérios focalizados ainda perpetuam, com a diferença de que em tempos neoliberais as políticas sociais são cada vez mais monetarizadas.

No sentido de contribuir para os debates sobre a temática, há que se citar também outras fragilidades e desafios quanto ao formato de Assistência estudantil adotado pela UFFS. O primeiro item a ser apontado (já introduzido no tópico 2.1.2), diz respeito a ausência de

uma política interna que estabeleça diretrizes e norteie os trabalhos da Assistência Estudantil na instituição. Com isso, os programas e ações sofrem mudanças constantes, além de não existir qualquer previsão normativa sobre os trabalhos de apoio, orientação e acompanhamento multidisciplinar aos estudantes. Não há, também, a orientação de que existam equipes de trabalho mínimas que prestem atendimento multidisciplinar e que possam garantir suporte nas diversas áreas preconizadas pelo PNAES. Temos como consequências equipes diferentes em cada campus, sobrecarregadas de trabalho devido à falta de recursos humanos e profissionais específicos de algumas áreas e, automaticamente, há pouco diálogo e integração entre as mesmas e o corpo discente e comunidade acadêmica em geral.

É essencial destacar que as equipes multidisciplinares são fundamentais para a implementação das ações do PNAES, principalmente as ações universais relacionadas à prevenção da evasão, à saúde, ao acompanhamento acadêmico, à cultura, dentre outros, e sua ausência tem fragilizado a implementação e a execução dessas ações, essenciais para a permanência e formação integral do universitário.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é a ausência de avaliações, monitoramento e acompanhamentos que indiquem a eficácia e efetividade do trabalho executado, de modo a subsidiar o planejamento e a melhoria/mudança/reestruturação ou continuidade dos serviços executados. Essa circunstância está diretamente atrelada à falta de recursos humanos nos *campi* e a ausência de um sistema informatizado que permita o registro e controle das informações, o que interfere diretamente na execução dos trabalhos.

Todos os registros são realizados atualmente em várias planilhas eletrônicas simples, sem qualquer interligação entre as mesmas e que ficam suscetíveis à perdas, por vezes irreversíveis, de dados ou ainda erros de processamento. Ao realizarmos a presente pesquisa ficou evidente a dificuldade de localização dos dados e a ausência de controle/arquivamento dos mesmos. Situações como esta podem ocasionar o extravio de informações relevantes sobre o histórico dos programas e ações executadas. A respeito deste assunto Matus (1996) alerta,

Um sistema de informações casuístico, parcial, assistemático, atrasado, inseguro, disperso e sobrecarregado de dados primários irrelevantes, é um aparato sensorial defeituoso que limita severamente a capacidade de uma organização para sintonizar-se com os processos concretos, identificar os problemas atuais e potenciais, avaliar os resultados da ação e corrigir oportunamente os desvios com respeito aos objetivos traçados. (MATUS, 1996, p.2)

A gestão e execução da Assistência estudantil na UFFS, que atualmente já apresenta diversos fluxos (atendendo essencialmente a demanda econômica dos discentes), necessita com urgência de um sistema institucional informatizado. A implementação de um programa social com essa proporção, que envolve vários processos e grandes quantias de recursos, requer *softwares* específicos que deem conta da gestão e do armazenamento de dados acadêmicos e orçamentários, que permitam o cruzamento destes, a emissão de relatórios, a geração de gráficos e a realização de estudos e monitoramentos. Relegar a importância deste tema e adiar a sua implementação, demonstra de alguma forma o tratamento dispensado à Assistência estudantil.

Quanto aos aspectos externos, de âmbito nacional, que interferem localmente na execução dos trabalhos, é relevante mencionarmos a insegurança causada pelos cortes e ajustes orçamentários recorrentes nas gestões de governos. A alegação é de que há a necessidade de conter gastos em função da crise econômica mundial e da reserva de um montante para pagamento de juros e amortização da dívida pública. Certamente essas ações geram consequências drásticas às políticas de educação, exigindo das IFES uma reorganização e contenção dos gastos na execução de programas.

Além dos frequentes ajustes orçamentários realizados pelos governos, que afetam sobremaneira a educação brasileira, faz-se necessário evidenciar também a crescente demanda dos estudantes pela assistência estudantil em face da ampliação do acesso ao ensino superior para as camadas populares, e por outro lado, não há o devido aporte orçamentário para as Universidades. Os recursos do PNAES que são repassados às universidades não atendem a crescente demanda discente. E, diante dos constantes ajustes e cortes realizados pelo governo federal, resta questionar: *como serão pagos os custos gerados pela expansão do ensino superior frente a instabilidade nos fundos públicos? Qual será, afinal, o futuro da educação no Brasil?*

Certamente, temos muitos desafios à frente. Além da luta pela manutenção de direitos sociais já conquistados historicamente pela classe trabalhadora, precisamos nos unir em torno da reivindicação por mais recursos orçamentários para o PNAES e a aprovação em Lei da Política de Assistência Estudantil, deixando de ser um Decreto e programa de governo para ser uma política de Estado.

No âmbito local é premente consolidar a Assistência Estudantil como uma política

institucional consistente e articulada – instituindo serviços e programas de apoio aos estudantes e o trabalho conjunto com outras Pró-Reitorias – não a reduzindo ao caráter assistencialista de mero repasse de benefícios financeiros, mas configurando-a como uma política educacional, a fim de garantir de fato que, além do acesso, *a permanência e a conclusão do curso são prerrogativas do direito à educação*. Somente assim, entendemos que se torna possível compatibilizar a equação entre acesso e permanência.

É imprescindível, enfim, frente à tudo que aqui abordamos, que sejamos, enquanto cidadãos, sujeitos ativos e participantes neste debate, que tenhamos a clareza dos avanços, limites e possibilidades da implantação e do desenvolvimento de uma política social que está diretamente relacionada *ao direito universal à educação*, contemplado nas normativas legais, mas ainda tão carente de mecanismos de efetivação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir a investigação que propusemos no início desta trajetória, é salutar tecermos algumas considerações. Primeiramente, faz-se necessário destacar que a Universidade Federal da Fronteira Sul é fruto da expansão e interiorização proposta pelo Programa REUNI, que em seus dispositivos legais tem a intenção de ampliar o acesso ao ensino superior e torná-lo mais democrático. O perfil dos estudantes pesquisados demonstrou que a instituição está atingindo este objetivo, levando o ensino superior ao alcance de um público que é, em sua maioria, oriundo de escola pública e pertencente a uma classe menos favorecida economicamente.

Ao analisar o processo de criação da UFFS, evidencia-se uma experiência singular no âmbito das IES públicas brasileiras. Essa instituição foi pensada de “baixo para cima”; surgiu das inúmeras reivindicações dos movimentos sociais em face de uma demanda histórica por educação superior pública na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Nessa conjuntura, o projeto institucional que emergiu apontou para uma característica *sui generis* entre as IFES brasileiras: o caráter popular e inclusivo, que busca atender jovens das camadas populares. Trata-se, pois, de uma enorme conquista para a região e para o ensino.

Entretanto, quando passamos a analisar o capítulo seguinte dessa história, nem sempre as narrativas são de sucesso. Muitas vezes, já no início da trajetória acadêmica do estudante, surgem as dificuldades de natureza diversas, as reprovações, a retenção e a evasão, que para alguns transformam-se em barreiras para a sonhada conclusão do curso de graduação.

Mais recentemente, em 2007, aliado ao advento do REUNI, é lançado pelo governo federal um Programa que tem o propósito de combater estas problemáticas - o PNAES. Reconhece-se de certo modo que o incentivo ao acesso deve vir acompanhado de ações que possibilitem a permanência. Torna-se mais evidente que quando ocorre a ampliação do acesso à educação superior para os filhos da classe trabalhadora, estes alunos adentram na universidade com uma série de demandas próprias de sua condição de classe (dificuldades de acesso ao transporte, alimentação, moradia, material acadêmico, dificuldades de adaptação, questões pedagógicas, etc.). Tais necessidades sociais básicas precisam ser atendidas para propiciar a permanência destes estudantes na universidade.

É em face dessa conjuntura que se deu a escolha da temática de pesquisa. O estudo revela uma intenção investigativa coerente com o universo vivido profissionalmente pela pesquisadora - imbuído de questionamentos, reflexões, desafios, que foram se tornando motivadores para a realização deste trabalho.

Assim, realizamos esta pesquisa a fim de analisar se no caso específico da Universidade Federal da Fronteira Sul está se promovendo uma democratização, de fato, do ensino superior, não garantindo apenas o acesso à universidade, mas também a permanência e o êxito na formação dos estudantes que nela adentram. Para entender essa equação entre acesso e permanência, buscamos analisar alguns indicadores acadêmicos do grupo de estudantes atendidos por programas de assistência, justamente pelo fato destes alunos serem o público-alvo dos projetos governamentais de democratização do Ensino superior, conforme delineamos ao longo desta dissertação. Assim, os alunos atendidos pela Assistência estudantil, conforme preconiza o PNAES (Decreto 7234/2010), são universitários que apresentam vulnerabilidade socioeconômica e estão mais propensos à evasão de acordo com apontamentos das pesquisas publicadas pela Andifes (2007, 2011).

Para respondermos a indagação que move esta pesquisa, realizamos um estudo de caso no Campus Realeza, tendo como base a análise documental de arquivos institucionais, nos quais pesquisamos indicadores que demonstraram a trajetória de cada um dos estudantes inseridos nos programas de assistência estudantil no período de 2010 à 2016. Os resultados alcançados demonstram que do total de estudantes atendidos pelos programas, 1,6% trancaram matrícula; 1,7% realizaram transferência de curso dentro do campus; 26% concluíram a graduação, 22% desligaram-se da instituição e 48,6% permanecem com vínculo ativo, dos quais 56% apresentam retenção. Com isso, a investigação evidenciou que grande parcela dos estudantes permanecem na instituição. Se somados os índices de permanência e conclusão de curso, observa-se que os resultados têm sido positivos. Mas, por outro lado, evidenciamos que a taxa de retenção é alta.

Os dados permitem inferir que os objetivos elencados pelo PNAES e o Programa de Auxílios socioeconômicos da UFFS têm sido alcançados parcialmente e que a UFFS deve incidir de maneira mais ativa sobre as questões relacionadas aos processos pedagógicos e de ensino-aprendizagem, bem como outras demandas e dificuldades apresentadas pelo corpo discente que possam prejudicar seu desempenho e a qualidade do processo formativo.

A revisão bibliográfica sistemática (RBS) realizada durante esta investigação, apontou

que outras IES compartilham dificuldades muito semelhantes as identificadas em nossa pesquisa. Isso indica que estamos tratando de uma questão que necessita de debates nacionais mais amplos e uma maior atenção do Estado e das Universidades, não apenas no sentido de facilitar o acesso ao ensino superior, mas primordialmente a formação acadêmica de qualidade, que por consequência envolve a permanência e a conclusão do curso. O debate a respeito da assistência estudantil, portanto, é extremamente pertinente e atual.

Em nossa pesquisa abordamos também a ausência de uma Política Institucional de Assistência Estudantil na UFFS. As ações executadas são feitas pela via da criação de programas e serviços pontuais e focalizados que não são articulados entre si. A instituição não possui uma rotina de avaliação e acompanhamento dos resultados das ações implementadas e carece de um sistema informatizado para auxiliar no controle e armazenamentos dos dados. Verificou-se ainda pouco diálogo e articulação entre as Pró-reitorias de Graduação e Assuntos Estudantis e uma tímida relação com o público atendido, visto que raramente ocorrem debates institucionais que envolvam os estudantes e a comunidade acadêmica, com o intuito de discutir as problemáticas que se apresentam em relação à permanência, evasão e desempenho acadêmico.

Outro ponto relevante para a maior eficácia das políticas de assistência estudantil é a constituição de equipes com recursos humanos qualificados para desenvolvimento de ações das mais diversas ordens. É pertinente também a criação de espaços de interação entre os profissionais responsáveis pelos programas de assistência estudantil e o restante da comunidade acadêmica, em especial o corpo docente, que percebe cotidianamente as principais dificuldades enfrentadas pelos discentes.

Compreendemos ainda, a partir desta investigação, que o conceito de *Assistência Estudantil* carece de uma definição mais clara. Em muitas universidades as principais ações são voltadas ao repasse de bolsas e auxílios para atendimento das necessidades básicas de subsistência dos acadêmicos que apresentam vulnerabilidade socioeconômica. Entretanto, a partir dos estudos realizados, concluímos que para garantir a permanência e o êxito na formação, a assistência estudantil deve observar os diversos aspectos da vida acadêmica de todos os estudantes: socioeconômicos, apoio social (transporte, alimentação, saúde, moradia, creche), desempenho acadêmico (orientação nos processos de ensino-aprendizagem, inclusão digital, bibliotecas, ensino de línguas, bolsas e estágios remunerados), acompanhamento psicopedagógico, acesso à cultura e lazer (manifestações artísticas, esporte) e assuntos da

juventude (prevenção de risco e debates de interesse dos discentes).

Caracterizar a assistência estudantil somente pelo viés econômico acaba por obscurecer o fenômeno da evasão e a falta de estrutura e preparo das instituições educacionais para atender as demandas específicas provenientes do ingresso de estudantes das classes socialmente menos favorecidas no Ensino Superior. E tocar neste aspecto requer o reconhecimento das profundas mazelas e desigualdades sociais existentes na sociedade.

Diante desse cenário, é necessário observar que a precarização das políticas sociais, entre elas a educação, aprofundam ainda mais as distâncias sociais existentes entre as classes sociais. A *Educação* é aspecto chave quando pensamos na promoção de transformações na estrutura social. Ela, por si só, não gera mudanças de forma mais ampla, porém a formação histórico-crítica dos sujeitos sociais é a única maneira de ampliar a consciência e a capacidade crítica e criativa que poderá, por meio do esforço coletivo destes sujeitos, promover mudanças sociais concretas.

Todavia, no contexto que nos encontramos, precisamos primeiramente discutir meios de proporcionar a *efetiva* democratização e inclusão social na educação superior. Caso contrário, o aparente avanço proporcionado pela expansão das instituições e vagas do ensino superior está fadado ao fracasso e a geração de uma nova exclusão. Assim, se hoje assistimos o ingresso de mais pessoas das camadas populares na universidade, precisamos enfrentar o desafio de repensar a própria universidade. Sobre esta temática, Pereira (2011) assume a hipótese de que a inclusão desse novo público no ensino superior demanda também uma "*nova?* teoria pedagógica do ensino superior". Conforme o autor,

Uma sociedade desigual não pode pretender educar de forma igual, ou seja, é preciso uma metodologia e um compromisso [...], à universidade está colocado esse desafio: como incluir as classes populares sem perder o rigor e a excelência acadêmica? Em outras palavras: a partir de quais bases podemos enfrentar uma real inclusão das classes populares no ensino superior? (PEREIRA, 2011, p. 78).

Arriscamo-nos a dizer que a Educação Superior não conseguirá enfrentar este grande desafio sozinha. Entendemos que a questão social que se apresenta é muito mais ampla e, além do mais, diz respeito à educação como um todo, sendo premente discutir com seriedade a questão educacional desde a base: a escola pública de primeiro e segundo graus. Trata-se de uma temática que deve estar no horizonte analítico dos pesquisadores e ser prioridade na

agenda política do Estado.

À respeito do PNAES, seria prematuro tirar conclusões categóricas, tendo em vista o curto tempo de sua existência (regulamentação). O que se constata é que, desde as primeiras instituições de ensino superior do país, almeja-se uma política que proporcione condições de permanência plena para os universitários. Cabe-nos atualmente, nessa conjuntura histórica, contribuir na adequação às demandas existentes, a fim de que a Assistência Estudantil não atenda somente aos objetivos expressos nos textos legais, mas, sobretudo, atenda de fato à demanda do público-alvo e se firme como uma política pública efetiva.

Comprendemos, por fim, que por se tratar de uma "questão em movimento", uma análise maior da expansão e interiorização do ensino superior e da ampliação do acesso a este nível de ensino, numa perspectiva mais qualitativa, carece de um intervalo maior de maturação. Porém, é impossível negar a importância da democratização da educação, que é por excelência um dos espaços que permite acesso ao conhecimento e reflexões críticas, que são caminhos essenciais para a transformação social.

Finalizamos esta etapa do estudo com o entendimento de que a equação entre acesso e permanência é possível a partir do engajamento dos sujeitos que fazem o dia-a-dia da Universidade: docentes, técnicos-administrativos e estudantes. Também não devemos perder de vista o grande compromisso do Estado para a garantia da efetiva inclusão e formação de qualidade. É somente por meio do esforço coletivo de todos os envolvidos que será possível a garantia deste direito, preparando as novas gerações para atuarem como protagonistas na construção de uma nova sociedade mais justa e democrática.

Que o futuro nos traga dias melhores e a capacidade de construir a Universidade que está nos nossos corações, nas nossas mentes e nas necessidades do povo brasileiro. (Florestan Fernandes)

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. H. Política Social e Combate à Pobreza: a prática da teoria. In: ABRANCHES, S. H.; SANTOS, W.G. dos; COIMBRA, M. A.. **Política Social e Combate à Pobreza**. 4.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ALVES, J. M. A assistência estudantil no âmbito da política de educação superior pública. **Serviço Social em Revista**, v.5, n.1, UEL, 2002. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v5n1.htm>>. Acesso em 12 fev. 2017.

AMARAL, N. C.. **Financiamento da educação superior: estado x mercado**. São Paulo: Cortez, 2003.

ANDIFES. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (org.). 2007. 20p. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/plano-nacional-de-assistencia-estudantil-da-andifes/>>. Acesso em 06 dez. 2016.

ANDIFES. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (org.). Brasília, 2011. 66p.

ANDIFES. **Revista Comemorativa 25 anos do Fonaprace: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (org.). Coordenação: Andifes. UFU, PROEX, 2012, 212p.

ARAÚJO, R. S. de. **A implantação do REUNI na Universidade Federal do Pará: um estudo de caso do Câmpus Universitário de Altamira**. 2011. 278f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Disponível em <<https://goo.gl/PS7j1h>>. Acesso em 15 jun. 2016.

BEHRING, E. R.; BOCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica do Serviço Social; v.2).

BENINCÁ, D. Uma universidade em movimento. In: BENINCÁ, Dirceu (Org.). **Universidade e suas fronteiras**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 31-63.

BOBBIO, N.. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 18.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012. (Coleção Pensamento crítico, v.69).

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C.C.de A.; MACEDO, M.. **O método da revisão integrativa**

nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v.5, n. 11, p. 121-136, maio-ago. 2011. Disponível em:

<<http://www.gestoesociedade.org/gestoesociedade/article/view/1220/906>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, P. (coord). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. (Orgs.). **Escritos de Educação**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2002, . p.39-64.

BRASIL. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. **Relatório da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília: ANDIFES/ABRUEM/SESU/MEC, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 05 out. 1988. 26 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Relatório. Programa de apoio a planos de reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. 2008. Disponível em <<http://reuni.mec.gov.br>>. Acesso em 26 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior – MEC. **Manual de Gestão do Programa de Bolsa Permanência**. 2013, 36 p. Disponível em: <<http://permanencia.mec.gov.br/docs/manual.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Políticas sociais acompanhamento e análise**. v. 1, Brasília, IPEA, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior – MEC/SESu. **A democratização e expansão da educação superior no país: 2003 – 2014**. 2014a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/arquivos>>. Acesso em 15 jan. 2017.

BRASIL. **PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - GOVERNO FEDERAL**. Gastos diretos do governo. 2016, s.p. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 12 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10172/2001, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos

de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em 28 mar. 2016.

BRASIL. **Portaria Normativa N° 39, de 12 de Dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2007a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em 18 jun. 2016.

BRASIL. **Lei nº. 12.029 de 15 de setembro de 2009**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12029.htm>. Acesso em: 17 jun. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil -PNAES. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em 18 jun. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); [...] e dá outras providências. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso em: 30 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 17 maio 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2014. **Estudos & Pesquisas**. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 34, Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. **Estudos & Pesquisas**. Informações demográficas e socioeconômicas, n. 32. Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação**. Brasília, MEC, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

BUENO, R.C.S. S. **Políticas Públicas na Educação Superior** – as ações de permanência para estudantes cotistas no programa de ações afirmativas da UFRGS. 2015. 170 f. (Dissertação) Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2015.

CARVALHAES, F.; FERES JÚNIOR, J.; DAFLON, V. **O impacto da Lei de Cotas nos estados: um estudo preliminar.** Textos para discussão, GEMAA (IESP-UERJ), n. 1, p. 1-17, 2013.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação.** Brasília: CFESS, 2012.

CISLAGHI, J. F.; SILVA, M. T. da. **O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência.** SER Social, Brasília, v.14, n.31, p. 489-512, jul./dez. 2012.

CISLAGHI, J. F.; SILVA, M. T. da. **Plano Nacional de Assistência Estudantil e a Expansão de vagas nas universidades federais: abrindo o debate.** In: V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, MARXISMO E EMANCIPAÇÃO HUMANA, UFSC, Florianópolis – SC, 2012b.

COUTO, B. R. **Questão Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais: elementos essenciais no debate da Assistência Social.** In: **SETP – SUAS/PR: Sistema Municipal e Gestão Local do CRAS.** Caderno 1. Curitiba, 2006. p. 04-12.

COUTO, B. R. **O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

CUNHA, A. M.; TUNES & SILVA, R. R. **Evasão do curso de química da Universidade de Brasília: a interpretação do aluno evadido.** *Quim. Nova*, Vol. 24, n.1, p.262-280, 2001.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Tradução: S. R. Netz. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEMO, P. **Metodologia científica em Ciências Sociais.** 15.ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DEMO, P. **Avaliação Qualitativa.** 9 ed. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 25)

DIAS SOBRINHO, J. **Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão.** *Educação & Sociedade*, Campinas-SP, v. 31, n. 113, p. 1.223-1.245, out./dez. 2010.

DUARTE, A.; OLIVEIRA, D. A.. **Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza.** *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n.2, p.279-301, jul./dez. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9755>>. Acesso em: 12 dez. 2016

ENGELS, F.. **Barbárie e civilização.** In: Engels, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 177-201.

FALEIROS, V. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistências sociais.** São Paulo: Cortez, 1980.

FALEIROS, V. **O que é política social.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FALEIROS, V. **Saber profissional e poder institucional.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FALEIROS, V. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 3: Política Social. Brasília: UNB, CEAD, 2000, p.41-55.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

FERRARO, A.R. Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 505-526, maio/ago. 2010.

FONSECA, J. J.S. da. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

FREITAG, B. E. B. Políticas para permanência discente: implementação e consolidação na UTFPR Câmpus Pato Branco'. 2014. 117 f. (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento Regional Instituição de Ensino. Universidade Tecnológica Federal Do Paraná, Pato Branco, 2014.

KOWALSKI . A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** 2012. 180f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul/ Faculdade de Serviço Social, Porto Alegre, 2012. Disponível em <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5137>>. Acesso em 12 mar. 2016.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

GIL, A. C.. **Métodos e Técnicas de pesquisa social.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R.. **Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 15 ed. São Paulo: Cortez, CELATS, 2003.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Perfil Avançado do Município de Realeza**. 2017. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=160&btOk=ok>.

Acesso em: 27 fev. 2017.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MACEDO, L. F. L. **O Auxílio de Formação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus Palmas: A Assistência Estudantil em Xeque**. (Dissertação) Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2015.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARX, K. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Volume I. Brasil: Livraria Martins Fontes, 1982.

MARTENDAL, L. **Programa de Atendimento a Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Social: aproximações avaliativas sobre sua implementação e gestão**. 2012. (Dissertação) Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MATIAS, I. S. **Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas: Uma reflexão sobre as condições de ingresso, permanência e Evasão**. (Dissertação). Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

MATUS, C. **Política, Planejamento & Governo**. 2.ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada /IPEA, n. 143, 1996.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M. C. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MAZZETTO, S. E.; CARNEIRO, C. C. B. Licenciatura em Química da UFC: perfil sócio-econômico, evasão e desempenho dos alunos. *Quim. Nova*, Vol. 25, n.6B, p.1204-1210, 2002.

MOSCON, N. **A Política de Assistência Estudantil na Educação Superior Pública: uma avaliação do Programa Bolsa Permanência da UFSC (2008-2013)**. 2015 .153 f. (Dissertação) Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2015.

NASCIMENTO, C. M. **Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000**. 2013. 157f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11438>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

NETTO, J.P. Transformações Societárias e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 87-130, abr. 1996.

NETTO, J. P. Introdução ao método na teoria social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social - Módulo I: Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília: Cead-UnB, 1999.

NETTO, J. P. O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: NOGUEIRA, F. M. G.; RIZZOTTO, M. L. F. (orgs). **Estado e políticas sociais: Brasil – Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. P. Cinco notas à propósito da "questão social". In: NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

NETTO, J. P.; BRAZ, M.. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica do Serviço Social; v. 1).

NIEROTKA, R. L.. **Políticas de acesso e ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul**. 2015. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó-SC, 2015.

NOGUEIRA, M. A.. A agenda cristalizada, o Estado e o governo Lula. **Serviço Social e Sociedade**, Estado e Regulação Social, n. 76, ano XXIV. São Paulo: Cortez, nov. 2003.

NOGUEIRA, V. M. R.. Avaliação e Monitoramento de Políticas e Programas Sociais – revendo conceitos básicos. **Katálysis**, Florianópolis, v.5, n.2, p. 141-152, jul./dez. 2002.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu & a Educação**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 128 p. (Pensadores & Educação, v.4).

OLIVEIRA, D. A.. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 25, n.2, p.197-209, maio/ago. 2009. Disponível em:

<<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19491/11317>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

OLIVEIRA, J. F. de. Os papéis sociais e a gestão das universidades federais no Brasil. **26º Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**. Recife. 2013. Disponível em <<http://www.anpae.org.br/simposio26/comunicacoes.html>> Acesso em 25 mar. 2015.

PEREIRA, T. I.. Classes populares no ensino superior brasileiro: desafios políticos e pedagógicos. In: BENINCÁ, Dirceu (Org.). **Universidade e suas fronteiras**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p.65-86.

PEREIRA, T. I.. **Classes populares na universidade pública brasileira e suas contradições**: a experiência do Alto Uruguai Gaúcho. Curitiba: CRV, 2015.

PEREIRA, J. T. V. **Uma contribuição para o entendimento da evasão**: Um estudo de caso. São Paulo: UNICAMP, 1995.

PRETTO, F. L. **Ações Afirmativas na FAGED/UFRGS**: Um estudo a partir dos alunos que acessam o LIES. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PRZYBYSZ, W. **Uma Universidade Federal Pública e Popular é Possível?** Um Estudo da UFFS a partir do *Campus* Laranjeiras do Sul. 2015. 162f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo/PR, 2015.

RAICHELIS, R. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social**: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

RANIERI, N. B.. **Educação superior, direito e estado**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2000.

RIOS, R. **Análise do Plano de Permanência de Estudantes da Universidade Federal do Pampa**. 2016. 184p. (Dissertação) Mestrado em Gestão de Organizações Públicas. Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

RISTOFF, D.. Perfil socioeconômico do estudante de graduação: uma análise de dois ciclos completos do ENADE (2004 a 2009). **Cadernos do GEA**, Grupo Estratégico de análise da Educação Superior no Brasil, n. 4, p. 1-32, jul./dez. 2013. Rio de Janeiro: FLACSO/GEA/UERJ/LPP, 2013.

RISTOFF, D., *et al* (org.). **A mulher na educação superior brasileira**: 1991-2005. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

ROMÃO, J. E.; LOSS, A. S.. A universidade popular no Brasil. **Foro de Educación**, v. 12, n. 16, jan./jun., p. 141-168, Salamanca, Espanha, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14516/fde.2014.012.016.006>>. Acesso em: 21 fev. 2014.

ROTTA, E.; VITCEL, M. S.; ANDRIOLI, A. I. A Universidade Federal da Fronteira Sul e a sua experiência de inclusão por meio da instituição das cotas sociais. In: LUFT, H. M.; FALKEMBACH, E. M.; CASAES, J. B. (org.). **Freire na agenda da educação: inclusão e emancipação – educação de jovens e adultos**. v. 2, Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

SALVADOR, E. Fundo Público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.

SANTOS, A. P. Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 289-317, jul./dez. 2012.

SAVIANI, D.. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Poésis Pedagógica**, Catalão-GO, v. 8, n. 2, p. 4-17, ago./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/poesis/article/view/14035>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

SCHER, A. J.. Acesso e Permanência Estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul/ Campus Realeza: uma equação possível? **Relatório apresentado para Exame de Qualificação**. Toledo-PR, 2016. Relatório. Mimeografado.

SENADO NOTÍCIAS. **Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil**. [Online]. Da Redação, Agência Senado, publicado em 28 dez. 2016, 12h01. Atualizado em 28 dez. 2016, 12h10. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação e Sociedade**, Campinas-SP, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

SGUISSARDI, V. Reforma Universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educação e Sociedade**, Campinas-SP, v. 27, n. 96, p.1021-1056, ed.especial out. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a18v2796.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

SILVEIRA, M. M. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 137f. Dissertação (Mestrado em Política Social), Universidade Católica de Pelotas, Pelotas-RS, 2012.

SILVÉRIO, V. R. Sons negros com ruídos brancos. In: **Racismo no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, ABONG, 2002.

SOARES, L. T. R.. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 78).

SOUZA, D. G. **Acesso e Permanência na UFPR: uma análise da política de assistência estudantil (2010 – 2014)**. 2016. 150 f. (Dissertação) Mestrado em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

STOLF, F. **Assistência Estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina: Uma Análise Inicial do Programa Bolsa Estudantil**. 2014 (Dissertação) Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

TRÓPIA, P. V. A política para o ensino superior do governo Lula: uma análise crítica. **Cadernos da Pedagogia**, ano I, v. 2, ago./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/18>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Estudantes são das regiões dos campi**. 2010. [matéria online publicada em 24 de fevereiro de 2010]. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao/noticias/estudantes-sao-das-regioes-dos-campi>. Acesso em: 20 fev. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Chapecó, Santa Catarina, 2012. 124p. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_de_desenvolvimento_institucional>. Acesso em: 20 fev. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Secretaria Especial de Assuntos Estudantis - SEAE. **Informações sobre a Política de Assistência Estudantil da UFFS**. 2012b (documento interno).

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Carta de Serviços ao Cidadão**. Santa Catarina, 2013, 19 p. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/carta_de_servicos_ao_cidadao>. Acesso em 20 fev. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **RESOLUÇÃO Nº 7/2013 – CONSUNI/CGRAD**. Aprova o Regulamento das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Assistência Estudantil da UFFS. Chapecó, 2013a, 10p. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2013-0007>>. Acesso em: 20 set. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO. **Relatório Evasão/Ocupação nos cursos de graduação da UFFS**. Chapecó, 2014, 73p. Relatório. Mimeografado.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Edital 1002/UFFS/2016**. Processo

Seletivo UFFS/2017.1. Chapecó, 2016. Disponível em: <http://historico.uffs.edu.br/images/Gabinete_do_Reitor/Arquivos/editais/2016/edital1002uffs2016.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **RESOLUÇÃO Nº 10/2016 – CONSUNI/CGAE**. Estabelece regras para a realização de análise socioeconômica e habilitação para inscrição nos auxílios socioeconômicos. Chapecó, 2016a, 10p. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/assuntos-estudantis/analise-socioeconomica>>. Acesso em: 25 maio 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **RESOLUÇÃO Nº 3/2016-CONSUNI**. Regimento Geral da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2016b. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/regimento_geral>. Acesso em: 25 maio 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Apresentação**. 2017. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/apresentacao>. Acesso em: 20 fev. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Missão**. 2017a. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/missao>. Acesso em: 20 fev. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Cursos**. 2017b. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/cursos>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Sistema de Gestão Acadêmica**. 2017c. Disponível em: <<http://sga.uffs.edu.br>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Política de Ingresso na Graduação**. 2017d. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/graduacao/ingresso/politica_de_ingresso_na_graduacao>. Acesso em: 20 fev 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Boletim Oficial**. 2017e. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/aceso_facil/boletim_oficial/editais/gabinete_do_reitor>. Acesso em: 20 fev. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Restaurante Universitário – Campus Realeza**. 2017f. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/assuntos-estudantis/restaurantes-universitarios/campus_realeza>. Acesso em: 20 fev. 2017.

VIEIRA, E. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, 1992.

VIEIRA, E. A Política e as bases do Direito Educacional. **Cad. CEDES**, ano XXI, n.55, p.9-29, nov/2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300002>. Acesso em: 17 fev. 2017.

VIEIRA, E.. Políticas sociais e direitos sociais no Brasil. **Comunicação & Educação/USP**, São Paulo, n. 9, p. 1-5, mai./ago. 1997. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36299>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

VIEIRA, E. Estado e política social na década de 90. In: NOGUEIRA, F. M. G. (Org.). **Estado e políticas sociais no Brasil**. Cascavel: Edunioeste, 2001.

VIEIRA, E.. **Os direitos e a política social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.